



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Inês Filipa Santos Vilares

**PRESERVAR A IDENTIDADE DE MUHIPITI**  
UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A ILHA DE MOÇAMBIQUE

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,  
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro e coorientada pelo Professor Doutor Nuno Lopes  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019



# **Preservar a Identidade de Muhipiti**

Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Ilha de Moçambique

**Inês Filipa Santos Vilares**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura,  
sob orientação da Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro,  
e coorientação do Professor Doutor Nuno Lopes.  
Departamento de Arquitetura, FCTUC, julho de 2019.

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura.**

A presente dissertação segue o novo acordo ortográfico;  
As referências Bibliográficas seguem as normas APA 6th.

**Título:**

Preservar a Identidade de Muhipiti

**Subtítulo:**

Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Ilha de Moçambique

**Tema:**

Cidade e Reabilitação Urbana

**Equipa de Orientação:**

Orientador(a):

Professora Doutora Margarida Calmeiro Relvão.

Co-orientador:

Professor Doutor Nuno Lopes.

**Júri:**

Presidente de Mesa:

Professor Doutor José Fernando Gonçalves.

Arguente :

Professor Doutor Vítor Mestre.

**Instituição de Ensino:**

FCTUC | D'ARQ

Coimbra, julho 2019

# **Preservar a Identidade de Muhipiti**

Uma Estratégia de Desenvolvimento para a Ilha de Moçambique







*Se você quer ir rápido, vá sozinho. Se quiser ir longe, vá acompanhado*

---

Provérbio africano.



Fotografia do meu avô na Ilha, 1970

### **AGRADEÇO:**

Ao meu **avô** e à minha **Rosinha**, por tudo.  
À **ki** pelos 7 anos incondicionais.

Ao **João Pedro**, o coração quentinho e a paciência. Aos meus **pais, irmão e avó Arminda** o amor e constante preocupação. Aos **amigos do coração**, o apoio e a estabilidade. À **família do D'Arq**, a alegria de mais um dia. Aos **de Muhipiti**, pela melhor experiência académica que já **vivi** senti, em especial à professora Doutora Margarida Calmeiro e professor Doutor Nuno Lopes, pelo acompanhamento do presente trabalho, pós evento.

*Koshukuru !*  
(Obrigada!)



## PRÓLOGO

*A ilha não fala mas é pródiga para os poetas e escritores.*

*A sua excentricidade, manifesta-se através da sua espiritualidade e do seu marejar diário. O murmúrio do seu mar, espraia-se pelos seus rochedos afirmando vincadamente a sua imortalidade.*

*Os seus monumentos históricos ostentando diversas influências culturais, constituem um ponto de encontro de civilizações interligadas demonstrando no processo actual da globalização a possibilidade da coexistência pacífica do princípio da multiculturalidade universal.*

*Somos poucos, os que pegam e embalam a Ilha!*

*Adormecer na Ilha, é como estar no ventre de um búzio que se arrasta pelas suas praias numa viagem infinita!*

*Ser ou viver na Ilha é não ser pertença de ninguém, é dizer o que se pensa, é fazer parte do Universo e carregar a fortuna do conhecimento através das palavras.*

*Falar ou escrever sobre a Ilha é como servir uma princesa numa bandeja de prata repleta de palavras.*

*Não será por acaso que a Ilha se tornou rica, se tornou pobre e se mantém reluzente com a mescla das palavras ensaiadas por gente de culto do pensamento manifestado por poetas e escritores da lusofonia tais como Mia Couto, Camoões, White, Nelson Saúte e outros.*

*Estas palavras reluzem em qualquer parte do Mundo!*

*O seu mutismo e a sua imobilidade manifestam o esplendor da sua grandeza*

*Evocar, visitar, tocar ou celebrar a Ilha é um acto de nobreza!*

Luís Correia Mendes  
(Mendes, 2016, pp.4/5)



## RESUMO

A Ilha de Moçambique, portadora de um enorme valor histórico-cultural e arquitetónico é o caso de estudo sob o qual se debruça esta dissertação de mestrado integrado em arquitetura. Inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO desde 1991, divide-se em dois bairros conhecidos como cidades: a *cidade de macuti* considerada a cidade Africana, sobrelotada e com condições cada vez mais precárias; e a *cidade de pedra e cal*, também chamada como cidade dos colonos, abandonada e, assim em avançado estado de degradação.

O trabalho divide-se em duas partes. A primeira parte é relativa a uma reflexão sobre o papel do património, da cultura e da população para o desenvolvimento sustentável do território, no qual se inclui o turismo como meio para fomentar a intervenção no património material da Ilha. A segunda propõe a criação de um Centro Identitário de Muhipiti [CIM] que objetiva preservar a identidade da Ilha de Moçambique potencializando a promoção turística e servindo ainda como um modelo para futuras intervenções em prol da população nativa, trazendo maiores rendimentos e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida à população local.

Esta dissertação deve ser entendida como a continuação do trabalho desenvolvido no *Oficinas Muhipiti: planeamento estratégico, património e desenvolvimento*, mais concretamente na oficina responsável pela criação de um centro comunitário na faixa central da Ilha, cuja análise assume um papel determinante em termos programáticos.

---

### Palavras-chave:

Ilha de Moçambique; Desenvolvimento Sustentável; Planeamento estratégico; Património; População; Reabilitação; Turismo.



## ABSTRACT

The Island of Mozambique has a great historical-cultural and architectural value. This dissertation is about the island. Inscribed on the World Heritage List of UNESCO since 1991, it is divided into two districts called cities: the *cidade de macuti* considered the African city, overcrowded and with increasingly precarious conditions; and the *cidade de pedra e cal*, or settler's city, abandoned and thus in an advanced state of degradation.

The work is divided into two parts. The first part concerns a reflection on the role of heritage, culture and population for the sustainable development of the territory, which includes tourism as a means to intervene in the material heritage of the Island. The second proposes the creation of a Muhipiti Identity Center [CIM], which aims to preserve the identity of the island of Mozambique by tourism promotion, fostering the domestic economy and serving as a model for future interventions in favor of the native population, bringing greater income and, consequently, better quality of life.

This dissertation should be understood as the continuation of the work carried out at workshop: *Oficinas Muhipiti: planeamento estratégico, património e desenvolvimento*, more specifically by the workshop responsible for the creation of a community center in the central belt of the Island, whose analysis assumes a determinant role in programmatic terms.

---

**Key-words:**

Island of Mozambique; Sustainable development; Strategic planning; Patrimony; Population; Rehabilitation; Tourism.



# SUMÁRIO

<b>I. CONTEXTUALIZAR</b>	
1.1. Oficinas de Muhipiti	I
1.2. Introdução	7
<b>II. CONHECER a Ilha de Moçambique</b>	17
2.1. Enquadramento Geográfico	21
2.2. Enquadramento Histórico	25
2.3. O lugar, hoje	43
<b>III. REFLETIR o Papel do Património no Desenvolvimento</b>	67
3.1. Património e Desenvolvimento	69
3.2. O Turismo Cultural	89
<b>IV. INTERVIR na Ilha de Moçambique</b>	99
4.1. A Estratégia Urbana: Centro Identitário de Muhipiti	103
4.1.1. Jardim-Viveiro	117
4.1.2. Centro Interpretativo e Comunitário	125
<b>V. CONCLUIR</b>	139
<b>VI. Referências Bibliográficas</b>	149
<b>VII. Fonte de Figuras</b>	163
<b>VIII. Anexos</b>	175



## I. CONTEXTUALIZAR



Participantes no Oficinas de Muhipiti FIG. 1

## I.I. OFICINAS MUHIPITI:

### Planeamento estratégico, património, desenvolvimento

Em Julho de 2017, teve lugar na Ilha de Moçambique, o *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento*, que contou com a participação das Universidades de Coimbra e UniLúrio.

O objetivo geral deste desafio incidiu em estudar de que forma a criação da nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Ilha poderia influenciar o desenvolvimento integrado do território em prol da preservação do seu património e bem-estar dos habitantes. Formaram-se seis oficinas de trabalho constituídas por alunos de arquitetura sob a orientação de professores ou alunos de doutoramento de ambas as universidades que trabalharam num determinado tema partilhando sinergias, definindo estratégias que dessem resposta às problemáticas do desenvolvimento sustentado que a Ilha apresenta. Os temas foram: *Estratégias para o desenvolvimento sustentado; Espaço público; Plano diretor da refuncionalização da fortaleza; Plano para centro comunitário na faixa central da ilha, Casas de Macuti e Centro de Interpretação de Muhipiti.*

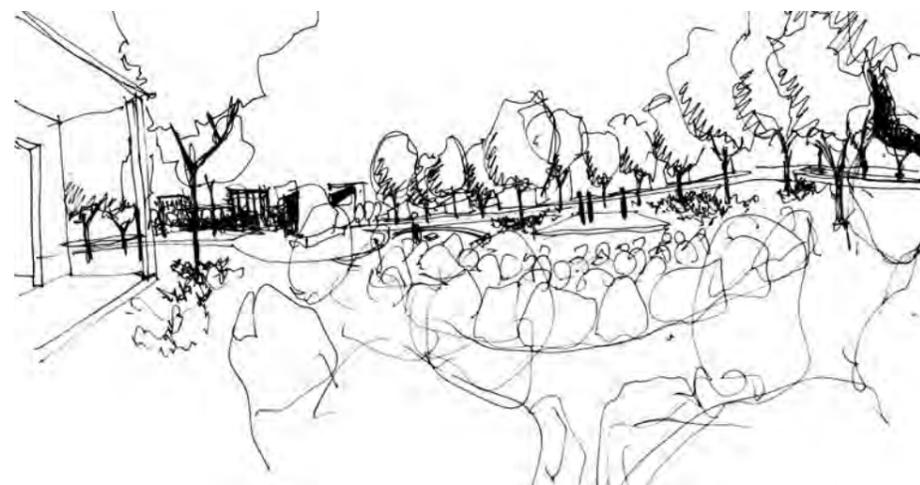
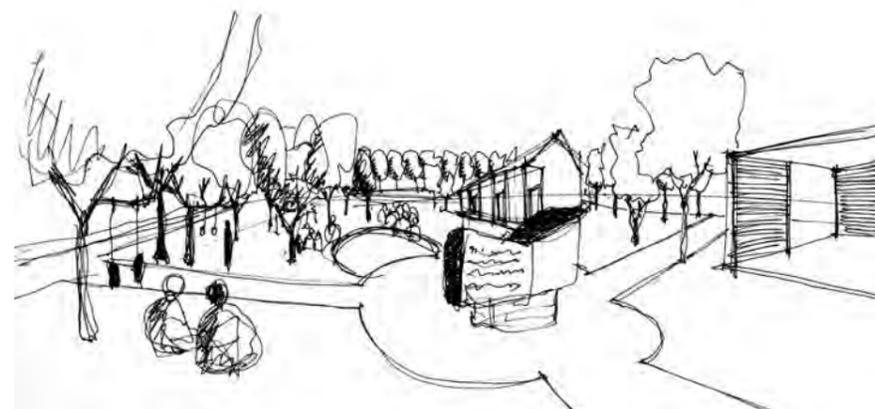
A oficina que integrei tinha como encomenda-prévia a criação de um centro comunitário na zona central da Ilha. O objetivo central passava por propor um cenário de reurbanização do conjunto e reabilitação das suas construções e espaços, tendo em conta a complexa realidade da área para fins cívicos. Considerou a missão-encomenda previamente formulada:

*[...] um levantamento circunstanciado de toda essa complexa realidade e proponha um ou mais cenários de reurbanização do conjunto e reabilitação das suas construções e espaços por forma a que esse carácter de centro cívico surja de forma clara.*

(Brito e Mendonça, 2018, p.155)

O grupo começou por tentar responder a algumas perguntas, entre as quais: O que é um centro comunitário na Ilha de Moçambique? Há necessidade de um centro comunitário? O que se pode fazer num centro comunitário?

A resposta a estas questões tornou-se no ponto de partida que culminou com a apresentação da proposta exposta no painel, da Fig.5.



Esquisso da área destinada a restauração FIG. 2

Esquisso da área destinada ao Viveiro FIG. 3

Esquisso da área destinada ao Anfiteatro Natural FIG. 4

1900 1964 1969 situação actual proposta

### PROPOSTA

Desenvolvimento de um novo núcleo urbano e requalificação do espaço público, habitação e equipamento cultural.

As propostas de intervenção no espaço urbano são articuladas em torno de um eixo central que articula o núcleo urbano existente com o novo núcleo proposto, criando um espaço urbano contínuo e coerente.

ÁREA CENTRAL DA BARRA DE APOCÁMBIO  
Fotografia dos anos 1969

### CULTURA

Com o objetivo de valorizar o património cultural da Barra, a proposta prevê a criação de um espaço cultural que abrigue atividades artísticas, culturais e educativas, promovendo a identidade local e a coesão social.

### COMÉRCIO

Para promover o desenvolvimento económico da Barra, a proposta prevê a criação de um espaço comercial que abrigue lojas, restaurantes e serviços, criando um ambiente urbano vibrante e acolhedor.

### FORMAÇÃO

Para promover a formação e o desenvolvimento pessoal dos habitantes da Barra, a proposta prevê a criação de um espaço de formação que abrigue cursos, workshops e atividades educativas, criando um ambiente urbano estimulante e inovador.

### ESPAÇO VERDE

Para promover a qualidade de vida dos habitantes da Barra, a proposta prevê a criação de um espaço verde que abrigue parques, jardins e áreas de lazer, criando um ambiente urbano saudável e agradável.

### ILHA COMUNITÁRIA

Para promover a coesão social e a identidade local dos habitantes da Barra, a proposta prevê a criação de um espaço comunitário que abrigue atividades culturais, sociais e educativas, criando um ambiente urbano acolhedor e vibrante.

Painel Final do Grupo Responsável pela criação de um Centro Comunitário FIG. 5

O resultado final consistiu num organismo disperso pela Ilha de Moçambique que articula as atividades nele desenvolvidas com as pessoas que as fazem. Dividimos a intervenção por vários espaços, podendo a sua execução ser feita de modo faseado. Após uma breve análise dos edifícios devolutos, optámos por deslocar algumas das funções do centro comunitário para alguns destes edifícios. Por exemplo: o Matadouro Municipal, o Mercado Municipal de Nalia, a antiga Escola Primária junto à Praça 16 de Junho, as ruínas nas traseiras do Hospital, o edifício Nina Manji, um antigo pavilhão desportivo (e posteriormente sala de cinema) junto à costa Este ou a antiga sede do Sporting Clube de Moçambique, alargando a intervenção a toda a Ilha.

Pretendemos estimular a interação social com base no comércio, na cultura e na formação. Propusemos: sessões de cinema, espetáculos de música, reuniões comunitárias, *oficinas*, espaços de trabalho e espaços para venda.

Promove-se a capacitação da comunidade para criar emprego e fontes de rendimento. Além disso, deveriam ser desenvolvidas sessões para a sensibilização da população sobre temas transversais como: património, reciclagem, higiene e saúde pública, entre outros.

Por último, numa investigação histórica sobre a Praça 16 de Junho, percebemos que, ao longo de várias décadas, este foi um grande jardim que marcava o centro geográfico da Ilha de Moçambique. Propusemos retomar a ideia de um viveiro que serviu toda a Ilha através da criação de um pomar comunitário. Paralelamente, de forma a retomar o carácter de grande espaço público tornou-se necessário retirar os muros da Escola Primária 16 de Junho e o respetivo programa. Propõe-se a mudança da escola primária para a *cidade de macuti* através da reabilitação de um dos edifícios devolutos existentes.

Durante os dias de trabalho na Ilha, todo o processo incluiu a interação com o maior número possível de agentes. Através de visitas e entrevistas aos habitantes, entidades políticas e culturais; foram promovidos debates públicos sobre os trabalhos em curso, foi aberta uma exposição provisória com os resultados dos trabalhos para os dar a conhecer à população e, por fim, não faltou a festa que encerrou o evento, uma regata de dhows.



Espaço de Trabalho FIG. 6  
Exposição Provisória dos Trabalhos FIG. 7  
Festa de Encerramento: Regata FIG. 8

Como resultados diretos deste evento, tivemos o lançamento do livro e a inauguração da exposição final, homólogos, em Portugal, dia 22 de junho de 2018, no qual estão registados os resultados dos trabalhos desenvolvidos nesses dez dias intensos e gratificantes na Ilha.

Esta experiência marcou o meu percurso académico e pessoal de forma muito positiva. A Ilha de Moçambique tornou-se num objeto de estudo para a minha dissertação pretendendo, através do resultado final contribuir, direta ou indiretamente, para a melhoria da qualidade de vida daquela população.



## 1.2. INTRODUÇÃO

As cidades são, nos dias de hoje, um dos melhores suportes para se compreender a história de um território. Nelas estão todos os traços e vestígios do passado escritos numa linguagem arquitetónica, onde vários estilos coexistem justapostos no mesmo espaço e onde cada um conta uma história e nos remete para um momento.

Com as Grandes Guerras, muitas cidades foram devastadas e, consigo, apagaram marcas e documentos que exprimiam os valores das civilizações urbanas tradicionais coevas. A perda de grande parte da herança deixada pelos antepassados, contribuiu para a tomada de consciência da importância da conservação do património, a sua salvaguarda para o futuro. Preservar tornou-se uma necessidade cultural, política e social, fortalecendo identidades.

Outrora, Património era, para muitos, considerado um travão ao desenvolvimento porque para desenvolver é essencial intervir e, nesse sentido, a intervenção pode ter como resultado uma perda irreversível. Por outro lado, num cenário de constante evolução e descobertas tecnológicas, manter as técnicas, conhecimentos e materiais do passado poderia ser sinónimo de estagnação, senão mesmo retrocesso. É, ainda hoje, este o entendimento de grande parte da sociedade. Nos países menos desenvolvidos, a população é frequentemente desconhecadora do potencial valor que o património constitui, nomeadamente em questões emergentes como a habitabilidade, saúde pública, criação de riqueza, aumento de postos de trabalho, entre outras. No entanto, o paradigma atual assegura-nos que património e desenvolvimento avançam de mãos dadas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] apresenta a cultura e o património como a base do desenvolvimento sustentável das cidades. Numa realidade marcada pela globalização, onde todas as cidades parecem competir pelo título de destino turístico mais apetecível ou do melhor local para se viver, o património cultural pode ser um elemento distintivo, isto é, que lhes confere excecionalidades, características singulares que o tornem atrativo.

Numa sociedade de consumo, o valor cultural atribuído ao património tornou-o produto do setor turístico e, neste sentido, o maior desafio consiste hoje em recuperar o património, não apenas enquanto elemento de interesse público, mas como símbolo identitário de uma comunidade, potencializando-o para os proveitos económicos, políticos e culturais que dele possam receber.



Na Ilha de Moçambique, este desafio é complexo. Estamos perante um território com um valor patrimonial absolutamente único e classificado como tal. A Ilha é também fortemente marcada por duas realidades distintas. A maioria da população ocupa apenas uma das suas partes, mais concretamente a *cidade de Macuti*, e vive em condições precárias, em parte devido às políticas de conservação que constituem um entrave à desejável evolução por parte da população. Uma vez limitadas as transformações propostas nas casas Macuti fica garantida a manutenção da identidade do espaço, mas, lamentavelmente, arrasta a população para uma baixa qualidade de vida, condenada à falta de conforto e salubridade. A outra parte da Ilha permanece quase vazia. Habitados à sua cultura e familiarizados com as suas estruturas arquitetónicas, os habitantes não se identificam com o património edificado da *cidade pedra e cal* e não o ocupam. A isto juntam-se os elevados custos de manutenção, que tornam essa ocupação inviável para a maioria da população. Consequentemente, a reabilitação desta parte da ilha tem tido como alternativa o turismo, uma vez que a população da ilha não tem recursos nem vontade, que lhe permitam valorizar e preservar um património com o qual não se identificam. Esta situação está a levar à instalação de agentes e instituições estrangeiras que assumem a sua gestão.

Tendo como base esta realidade, o objetivo deste trabalho consiste na experimentação de uma estratégia que permita fomentar o desenvolvimento a partir daquilo que torna a Ilha única, o seu Património, promovendo-o. Para alcançar este objetivo, proponho a criação de um Centro Identitário de Muhipiti [CIM]. O CIM resulta de conjunto de intervenções pontuais que se articulam programaticamente e se unem por um objetivo comum: desenvolver a Ilha, conservando a sua identidade, através da promoção da cultura. Um espaço da ilha para a Ilha que aposta na reabilitação física e na reutilização social do existente. A proposta pretende ser um cartão de visita da população ao mesmo tempo que desperta a vertente empreendedora da comunidade local. Pretende ainda criar um espaço que revele a ilha ao turista e desperte a sua curiosidade. A solução procurou enquadrar-se no contexto da Ilha, desenvolvendo uma proposta realista e onde a ambição é concretizável. As várias intervenções que proponho têm autonomia suficiente para serem realizadas faseadamente de acordo com a quantidade de investimento que se pretenda fazer e dada a necessidade/urgência.

A área escolhida para a zona de intervenção coincide com o eixo que marca a transição entre os bairros — a Rua Iglesias da Saúde — e apresenta dois momentos chave: a norte, o centro interpretativo e comunitário; e a sul, o jardim-viveiro.



Esta estratégia pretende, em primeiro lugar, criar espaços de qualidade, funcionais e necessários para a população, contribuindo para a melhoria do conforto quotidiano e do próprio edificado da ilha, em risco de desaparecer.

O património edificado é a materialização da expressão cultural de um povo. Conservá-lo é um dever cultural, social e identitário; porém, "de pouco nos serve salvar as pedras se perdermos os homens" (Portas, 1983, p.13). Como tal, todo o processo deverá ser participativo, não apenas na ampliação do processo de tomada de decisão da sociedade face às ideias apresentadas, como também na fase de execução e pós-execução. Neste trabalho, a população assume um papel fundamental na gestão do lugar de intervenção, no qual, poderá prestar um conjunto de serviços e permitir a prática de diversas atividades alusivas à cultura da Ilha, assumindo-se como um estímulo a outras intervenções estratégicas com vista ao desenvolvimento da Ilha. Esta proximidade com a população nas várias fases da execução do trabalho permite aumentar a sua compreensão sobre os processos e criar um sentimento de empatia com o resultado final que, conseqüentemente, gera um melhor aproveitamento do mesmo. Ao mesmo tempo, promove-se uma organização social da gestão pública e o fortalecimento da cidadania. É importante referir que os objetivos que pretendo alcançar com a proposta de intervenção são coincidentes com as ambições que escutei da população. O *Oficinas de Muhipiti* permitiu criar condições reais de participação, ou seja, vários grupos de habitantes, chefes de bairro e representantes de instituições foram ouvidos, criando-se momentos de interação com a comunidade, o que levou a um reconhecimento prévio das necessidades e que a análise posterior da Ilha, baseada em documentos físicos e na própria experiência do terreno, veio reforçar. A análise dos trabalhos desenvolvidos pelas *oficinas* foi um ponto de partida, considerando que os programas aí propostos foram resultado da investigação no terreno.

Foi também apresentado um conjunto de ações complementares à proposta, focadas no incentivo ao investimento em prol da população que complementam algumas das ações desenvolvidas pelo Camões Instituto, I. P. através do projeto Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha. Este projeto atua em diversos setores, nomeadamente educação, formação, cultura, saúde e sociedade.

Por fim, esta estratégia pretende ainda corresponder aos desafios lançados pela nova Agenda Urbana (NUA), instruir a população, e promover uma consciencialização para melhores hábitos relativos aos patrimónios, bem como a importância da sua preservação. Ambicionamos que o conjunto incluído na Lista de Património



nio Mundial, pela UNESCO, seja um modelo para descobrir novas formas de intervir, abrindo horizontes no ramo da contemporaneidade para contextos semelhantes ao da Ilha de Moçambique.

A Ilha de Moçambique é o resultado de diversas influências culturais. Antes de intervir é essencial conhecer o lugar, suas gentes e tradições. O gesto de intervir compreende este primeiro passo de forma a adequar-se às necessidades atuais reconhecendo a população, seus bens e tradições como premissa que concede ao espaço as mais valias e sentimento de pertença a quem dele usufrui. Esta dissertação de mestrado, está dividida em duas partes: uma teórica e uma prática, com uma proposta de intervenção. No primeiro capítulo, com três subcapítulos, pretendo apresentar a Ilha: no primeiro, enquadro o objeto de estudo espacialmente; no segundo exponho a evolução histórica da Ilha; no terceiro apresento a Ilha a partir da experiência *in situ*, na primeira pessoa. Num segundo momento foi importante analisar o papel do património num contexto de desenvolvimento sustentável. Esta reflexão constitui o segundo capítulo, o qual se articula em 2 subcapítulos: o primeiro, analisa o património cultural como motor de desenvolvimento, no qual se discute a melhor forma de conciliar reabilitação e património com a população, para no segundo analisar o papel do turismo como fator determinante, nomeadamente enquanto fonte de rendimento para os habitantes da Ilha. Nesta fase, tornou-se importante analisar diversos conceitos como sustentabilidade, turismo sustentável, planeamento estratégico e gestão. Para além de exemplos de casos onde o turismo ajudou no desenvolvimento do lugar, como por exemplo o quarteirão de Jorge Amado, na cidade de Bahia (Brasil), ou Zanzibar (Tanzânia). Foi também importante estudar um caso em que a relação entre desenvolvimento e património se mostrou mais tensa, o caso da Cidade Velha, na Ilha de Santiago, Cabo Verde. Estes casos de estudo funcionaram como uma reflexão crítica e pessoal e serviram de base à proposta desenvolvida. O terceiro capítulo corresponde à proposta de intervenção, em contexto de reabilitação, gestão e planeamento urbanos.

Tal como defende Fernando Távora relativamente à importância de vestir o papel de arquiteto “homem entre os homens - organizador do espaço- criador da felicidade”(Távora, 1962, p.75), apostei na recuperação das infraestruturas, assim como do ambiente circundante, não me cingindo apenas à escala de um edifício mas extendendo a área de intervenção a uma faixa que carecia de organização e consolidação espaciais. Após definida a zona de intervenção mais apropriada face ao conceito da proposta e estado da Ilha, e escolhidos os programas que considereei pertinente introduzir, expliquei os momentos mais importantes da estratégia ur-



bana, expondo os objetivos que espero atingir.

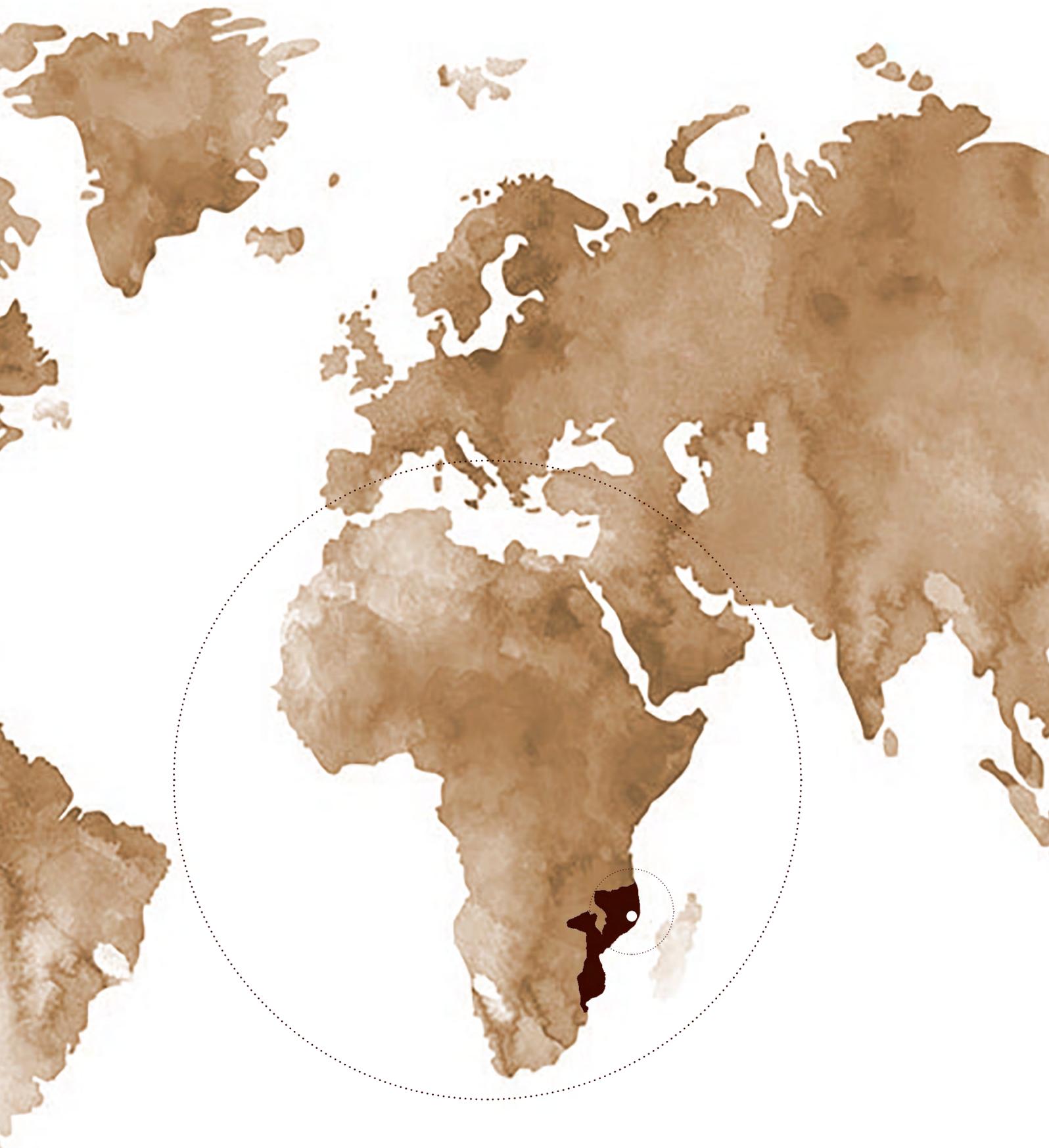
O contacto com a realidade da Ilha, no *Oficinas Muhipiti*, foi fundamental para a recolha de material sobre a Ilha. Fotografias, vídeos, desenhos técnicos (plantas, alçados, etc.), regulamentos, testemunhos, livros, entre outros, foram-nos concebidos no âmbito do desafio.

Nisto, o método utilizado na investigação que me pareceu mais indutivo foi: partindo de uma pesquisa geral para a particular. Comecei por investigar, interpretar e refletir sobre a Ilha no seu geral, para depois me focar na análise da zona a intervir, com todas as realidades intrínsecas.

Pretendo com este trabalho: conhecer, analisar e intervir no território. A arquitetura pretende ajudar na concretização de objetivos sociais, valorizando os espaços, como momentos articuladores, integradores e promotores de vida.



**II. CONHECER**  
a Ilha de Moçambique



*'Esta Ilha pequena que habitamos  
É em toda esta terra certa escala,  
De todas as ondas navegamos,  
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala  
E por ser necessária, procuramos,  
Como próprios da terra, de habitá-la;  
E por tudo em fim nos notifique,  
Chama-se a pequena Ilha: Moçambique'*

CAMÕES, 2002, p.14



---

Enquadramento da Ilha no Mapa Mundo FIG. 10

**Localização:**  
180 km da Capital Provincial,  
Nampula

**Latitude Sul:**  
15° entre 52' 100" e 49' 900"

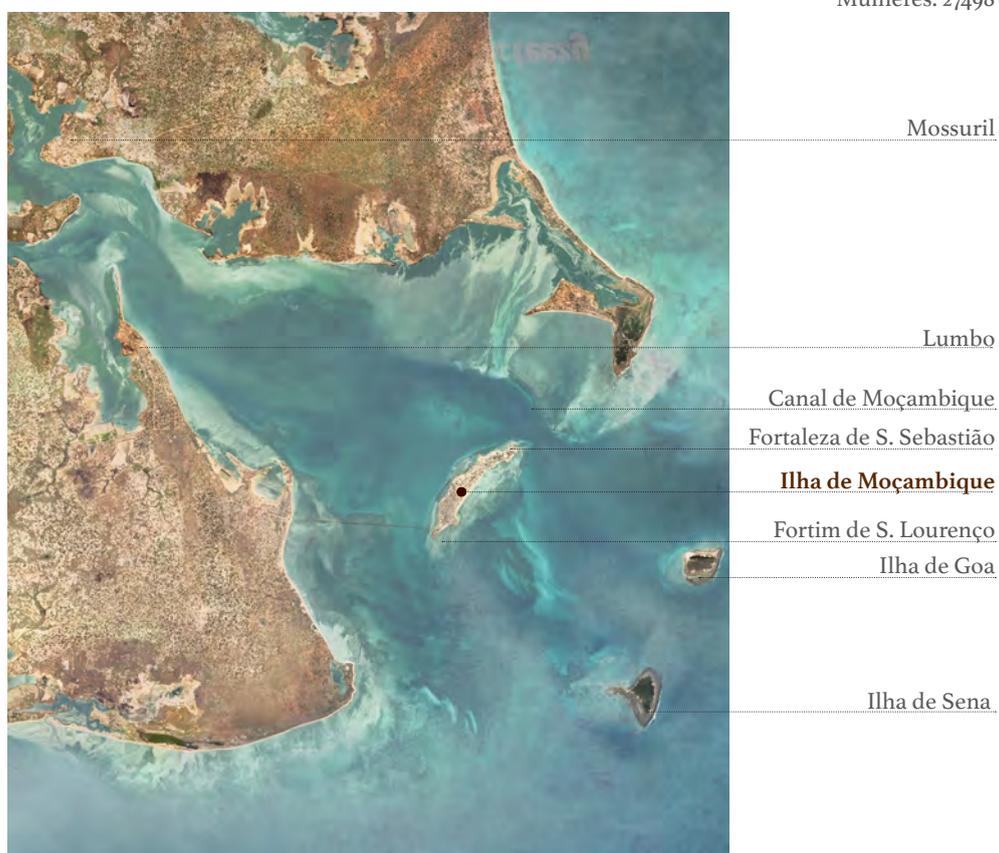
**Longitude Este:**  
40° entre 56' 300' e 54' 300'

**Limites:**

Norte: Mossuril  
Sul: Mossuril  
Este: Oceano Índico  
Oeste: Mossuril

**Dados Demográficos**  
(2012)

Nº de População: 48. 839 hab  
Homens: 26224  
Mulheres: 27498



Enquadramento da Ilha na Baía de Mossuril FIG. II

## 2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A Ilha de Moçambique foi a primeira capital de Moçambique. Está localizada na Baía de Mossuril e pertence à província de Nampula. O distrito da Ilha divide-se em duas partes: a porção insular, na qual se insere a própria Ilha e as ilhas vizinhas: Sena, Goa e o Ilhéu de S. Lourenço; e a porção continental, o Lumbo. Ambas se conectam através de uma ponte com estrutura palafítica, construída em 1967, com aproximadamente 3 quilómetros de comprimento e apenas uma faixa de rotação, com bolsas para cruzamento de viaturas. Também é possível aceder à Ilha por via marítima, através de pequenas embarcações artesanais, no entanto não existe nenhum sistema de transporte formal. Ao longo desta dissertação, sempre que me referir à Ilha, limito-me à parte insular.

O solo arenoso pouco fértil e de matéria coralina, constituiu um entrave à fixação de muitas comunidades que ali se tentavam instalar; por outro lado, a localização geográfica privilegiada em relação à *Carreira da Índia*, na Era dos Descobrimentos, fez dela uma das escalas comerciais mais importantes, um lugar cobiçado por muitas das potências mundiais da altura.

A chegada dos Portugueses, permitiu um grande desenvolvimento urbano no território, contribuindo ainda para uma ocupação bipartida que o tempo foi acentuando. Na metade sul fica a *cidade de macuti*, considerada o bairro africano. Esta parte ocupa dois sétimos da Ilha e divide-se em seis bairros: Marangonha, Areal, Unidade, Esteu, Lithine e Macaribe, cada um com o seu representante. (Amurane e Pires, 2018, p. 112) Os últimos três encontram-se a baixo do nível médio das águas do mar. A *cidade de pedra e cal* ou *cidade dos colonos*, eleva-se numa altura máxima de nove metros, em relação às águas do mar e ocupa três sétimos da área da Ilha. Estamos perante dois bairros e duas realidades diferentes, cada um com a sua própria identidade e modos de habitar. Os restantes dois sétimos do solo correspondem a espaços não construídos e cemitérios (Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique e Arkitektskolen i Aarhus Danmark, 1986, p.43).

O clima tropical húmido, característico desta região, é responsável por um verão quente e húmido e um inverno confortável. A melhor altura para visitar a Ilha de Moçambique é entre junho e setembro, período de tempo em que a temperatura é facilmente suportável, variando entre os 25° e 30°C. A precipitação média anual ronda os 86mm, fevereiro é o mês mais chuvoso enquanto que setembro é o mais seco. (Lacerda, 2012, p.51)



*Cidade de Macuti*

*Transição entre bairros*

- |                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| 1. Bairro Macaribe | 4. Bairro Areal      |
| 2. Bairro Unidade  | 5. Bairro Marangonha |
| 3. Bairro Litine   | 6. Bairro Esteu      |

CONHECER A ILHA DE MOÇAMBIQUE  
UMA ILHA, DUAS CAPITALS



*Cidade de Pedra e Cal*  
Bairro Museu



---

Palácio de S. Paulo. ( Onde antes foi erguida a Torre de S. Gabriel) **FIG. 13**

## 2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A Ilha de Moçambique deu origem ao nome do país. A sua história e a tão grande e duradoura influência que a Ilha teve sobre a formação de Moçambique, são razões que justificam a importância da Ilha para o país. É o exemplo vivo da ascensão e queda de um império, cujas marcas se refletem no tecido urbano. Segundo Walter Rossa:

*O urbanismo das cidades é a expressão material mais persistente da cultura de uma comunidade, nomeadamente no que diz respeito à legibilidade das tensões geradas pelo exercício do poder ao longo da história.*

(Rossa, 2000, p.42)

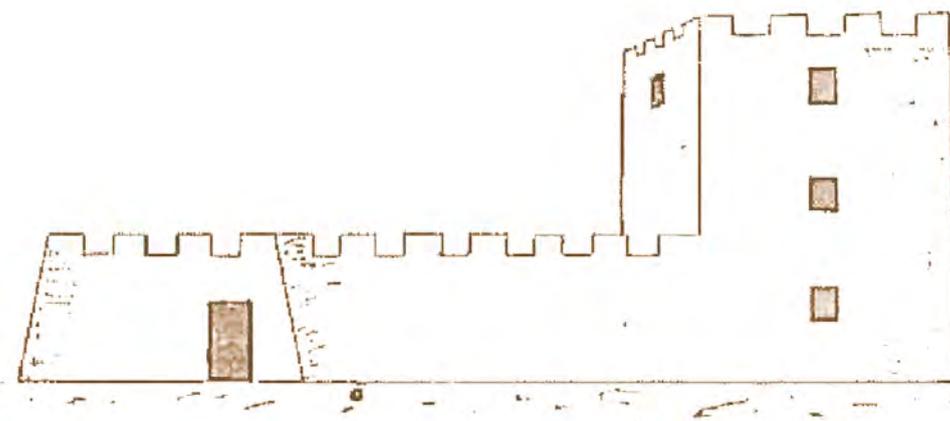
A Ilha fragmenta-se em duas zonas urbanas distintas, resultado destas tensões de poder, e que agora constituem o património da Ilha de Moçambique.

Na Era dos Descobrimentos, a Ilha de Moçambique permitiu a paragem e abastecimento dos navios que ali se abrigavam nos períodos das monções e tornou-se no principal entreposto comercial, para diversos povos: bantus árabes, indonésios, chineses e persas (Macedo, 2004, p. 142).

Até ao século XV, antes da chegada dos Portugueses, "a Ilha encontrava-se sobre alçada do Estado da Índia, subordinada ao seu Vice-Rei" (Sadruddin, 2015, p.21). Os mercadores da Ilha eram Swaihilis e a sua influência está enraizada na Ilha. Não apenas na organização espacial que hoje é expressão da tradição vernacular, mas também nos hábitos diários da população, a qual, na sua maioria, professa a religião islâmica e ainda responde ao apelo para oração que lançam do minarete da Mesquita Grande, ao final de cada tarde.

O carácter multicultural da Ilha está materializado em diversos edifícios que nos confirmam as demais presenças. Por exemplo, a presença indiana nota-se não apenas no templo e cemitério hindu, como também em lojas, armazéns, varandas, portas, alpendres e mobiliário. A presença Portuguesa foi mais uma, com bastante influência na identidade, carácter e imagem atuais da Ilha.

O primeiro contacto dos Portugueses com a Ilha aconteceu na primeira viagem para a Índia, em 1498, sob o comando de Vasco da Gama, no reinado de D. Manuel I.



Planta da Ilha de Moçambique, 1538, por D. Jo de Castro no seu roteiro Lisboa a Goa. FIG. 14  
Ampliação da imagem anterior. Torre de S. Gabriel. FIG. 15

Por ali encontraram um ancoradouro viável e um porto de abrigo seguro, durante o período das monções. Neste sentido, na segunda vez que pisaram este solo, em 1502, impuseram-se através da criação de "um armazém temporário de mantimentos, que por vezes surge referenciado na documentação como "feitorias"" (Fonseca, 2013, p.15). A primeira fortificação portuguesa na Ilha, o Forte de S. Gabriel, é construída seis anos mais tarde, exprimindo-se como a pedra angular do património colonial embora a obra mais emblemática seja a Fortaleza de S. Sebastião, a primeira e mais importante estrutura defensiva do território, com baluartes modernos e de grande dimensão. Posteriormente, o território foi gradualmente ocupado, iniciando um período promissor para o desenvolvimento urbano e arquitetónico da Ilha, numa tentativa de afirmação da presença portuguesa<sup>1</sup>.

Muitas comunidades muçulmanas que ali tentavam constituir um ambiente familiar e estável, chegaram a abandonar a ilha devido aos conflitos com os cristãos. Estes conflitos iniciaram o desenho bipartido da Ilha, acentuado em 1868, quando se institucionalizaram medidas para diminuir a presença da população indígena na *cidade pedra e cal*, proibindo a construção de palhotas na metade norte (Fonseca, 2013, p.57), reforçada dez anos mais tarde com a regulamentação que admitia apenas a construção de casas com cobertura em macuti na parte sul.

Viveu-se um ambiente militar e colonial pouco estável, mas rentável, para Portugal. A norte, instalou-se o *bairro dos colonos* e, a sul, o *bairro africano*. As diferenças entre ambos são imediatamente identificadas, *in loco*, e materializam-se nos métodos construtivos, na morfologia urbana, na estrutura tipo e cota de implantação dos edifícios. Estamos perante dois bairros autónomos que, aliados, constituem parte significativa da identidade da Ilha, tornando-a singular.

O século XVI ficou marcado pelos ataques dos Holandeses que provocaram retrocessos no desenvolvimento urbano da Ilha.

Se o século anterior ficou marcado pela violência, os séculos XVII e XVIII corresponderam a uma fase próspera. A fortaleza de S. Sebastião ficou concluída, prevenindo futuros ataques; e a Ilha deixou de ser praça de guerra, em 1763, para passar a vila e, a partir daí, sofre um grande desenvolvimento urbano que lhe permitiu a ascensão a cidade em 1818 (Omar, 2013, p.65). O ambiente político que se viveu durante este período na Europa, resultado dos ideais da Revolução Francesa e das Reformas Pombalinas, muito contribuiu para a boa fase que a Ilha atravessou.

Este período culminou com o liberalismo do século seguinte, o qual "abriu a ilha à

---

<sup>1</sup>Construíram-se feitorias, as fortalezas, uma Igreja do Estilo Manuelino (única em todo o país), edifícios com fachadas classizantes. Tudo ao estilo português, de forma ao povo impor-se no que diz respeito à arquitetura swahili, ali inveterada.



Fotografia de habitações, na *cidade de Macuti*. FIG. 16

Fotografia da Câmara Municipal, na *cidade de Pedra e Cal*. FIG. 17

população africana até então privada de nela viver devido ao regime de permanente vigilância que era apanágio de um Governo Militar” (Lobato, 1945, p.177). As pessoas passaram a ser livres de circular e permanecer onde quisessem. Posto isto, a Ilha parecia corresponder às necessidades dos tempos e acompanhava a evolução da economia. Mas se outrora foi tão cobiçada, hoje a realidade é outra. Os momentos prósperos foram sucessivamente substituídos por acontecimentos que a enfraqueceram. A Independência do Brasil, em 1822, provocou um colapso económico neste, até então, importante porto de exportação de escravos<sup>2</sup>. “O desenvolvimento económico do Transval e a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques deslocam para o sul o centro económico da Província. Lourenço Marques desenvolve-se e [a ilha de] Moçambique estagna” (Lobato, 1945, p.25), perdendo o estatuto de capital em 1898. Em 1935, Nampula passou a capital da região norte, pois a Ilha não tinha “porto para navios de grande porte, nem cais de desembarque, nem ponte que a ligasse ao continente” (Fonseca, 2016, p.46). E, se até então, pelas características físicas da Ilha relativamente à fertilidade do solo e dado o aparecimento da colónia da Zambézia, com melhores condições de habitabilidade, a Ilha tinha mantido a sua importância enquanto porto, também esta foi extenuada com a construção do novo porto de Nacala que levou à redução da atividade portuária da Ilha e à perda da importância estratégia comercial de outra que nem a construção da ponte conseguiu evitar, adiando a já certa decadência (Capão, 1988, p.14).

Em 1975, aquando da Libertação Nacional, já o território estava ocupado praticamente na sua totalidade. Neste ano, surgiu a oportunidade para a Ilha: o renascer de uma nova era, a renovação da sua própria identidade.

*Historicamente, a cultura funcionou para o povo moçambicano como um veículo na reafirmação da identidade moçambicana e de protesto contra a dominação colonial durante cinco séculos, e foi a componente importante da luta de libertação em virtude da sua relação intrínseca com o despertar da consciência nacionalista. [...] afirmou-se que a valorização da cultura seria a condição fundamental para a consolidação da unidade nacional e da identidade individual e de grupo.*

(Omar e Junior, 2014, p.7)

---

<sup>2</sup>Entre 1780-1800 terão sido exportados de Moçambique entre 10 a 15 mil escravos por ano e muitos deles passaram pelo porto da ilha, num comércio extremamente lucrativo para os negreiros árabes, swahilis, macuas e europeus (portugueses, franceses, ingleses e holandeses, entre outros). É a grande mancha na história da ilha de moçambique.’ (Macedo, 2014, p.144)

Extracto da "Memória Chorográfica" de Frei Bartolomeu dos Mártires — 1822:

6 famílias brancas, descendentes de portugueses ou militares.  
 120 portugueses, brancos ou tidos como tal.  
 650 mestiços.  
 200 canarins — indianos de Goa.  
 180 baneanes — só homens.  
 500 árabes ou mouros.  
 800 cafres forros.  
 5 a 6000 cativos (escravos).

População total da Ilha e terra firme (Cabaceira e Mossuril) — 8500 a 9000.

Almanach Civil Ecclesiástico Histórico Administrativo da Província de Moçambique — J.V.da Gamá — 1859:

	Masculinos	Femininos
Cristãos	69	228
Mouros	125	96
Libertos	141	152
Escravos	2.233	1.032
De passagem	66	38

Baneanes: 56; Parses: 10; Gentios: 38; Bathiás: 46; Neg.de pass.: 100.  
 Total da população: 4.522

Recenseamento segundo Alexandre Lobato — 1940:

A população nativa:

Homens	Mulheres	Total
4.540	3.257	7.797

A população imigrada:

Origem étnica	Homens	Mulheres	Total
Europeus	355	250	605
Indianos ingl.	127	41	168
Indianos port.	157	77	234
Mestiços	202	173	375
Africanos	33	10	43

Total da população imigrada

874	551	1.425
-----	-----	-------

Total global

5.414	3.808	9.222
-------	-------	-------

Nacionalidade da população imigrada:

Portugueses	737	505	1.242
Outra nac.	137	46	183

Em 1968 a população da Ilha era de 8.200 habitantes, repartidos por 1.300 na "cidade de pedra e cal", e 6.900 na "cidade de macuti".

A densidade demográfica é, portanto, de 3.270 habitantes por Km<sup>2</sup> na "cidade de pedra e cal", e de 28.000 habitantes por Km<sup>2</sup> na "cidade de macuti".



Evolução Demográfica FIG. 18

Habitante da Ilha. Cidade de Macuti FIG. 19

Todavia, a estagnação económica acentuou-se, quer pela fuga de colonos, quer pelo êxodo das pessoas mais qualificadas para áreas desenvolvidas do país, levando a um acentuado desinvestimento no comércio, nos serviços públicos, etc. A *cidade de pedra e cal*, quase vazia, iniciou um processo de degradação física, social e económica. A *cidade de macuti*, por outro lado, viu-se "sobrelotada com a desmesurada migração de africanos, refugiados da guerra colonial, provindos de outras zonas do continente" (Sadrudin, 2015, p.38).

A tentativa de afirmação da nova governação começou pela adoção de várias medidas, entre as quais as relativas ao regime de propriedade, entre 1976 e 1991. O Estado nacionalizou grande parte do imobiliário<sup>3</sup>. O objetivo desta iniciativa passava por acabar com a discriminação racial e a exploração social e capitalista que se sentia na Ilha até então. "Cada família tinha direito de ser proprietária da sua própria habitação. Porém, o Estado [era] a única entidade autorizada a arrendar imóveis" (Lacerda, 2012, p.51), criando-se, nesta sequência, uma entidade responsável pelo arrendamento e manutenção de todo o parque imobiliário do Estado - a Administração do Parque Imobiliário de Estado [APIE].

Paralelamente, o país assistia a um flagelo consequente da Guerra Civil que deflagrou entre 1977 e 1992. Durante este período, o clima de paz que se vivia na Ilha fez dela um porto seguro para muitas pessoas que se tentaram refugiar do conflito. A população da ilha aumentou e novos comportamentos foram adotados.

*A Ilha recebeu novas pessoas vindas do interior da nossa província que vinham em busca de segurança e de melhores condições de vida. Essas pessoas trouxeram seus hábitos culturais, maneira de ver as coisas diferentes e aqui se acomodaram. Essa convivência permanente com os naturais constituiu um novo povo com novo comportamento que vemos até aos nossos dias na Ilha. Portanto, houve uma simbiose de culturas e que acabou afetando negativamente os valores morais da população nativa da Ilha de Moçambique. [...] A população natural da Ilha de Moçambique passou a pensar de uma forma diferente em relação ao que vinha pensando na questão da conservação, sobretudo dos bens patrimoniais, aquilo que construímos e aquilo que faz parte da nossa história. Eu sou testemunha e me acho mesmo testemunho no processo dessa transformação que aqui ocorreu. Infelizmente, a nova geração não quer ouvir, não quer aprender, não tem esses valores morais, não existe respeito ao próximo. A transmissão desses valores foi quebrada e consequência disso é o que vemos: a nossa sociedade a desmoronar.*<sup>4</sup>

(Omar e Sandeville, 2012, p.19)

<sup>3</sup>The Nationalization process was characterized by the acquisition by the State (with exceptional indemnifications) of all rented property (rental agreements and income buildings). This change was applied to the property rights of all real estate properties owned by foreigners and non-resident Mozambicans. Sales on the real estate market would have to be previously authorized by the State which had the right of preference (CM,1976). (apud Silva, A., Derks, A. & Roders, A. & Hougaard, J., 2013, p.2)

<sup>4</sup>Entrevista cedida por Ancha (Halifa – Líder religiosa). Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.



Esquissos no terreno. FIG. 20 e 21

Em 1991, a *cidade de pedra e cal* deixou de ter apenas a classificação de Imóvel de Interesse Público, que já acartava desde 1955, para estar inscrito, com todo o conjunto da Ilha, na Lista de Património Mundial da UNESCO. O processo que está na base desta inscrição teve início no final da década de 1970, com um pedido do Governo Moçambicano dirigido à UNESCO para a realização de uma consultadoria, missão que foi coordenada pelo arquiteto polaco Krzysztof Pawlowaski, onze anos mais tarde. No relatório-técnico, Krzysztof Pawlowski defendeu que:

*La grande valeur de l'Ilha de Moçambique, même au niveau international, est incontestable.' e ainda que 'la suggestion faite par les autorités de Moçambique d'inscrire l'ilha sur la liste du patrimoine mondial culturel et naturel est pleinement justifiée.*

(Krzysztof, 1981, pp. 11/12)

A classificação ambicionava uma chamada de atenção para a Ilha e para o seu valor patrimonial excepcional. Nascia a esperança da Ilha se autopromover principalmente devido ao grande potencial turístico que já detinha e que a classificação poderia reforçar. Esperou-se uma melhoria da qualidade de vida dos habitantes e uma solução face à sucessiva degradação do património cultural material. No entanto, acabou por não ter os efeitos desejados uma vez que, ainda hoje, a “maioria da população vive em condições de extrema pobreza e não reconhece na inscrição qualquer benefício ou melhoria da sua vida” (Calmeiro e Aboo, 2018, p.85). As condições precárias em que vive a maioria da população são evidentes. Os edifícios degradados estão à vista de todos. Este processo de patrimonialização significou apenas reconhecimento, dando a conhecer a Ilha de Moçambique ao mundo. Porém, as restrições consequentes desta Inscrição, no que concerne à melhoria das condições de vida dos residentes, cria um conflito de interesses. O prazer visual idealizado para o turismo opõem-se ao desejo de melhores condições e necessidades práticas que produzam condições de habitabilidade à população.

*As informações de que a ilha de Moçambique já era património cultural, fomos ouvindo aos poucos [...]. Foi-nos dito que não devíamos mudar as nossas casas, que nós devíamos manter em casas de Macuti. [...] cada dia que passava havia necessidade de melhorar as nossas condições habitacionais, isto é, a da minha família. Eu reestruturei a minha casa porque nunca alguém prestou atenção nas condições em que eu, ou seja, minha família e as de outras pessoas que viviam na cidade de Macuti. Nunca se prestou atenção nas condições de vida da população, mas sim nos edifícios coloniais<sup>5</sup>*

(Omar e Sandeville, 2012, p.21)

---

<sup>5</sup>Entrevista cedida por Ancha (Halifa – Líder religiosa). Março, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.



Ruínas informalmente ocupadas FIG. 22

As “ações de conservação, preservação e restauro do património centram-se sobretudo, no património da *cidade de pedra e cal*” (Omar e Junior, 2014, p.6). Este desequilíbrio no que diz respeito ao nível de importância de conservação atribuído a cada uma cria um conflito, para quem vive na Ilha, questionando-se o que é o património cultural da Ilha, assim como o que é realmente relevante salvaguardar. Face a isto, grande parte do património permanece ao abandono, ou em ruína, porque a população vive maioritariamente na *cidade de macuti* e “não está sensibilizada, nem reconhece o seu papel na valorização e conservação do seu património cultural” (Calmeiro e Aboo, 2018, p.85).

*Primeiro aspecto, como eu disse, para a conservação do património é que todos nós devemos sentir os benefícios da existência desse património nas nossas vidas. Enquanto nós não sentirmos os benefícios que este património gera, e simplesmente beneficiar aos terceiros, por que razão nós vamos conservar, por que é que eu devo conservar o património quando o benefício é só seu, e não é meu, por quê? [...] por que razão eu devo continuar a manter essa casa de Macuti se a riqueza não é minha?*<sup>6</sup>

(Omar e Sandeville, 2012, p.10)

Depois da nacionalização do solo e da Inscrição da Ilha na Lista de Património Mundial da Humanidade, o Estado tornou-se incapaz de garantir a manutenção e salvaguarda do seu património edificado. O contributo da UNESCO<sup>7</sup> não tem sido suficiente. A má gestão e a falta de mão de obra qualificada local capaz de garantir a manutenção das intervenções financiadas quer pela UNESCO quer por instituições estrangeiras, são alguns dos motivos para a situação em que a Ilha se encontra hoje.

Numa tentativa de resposta à pressão de intervenção urgente na recuperação do património material em degradação, o governo volta a ceder a propriedade. Principia, em 1992, uma outra fase patente na privatização<sup>8</sup> do imobiliário que ainda hoje subsiste. Isto permitiu que os antigos proprietários voltassem a adquirir os imóveis e que empresas construíssem edifícios para arrendar ou vender.

---

<sup>6</sup> Entrevista cedida por Chehe Hafiz Jamú. Março de 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.

<sup>7</sup>A UNESCO, ao longo do tempo, disponibilizou verbas para um conjunto de ações que visavam a conservação do património da Ilha, entre as quais: em 1994, a reparação dos telhados do Palácio de S. Paulo, no ano seguinte duas missões sobre a conservação e desenvolvimento da ilha de Moçambique. Em 1996 um plano integral de conservação para a ilha. Em 1999 a reabilitação do mercado, em 2001 um plano de gestão e conservação para a Ilha e por ultimo, em 2009 a reparação e reconstrução das paredes defensivas e fundações da Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique (Hougaard, 2018, p.142).

<sup>8</sup> ‘It allowed enterprises to construct buildings for sale or lease and it allowed the occupants of nationalized properties to apply for acquisition of the occupied real estate. The value of the property was calculated through a formula which, curiously, does not appreciate the property’s cultural value. Age or antiquity attributes are considered as depreciation value’s criteria (AR, 1991)’ (apud Silva, A., Derks, A. & Roders, A. & Hougaard, J., 2013, p.2)



*cidade de macuti* FIG. 23

Inauguração da Estátua de Camões FIG. 24

Tratou-se de “uma tentativa de travar o confrangedor processo de erosão de uma glória passada, [onde] é visível o investimento, por parte de instituições públicas e, já agora, da iniciativa privada também.” (Castro, 2009)<sup>9</sup>.

Podemos concluir que estas medidas posteriores à Independência provocaram mudanças na Ilha, principalmente na *cidade dos colonos*, maioritariamente habitada por não moçambicanos e, posteriormente, por refugiados, cuja fragilidade económica conduziu a um gradual abandono. A sua reocupação após a emancipação foi difícil e contida: a população que tinha condições políticas para permanecer, não tinha condições económicas para a habitar, restringindo-se às circunstâncias precárias da *cidade de macuti*.

Nesta fase, levantam-se questões como: A independência da colónia melhorou as condições de habitabilidade dos locais? O que é aceite e sentido como património cultural da Ilha? O que se tem feito pela sua salvaguarda? A sua preservação deve sobrepor-se a questões de habitabilidade? A quem servem as intervenções de reabilitação atuais?

*[...] o que está guardado da nossa história e da memória do povo, dos saberes dos emakwa na Ilha de Moçambique? Na verdade, dos palácios, da Fortaleza de São Sebastião, dos fortins e de outros, só nos chegam as histórias orais contadas pelos nossos bisavós que dizem do quanto nossos ancestrais sofreram para erguer os engenhosos edifícios,[...] entretanto, em nenhum canto desta cidade podemos encontrar um símbolo, uma estátua em homenagem aos milhares de escravos que morreram durante a construção da Fortaleza de São Sebastião, por exemplo. Em seu lugar temos apenas as estátuas de Vasco da Gama, do poeta português Luís Vaz de Camões. E no museu está repleta a história dos reis, dos governadores, dos capitães-mor portugueses e o que é que tem dos naturais? Que informações levaremos para os nossos netos? Como os saberes desse povo emakwa chegarão às futuras gerações? As histórias do Vasco da Gama, Luís de Camões, estas estão se perpetuando, porque estão escritas e estão documentadas e monumentadas. E as dos escravos, as dos construtores/obreiros, artesãos locais?<sup>10</sup>*

(Omar e Sandeville, 2012, p.17)

O património cultural deve ser entendido como um conjunto de marcos identitários da sociedade, isto é, bens do passado que podem transportar valores identitários para o futuro. No caso da Ilha de Moçambique, a construção deste tipo de marcos parece praticamente toda direcionada para um período conturbado da

<sup>9</sup>Consultado em <https://viagem8odias.blogs.sapo.pt/12368.html>, a 14 de Setembro de 2018.

<sup>10</sup>Entrevista cedida por Chehe Hafiz Jamú. Fevereiro, 2012. Entrevistadora: Lúcia L. Omar. Ilha de Moçambique, 2012.



Palácio de S. Paulo, *cidade pedra e cal* FIG. 25

Piscina, *cidade pedra e cal*, anos 50/60 FIG. 26

Ruas da *cidade pedra e cal*, anos 50/60 FIG. 27

história da Ilha, no qual se evidencia um predomínio dos Portugueses sobre os locais, com raras exceções, como o jardim da Memória. É necessário intervir para e com os habitantes, criando laços de empatia entre eles e o construído, de forma a privilegiar a manutenção desses espaços e objetos por vontade e orgulho próprios.

A Ilha que tanto tem a oferecer, não só face à crescente procura do turismo cultural mas, preferencialmente, aos seus habitantes, parou no tempo e perdeu-se no Índico, sobrelotada a sul e abandonada a norte. É o resultado de uma independência que tanto se ambicionou, mas que abriu portas a uma nova dependência devido à falta de capacidade de se garantir a preservação deste património. Esta dependência estende-se a investimentos estrangeiros (privados, assim como a organizações externas) que têm apoiado a salvaguarda deste conjunto patrimonial. Se outrora os principais interesses da Ilha passavam pelo comércio, hoje destaca-se o sector turístico.

Para além das já mencionadas, outras medidas foram adotadas com o objetivo de salvaguardar o património da Ilha. Esta luta remete-nos para 1977, com a criação do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, cujo objetivo passou pela investigação, divulgação e conservação do património cultural nacional. Três anos mais tarde, a investigação e conservação ficou ao cuidado de um gabinete de restauro, o qual, em 1985, ficou inativo devido à guerra civil. Porém, os resultados das investigações foram publicados no *Livro Azul* que constituiu a base para a inscrição da Ilha na Lista da UNESCO (Hougaard, 2018, p.141). Em 2007 voltou a criar-se um Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique [GACIM] que, dentro das suas limitações financeiras e escassez de recursos humanos capacitados, procura promover a conservação do património, sobretudo o material. Vários planos foram também apresentados: em 2006, o Plano de Ação para Gestão do Património Mundial da Ilha; em 2009, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique; e em 2010, o Plano de Gestão e Conservação (Hougaard, 2018, p.142). Neste último ano foi ainda aprovado o Código de Posturas Municipais com medidas específicas para a conservação e restauro do património edificado e, em 2014, foi realizado um Diagnóstico para um Plano de Pormenor da Ilha de Moçambique Insular. (Hougaard, 2018, p.143) O projeto Cluster, com o apoio da União das cidades capitais de Língua Portuguesa [UCCLA] tem dado apoio em áreas como a saúde, a educação, a recuperação do património, o saneamento e o abastecimento de água potável. Em 2011, criou-se o Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique, que atualmente tem as suas instalações integradas na Fortaleza de S. Sebastião. Em 2018, foi criado o posto de turismo na praça da Casa Girassol. Por fim, é de re-

## Feliciano Gundana exorta para a conservação dos museus da ilha

O Primeiro Secretário Provincial do Partido FRELIMO e Governador de Nampula, Feliciano Guandana, visitou anteontem no distrito da Ilha de Moçambique a fortaleza e os museus ali existentes.

Nos dois museus visitados, Feliciano Guandana exortou os seus encarregados a procederem à conservação e inventariação dos objectos ali existentes.

Na tarde do mesmo dia, o Governador de Nampula esteve na localidade de Ulungo.

Feliciano Gundana chegou à Ilha de Moçambique na manhã de sexta-feira tendo sido recebido por centenas de pessoas.



Notícia, ARPAC, 1980 FIG. 28

Fotografia Após o Restauro do Palácio, *cidade pedra e cal* FIG. 29

Obras de Reabilitação da Fortaleza de S. Sebastião, *cidade pedra e cal*, 2009 FIG. 30

ferir que, durante vários anos, a Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane [FAPF-UEM] apoiou o Ministério da Cultura na apreciação dos maiores projetos de reabilitação e na elaboração do Regulamento de Proteção do Património Edificado da Ilha de Moçambique, recentemente aprovado pelo conselho de ministros. (Hougaard, 2018, p.143)

Existe também um conjunto de associações de apoio à comunidade que ajudam na salvaguarda patrimonial, entre as quais: Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique [AAIM], 1982; a Associação de Pequenos Empresários Turísticos [APETUR], 1999. Associação cultural das Mulheres [ACMIM] e Associação dos Pescadores [ASSOPIMO], 2009; e a Associação Humanitária das Mulheres Empreendedoras [AHMEIM] (Cruz, 2019, p.29).

Podemos concluir que a Ilha tem a sua longa e valiosa história escrita no seu património cultural singular, atrativo e classificado.



Ambiente antes de entrar na ponte FIG. 33  
Vista da Ilha, da Ponte FIG. 34  
Participantes no *Oficinas* em viagem FIG. 35

### 2.3. O Lugar, HOJE

Em direção à Ilha de Moçambique, na ponte, vê-se apenas mar e, no fundo, uma pequena porção de terra,

*[...] Delicada como uma linha que se cose no horizonte. Lêem-se as suas duas fachadas, A que se apresenta ao nível do olhar e a que se espelha no mar. A norte a sua coroa, a incrível fortaleza de S. Sebastião, alinhando-se no mesmo plano as graciosas feitorias e os casarios, em tons desgastados pelo tempo, escondidos alguns por mancha de verde e de alguns coqueiros que espreitam mais alto. [...] Destacado da Ilha por uma estreita corrente de água, aguarda amparado na restrita base rochosa que o sustem, o solitário Fortim de São Lourenço.*

(Sadrudin, 2015, pp. 47 e 48)

O único acesso terrestre à ilha é feito através da ponte que, devido à sua estrutura, exige um elevado controlo do número de viaturas que nela circulam em simultâneo, a carga que transportam e o sentido em que seguem. Por dia, atravessam-na cerca de 80 a 90 viaturas.

Esta estrutura tem grande importância na economia do distrito: além de permitir a ligação entre o continente e a ilha, serve como meio para a maioria do escoamento de produtos. É possível chegar à ponte através da EN105. Não está em perfeitas condições, no entanto, percorrê-la é um dos momentos mais interessantes antes de chegar à Ilha devido ao seu ambiente social e comercial. Por via marítima, conforme já referido, também é possível chegar à Ilha, não existindo, atualmente, nenhum sistema de transporte estabelecido para o efeito (Lacerda, 2012, p. 47).

Assim que se chega à Ilha, ainda antes de interpretarmos toda a sua complexidade, deparamo-nos com a árvore e o banco de Mouzinho. Uma robusta árvore, com um tronco firme e forte, abraçada por um banco, cujo conjunto marca um ponto de encontro entre *as gentes de cá e de lá*. Um momento para apreciar antes de entrar na *cidade de macuti*.

A *cidade de macuti*, zona sul da ilha teve, durante muito tempo, um carácter de tra-seiras por nela se instalarem espaços que aparentemente se desejavam ocultos (pedreiras, currais, matadouros, fornos de cal, depósitos de lenha ou carvão) (Omar, Júnior, 2014, p.6).



*Cidade de macuti* FIG. 36, 37, 38 e 39

Foi gradualmente ocupada por bairros indígenas, habitados por escravos vindos do continente, os quais se tornaram criados e rendeiros e que por isso ganharam o direito de aí permanecer, mais concretamente nesta parte, e de nela erguerem as suas tradicionais casas de macuti. A sua urbanização foi menos planeada, encontra-se hoje sobrelotada e o espaço que não está ocupado funciona como espaço público e social. Entre os seis bairros que compõem a *cidade de macuti*, o bairro Marangonha, o Areal e o Unidade fixaram-se na contra-costa, apresentando um traçado regular, as ruas são longas e direitas. Nestes, a terra não foi extraída com intensidade. Por outro lado, nos de Esteu, de Lithine e de Macaribe instalados nas antigas pedreiras, apresentam um desnível que dificulta a acessibilidade e a ventilação natural. O traçado é labiríntico. Todos eles são constituídos por estruturas que nos remetem para a cultura swahili<sup>12</sup> predominantemente residenciais, embora existam equipamentos pontuais como escolas, estabelecimentos comerciais, de restauração e bebidas (Omar, 2013, p.32). Regra geral, o prolongamento das coberturas proporciona sombra protege as varandas, elevadas ligeiramente do chão, em alvenaria rebocada, que formam um banco ao longo da frontaria. As casas são geralmente quadradas ou retangulares e com cerca de oito a nove metros de lado. São contruídas com pau a pique, revestidas de terra amassada, caiadas de cores claras e com umbrais e rodapés de cores vivas. Espacialmente comportam uma sala, um ou dois quartos (excepcionalmente três) (Mestre e Xavier, 2018, p.173).

Quando se observa o conjunto, reparamos que outros materiais têm vindo a ser adaptados nas casas de macuti, uma vez que o agregado familiar, sem forma de garantir a manutenção das suas casas, procura arranjar métodos construtivos alternativos, mais acessíveis. Esta última solução tem um impacto direto na imagem geral e na autenticidade que as casas tradicionais conferem ao espaço. Quando um bem é inscrito na Lista de Património Mundial, não devem existir intervenções que coloquem em causa a sua autenticidade, no entanto, a pobreza dificulta a manutenção e salvaguarda desse património.

Macuti tornou-se num “universo de aspirações à imagem da contemporaneidade [...]. O seu panorama estético perdeu, provavelmente para sempre, a expressão autêntica do vernacular.” (Sadrudin, 2015, p.48)

Os tons acastanhados das habitações e os esverdeados dos coqueiros, palmeiras e bananeiras contrastam com tantos outros das capulanas, que desfilam pelas ruas de areia, construindo uma paleta de cores, tão variada e garrida que alegra o espírito

---

<sup>12</sup>A casa de tipo Swahili possui uma grande facilidade de adaptação que, no passado, facilitou a sua utilização por povos com tradições culturais bastante diferentes e que hoje permitiria, se se estudarem medidas técnicas e financeiras apropriadas, que se adaptasse para responder às exigências de uma conceção moderna de habitar. Mas, se pelo contrário, não houver nenhuma intervenção para apoiar e encorajar a produção tradicional, a casa de tipo Swahili, que no passado se difundiu em tantas partes de África, está provavelmente destinada a desaparecer no futuro (Bruschi, 2001, p.161)



*Cidade de macuti* FIG. 40

Transição entre bairros FIG. 41

Casa de Hospedes, *cidade de pedra e cal* FIG. 42

de quem a vê. Mas quem vê não se sente também indiferente à pobreza aí existente, patente na falta de condições de habitabilidade que o conjunto denuncia e que as crianças escondem através da alegria estampada nos seus pequenos e finos rostos.

A charneira que separa os dois bairros traduz-se numa linha de demarcação transversal à ilha. O vazio da Praça 16 de Junho ressalta pela sua singularidade em relação a um pequeno território sobrelotado e carente de espaços verdes. O jardim, portador de um carácter social, permite a convivência e o contacto entre ambas as realidades e assume-se como um elemento de transição urbano facilmente identificável. A Igreja da Saúde vira costas ao *bairro africano*, acenando à *cidade dos colonos*, uma elevação que intensifica a discrepância entre os bairros. O mesmo acontece com a escala monumental do hospital que se contrapõe ao plano enterrado do manto de coberturas das casas de macuti. A Mesquita Central, não passa despercebida, entre ruínas e coqueiros exhibe o seu minarete despertando curiosidade aos que, atraídos pela sua elegância, descobrem um momento marcante para os habitantes da Ilha. Referimo-nos ao Largo do Mercado que remata a Rua Iglesias da Saúde. É também a partir daqui que começam a aparecer sinais de ruína, edifícios devolutos e ruas vazias. Esta zona encontra-se pouco consolidada.

Se até aqui descrevi um ambiente denso, cheio e vivo, agora respiramos um vazio. Chegamos à *cidade de pedra e cal*, “[...] em tempos o lugar dos negociantes, comerciantes e ocupantes coloniais, é hoje um equilíbrio entre a sede dos órgãos públicos, equipamentos turísticos e uma grande quantidade de ruínas e edifícios vazios” (Rossa, 2018, p.60). Neste lado da ilha, assistimos a uma dicotomia entre cheios e vazios. Entre espaço público e privado, entre o abandono e o turismo. Com um traçado urbano mais regular do que o bairro anterior, é rematado, a norte, pela Fortaleza de S. Sebastião e, a sul, pelo Hospital de Moçambique, caracterizado pela regra e ortogonalidade que o define e incute ao espaço. Atualmente, apenas uma pequena parte da população vive nesta parte e, em muitos casos, em piores condições do que na *cidade de macuti*.

Os equipamentos e serviços estão a ser transferidos para a zona continental. Esta situação, para além de dificultar a permanência da população que se desloca à procura de trabalho e melhores condições de vida, diminui a importância deste bairro.

“Os edifícios fazem imaginar tempos remotos. [...] todavia não deixam adivinhar a complexidade do interior das casas.” (Sadrudin, 2015, p.50). Variam entre um e dois pisos. Todos eles de cobertura plana para armazenar as águas da chuva. A cada um se associa um muro, atrás do qual se desenrola a vida social e familiar.



 Edifícios Religiosos

 Posto de Turismo

 Pousadas | Hóteis

 Comércio

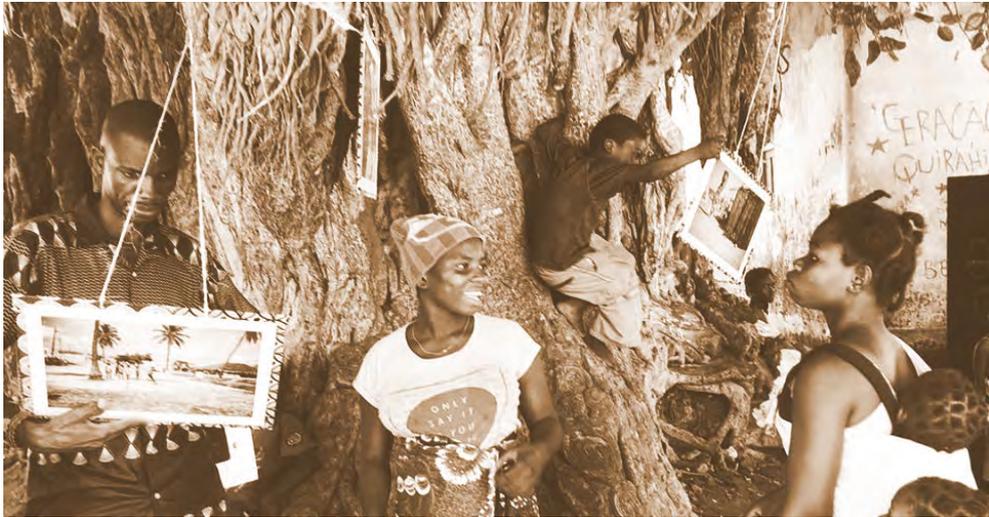
 Desporto

# CONHECER A ILHA DE MOÇAMBIQUE

## SERVIÇOS RELEVANTES



- |  |   |  |   |   |
|--|---|--|---|---|
|  Praias Banháveis |  Mergulho    |  Piscina              |  Espaços Comunitários |  Cafés   Bares |
|  |  Restauração |  Praias de Pescadores |  Parques Infantis     |  Praças        |



*cidade de pedra e cal* FIG. 44  
Areal, praia de pescadores FIG. 45  
Árvore da Ilha FIG. 46

Os vãos das fachadas repetem-se, continuamente. Uns em bom estado outros arruinados pelo abandono e/ou falta de manutenção. Assim Sadrudin, descreve a situação atual do edificado desta metade da ilha:

[...] *varandas indianas, portões metálicos, brasões portugueses, portas de madeira cravadas pelos árabes, paredes de azulejos com desenhos de animais, ou motivos vegetais. Mas guarda por outro lado a ruína, o abandono, as figueiras bravas que se alimentam das paredes, a alvenaria de pedra que mostra o seu estado de saúde precário, sobre a cobertura que caiu e assim ficou.*

(Ali Sadrudin, 2015, p.51)

O património natural não passa despercebido. A flora não é muito diversa, dadas as características do solo. As árvores mais frequentes na Ilha são ornamentais: *Cassia spp* (Fabaceae), *Casuarina* (Casuarinaceae), *Ficus spp.*(Moraceae), *Melia azedarach* e *Trichilia dregeana* (ambas Meliaceae) (Lacerda, 2012, p. 48). Os mangais são também facilmente reconhecidos pela costa. A vegetação de praia varia entre espécies como: *Canavalia roseus* (Fabaceae), *Ipomea pescaprae* (Convolvulaceae) e *Cyperus maritimus* (Cyperaceae) (idem). Destacam-se ainda o grande carvalho que existe na frente do hospital e as árvores maçanica que se vão acumulando nos pequenos quintais das casas de macuti. As eras apoderam-se dos muros e das rochas, enquanto que as figueiras bravas nascem pelas ruínas, contribuindo para a degradação do edificado.

Neste lado da Ilha, algumas ruas são ladeadas por árvores, outras não têm uma única, não existe regra. As árvores traduzem-se num elemento de exceção necessário, num clima tropical. Oferecem sombra e, a pintura de branco, no início do tronco, confere um ar fresco e limpo ao espaço. Contudo, a forma como as árvores são tratadas e até evitadas, revela pouco conhecimento no que toca à importância de boas práticas de manutenção e preservação da arborização, fundamentais nos espaços públicos pelo conforto, conformação e desenho que conferem ao espaço. A iluminação é insuficiente e a pouca organização e carência de mobiliário urbano tornam estes espaços públicos pouco convidativos e até inseguros durante o período noturno.

Neste lado, concentram-se ainda os poucos espaços verdes existentes, bem como as praias próprias para banhos. De facto, não podemos deixar de mencionar as praias, convidativas pela sua beleza, mas interditas por serem lixeiras para grande parte da população. Não existe rede pública de saneamento. O único sistema que existe é a fossa séptica mas e na *cidade de macuti* são poucos os edifícios com instalação sanitária.



Vista para o Pontão e apanhadores de moluscos, *cidade de pedra e cal* FIG. 47

Igreja de Santo António, *cidade de macuti* FIG. 48

Fortaleza de S. Sebastião e Capela Nossa Senhora do Baluarte FIG.49

A má qualidade construtiva e reduzida quantidade de sanitários públicos, a escassa água potável, a falta de depósitos de lixo regulares e a prática de fecalismo nas praias, aliados ao próprio clima (propício à propagação de doenças), são alguns dos fatores que contribuem para a insalubridade da Ilha, comprometendo a saúde pública. Este cenário é preocupante e necessita de uma intervenção urgente.

É possível mergulhar no Índico, sem problemas, perto do Pontão da Ilha, na *cidade de pedra e cal*. O pontão foi dos lugares mais marcantes durante a minha estadia na Ilha, era ali que começavam os meus dias. A sua estrutura convida ao convívio nas bolsas com bancos incluídos, e de onde é possível vê o pôr do sol ou, quando amanece e a maré vaza, os apanhadores de moluscos, conchas, búzios, cacos, missangas ou moedas. Neste momento, os tesouros perdidos no Índico, provenientes dos mais variados naufrágios, alguns da *Era dos Descobrimentos*, vêm à tona. Muitos são usados como ofertas aos visitantes, pelos mais pequenos que, desconhecedores do valor desses pedaços e sem mais nada para oferecer, entregam o que têm ou melhor, o que arranjam, com a esperança de receber algo em troca. Algumas destas peças têm um elevado valor histórico e, caso não se tomem medidas para as preservar, vão deixar de existir, constituindo uma grande perda para as futuras gerações.

Destacam-se, a par dos vários pontões debruçados sob o mar que revelam a dependência da ilha, deste recurso natural, os monumentos aqui arraigados. Referimo-nos não apenas à Fortaleza, mas também à Capela de Nossa Senhora Baluarte; ao Templo Hindu, à Mesquita Central, ao Fortim de S. Lourenço, à Capela de S. Francisco Xavier, ao Palácio dos Capitães Generais; à Igreja Nossa Senhora da Saúde; à Igreja da Misericórdia; à Pedra Sagrada; entre outros (Lacerda, 2012, p.50). Estes monumentos históricos, aos quais foi atribuído Valor Universal Excepcional [Outstanding Universal Value] conquanto estiverem relativamente fora de perigo (atraindo maior atenção por parte dos governos e parceiros de desenvolvimento), muitas vezes não são reconhecidos pelos habitantes que, embora os respeitem, não os usufruem uma vez que com eles não se identificam, muito em função de “lembranças dos processos dolorosos de dominação e discriminação coloniais” que explicam “muitas das reticências, alguma indiferença, um certo oportunismo e a falta de empatia que por vezes se verifica entre alguns dos moçambicanos perante o património originado nesse período conturbado da história do país”. (Carrilho e Lage, 2018, p.34) . Haverá, pois, que aproximar a população, fazendo-a compreender que, para o bem e para o mal, a história construiu a identidade do lugar e, assim, do próprio povo que o habita. O património é o maior registo dessa história e não deve ser apagado.



*Cidade de Macuti*  
Património Vivo

1. Ponte
2. Capela S. Francisco Xavier
3. Mesquita dos Maometanos nativos
4. Cisterna da Ponta da Ilha
7. Antigo celeiro
8. Igreja Nossa Senhora da Saúde
9. Hospital de Moçambique
10. Escola de Artes e Ofícios
11. Câmara Municipal
12. Capitania do Porto
13. Antigo Arsenal de Moçambique
14. Antiga junta da Fazenda, atual esquadra da Polícia
15. Cruzeiro no Largo
16. Alfândega
17. Antigo Largo do Pelourinho
18. Capela de S. Paulo
19. Palácio de S. Paulo e Museu de Moçambique
20. Largo de S. Paulo e Estátua de Vasco da Gama
21. Igreja da Misericórdia e museu de Arte Sacra
22. Antiga Mesquita
23. Antigo Hospital dos jesuítas (Correios)
24. Antiga Ponte de Desembarque (Pontão)
25. Antiga casa do Governador (Casa dos Arcos)
26. Campo de Tênis
27. Parque S. Gabriel
28. Grandes Armazéns com Cisterna e cais
29. Praia da Fortaleza
30. Padrão das Almas
31. Baluarte de S. Gabriel
32. Baluarte de S. João
33. Baluarte de Nossa Senhora
34. Baluarte de Santa Bárbara
35. Capela Nossa Senhora do Baluarte
36. Antigo Cemitério
37. Porta de Armas da Fortaleza
38. Comando da Fortaleza e quartéis oficiais

## CONHECER A ILHA DE MOÇAMBIQUE EDIFICADO RELEVANTE



Fortaleza de S. Sebastião

39. Igreja de S. Sebastião e Cisterna pequena 40. Casernas 41. Caserna dos Arcos, cisterna grande e Armazéns do século XVI 42. Antiga Porta de Armas da Fortaleza 43. Campo de Futebol 44. Piscina 45. Hotel 46. Praia da Contra-costa 47. Antiga Sede do Sporting Clube de Moçambique 48. Cine Teatro Nina 49. Convento de S. Domingos (tribunal) 50. Antigo Paço Episcopal (Fazenda) 51. Antigo Consulado Francês 52. Jardim e Templo dos Banianes (hindu) 53. Grupo Desportivo de Moçambique 54. Mercado Municipal 55. Mesquita das Palmeiras 56. Escola Primária 16 de Junho 57. Praia de Santo António 58. Capela e Fortim de Santo António 59. Cemitério Maometano-asiático e Maometano-africano 60. Cemitério Ismaelita 61. Cemitério dos Cristãos 62. Crematório dos Banianes 63. Ilhéu e Fortim de S. Lourenço 64. ?????????? 65. Jardim da Memória 66. Antiga Casa de Escravos 67. Pedra Sagrada 68. Casa onde viveu Camões 69. Associação dos Amigos e Naturais da ilha de Moçambique 70. Centro Comunitário 71. Casa Girassol 72. Matadouro Principal



Edifício do Hospital abandonado, *cidade de pedra e cal* FIG. 51  
Aragado familiar, *cidade de macuti* FIG. 52  
Abdul FIG. 53

Destaca-se também o Hospital de Moçambique, ainda em funcionamento e a prestar um serviço fundamental à população. Contudo, pela sua antiguidade e falta de capacidade de manutenção a diversos níveis, não está nas melhores condições. Encontra-se em construção um projeto de reabilitação e refuncionalização da autoria do arquiteto José Forjaz que pretende melhorar o conjunto.

A Ilha é cantada pelo mundo na voz de vários poetas, entre os quais, Luís Vaz de Camões, José Pedro Campos Oliveira, Orlando Mendes, Tomás António Gonzaga e Rui Knopfli. Denominam-na de: *ilha dos amores*, *ilha azul* ou *ilha de prospero*. A vida local é rica e singular, a sua gente é especial, acolhedora, simples e trabalhadora. Resulta de um entrançado harmonioso de culturas, formando a cultura da ilha.

A coexistência das diversas culturas permitiu enraizar múltiplas tradições que hoje são o património cultural imaterial, nomeadamente:

*a história e a literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore, as próprias línguas nacionais e ainda obras do engenho humano e todas as formas de criação artística e literária independentemente do suporte ou veículo por que se manifeste*

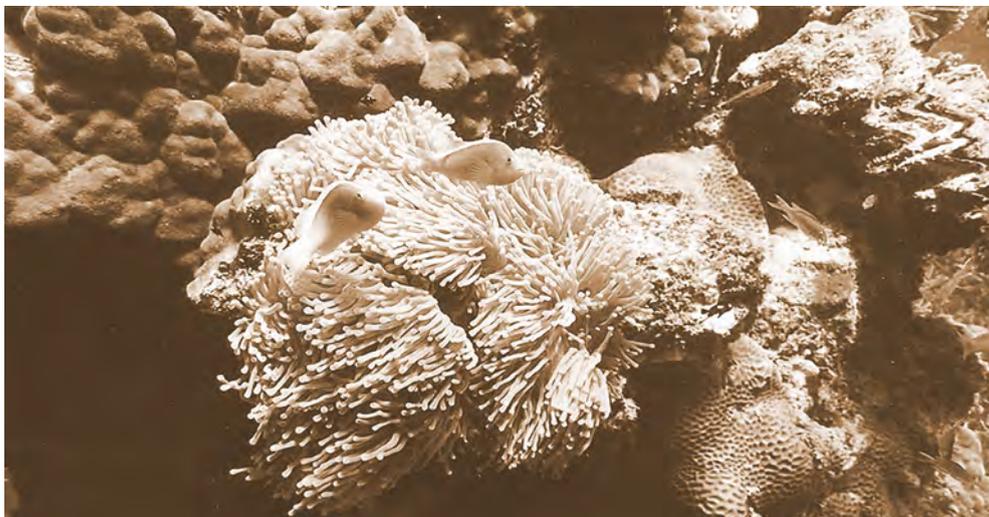
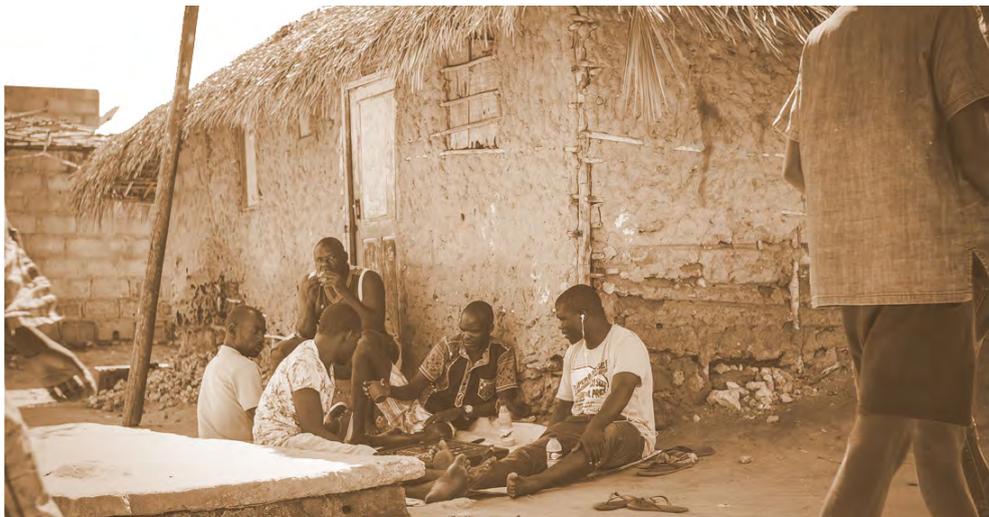
(Omar, 2013, p. 80)

Este conjunto de significados faz parte dos encantos da Ilha, materializados em ideais ou costumes que passam de geração em geração e preservam o espírito do lugar. Assumimos essas tradições como parte integrante da identidade da Ilha, devendo aqui ser mencionadas.

As danças locais são um dos exemplos mais relevantes do património cultural da Ilha, integrando diversos acontecimentos sociais: ritos de iniciação, nascimentos, casamentos, constituindo também um atrativo para os visitantes. As danças principais são o Tufo (praticado apenas por mulheres, existindo quatro grupos na Ilha) e o Chacacha (característico do bairro de Santo António, com apenas três compositoras e nenhum local específico para ensaios).

As línguas mais faladas são o macua e o Português, embora a primeira apresente uma esmagadora maioria de falantes. A maioria da população é muçulmana, sobrando uma minoria seguidora do cristianismo, protestante ou católico.

Na atividade marítima, os dhows servem atividades relacionadas com a pesca ou o turismo, sendo também usados nas horas de lazer, nomeadamente nas típicas regatas.



Dança tradicional de *Tufo* FIG. 54  
Jogo tradicional *Txuva* FIG. 55  
Fundo do Mar perto da Ilha FIG. 56

Características são também as máscaras de mussiro — O mussiro é uma pasta que se faz a partir de uma raiz dura e que tem de se raspar. As mulheres da Ilha afirmam que o Mussiro faz bem à pele, tornando-a macia e saudável. — e as capulanas de cores garridas que as mulheres exibem pelas ruas.

Numa sombra aleatória é comum ver um conjunto de pessoas debruçadas sob um tabuleiro. Estão a jogar *Txuba*, um jogo tradicional da região, uma espécie de gamão.

Os mais jovens deslocam-se em grupos e percorrem a Ilha vezes sem conta. Uns com baldes à cabeça, carregados de bolachas que as mães confeccionaram e que agora lhes cabe vender por um metical; outros brincam com o que encontram, há ainda aqueles que simplesmente seguem a curiosidade que um novo rosto lhes desperta.

Os recursos naturais (marítimos, florestais e faunísticos) assumem um valor inestimável para a população. Todavia, por falta de conhecimento, desenvolvem-se hábitos que podem pôr em causa a sua sobrevivência. Estes recursos, são habitualmente utilizados no quotidiano da Ilha e constituem a principal base para a sobrevivência da população, sendo importante a sua preservação. Por exemplo, as conchas são utilizadas no artesanato e os peixes constituem a maior fonte da sua alimentação e rendimento. A pedra calcária é utilizada na construção civil, o manguezal é fonte de energia, para além das plantas utilizadas para fins medicinais ou de cosmética, como é o caso das máscaras de Mussiro (Omar, 2013, p.34). Os habitantes e artesãos da Ilha distinguem-se "pela sua habilidade manual e capacidade criativa" (Pereira, 1988, p.10) materializada nas peças de ourivesaria em prata, ouro ou cobre, nos adereços com conchas ou missangas, nas cestarias ou armadilhas de lagosta, nas canoas, pequenas embarcações ou redes de pesca.

A população da Ilha vive do comércio, da pesca e do turismo. Todas as atividades são praticadas, na sua maioria, de forma informal. Os cruzamentos da Avenida 25 de junho e os largos são os principais espaços comerciais. Há também a feira realizada aos domingos e quintas feiras, na praia, junto à Igreja de Santo António. Nesta, são comercializados os mais variados produtos, parte deles também vendidos diariamente nos mercados da Ilha. A pesca, atividade intrínseca à cultura da Ilha, é uma atividade praticada nas proximidades da costa, de forma tradicional e artesanal, com técnicas rudimentares. As praias frequentadas por pescadores têm um ambiente vivo e típico; porém, a ilha carece, em toda a sua extensão, de infraestruturas de qualidade, capazes de servir esta prática.



Comércio FIG. 57  
Pesca FIG.58  
Carpintaria FIG. 59

Os recursos haliêuticos variam entre atuns, tubarões, peixes de bico, peixe-pedra, pargo, sargo, roncadour, dourada ou, em menor escala, crustáceos, cefalópodes, o caranguejo do mangal, moluscos, entre outros. Os homens saem para o mar e regressam, regra geral, no próprio dia. Parte do que apanham serve para alimentar o agregado familiar, a restante é comercializada. O comércio de peixe fresco é feito na própria Ilha ou transportado para outras cidades, com destaque para Nampula. Se é o homem o protagonista da prática anterior, cabe à mulher o trabalho doméstico e agrícola, bem como a produção e/ou transporte de produtos. Na agricultura desta região, destaca-se a produção de sisal, algodão e caju, embora na zona insular esta prática esteja suprimida devido à infertilidade do solo, falta de água e espaço. Este motivo justifica também a escassez de espaços livres. O turismo ainda está a ser pouco explorado embora os principais serviços se centrem na *cidade de pedra e cal*.

A gastronomia característica passa por papas de farinha; tubérculo de mandioca ou chima, mas estende-se a outros pratos: matapa de sirissiri; matapa de moringa, chima dekaracata, arroz molokom, camarão fresco ou seco com manga e djassa. Existe uma importante feira gastronómica "Tzoziva" que ocorre nas arcadas do *bairro de pedra e cal*, três vezes por ano, ao som de música ao vivo e dá a conhecer este património cultural. A par da gastronomia, da pesca e recursos inerentes, também os corais e as comunidades de golfinhos e baleias que por ali se avistam, são outros motivos para a presença de visitantes na Ilha.

Segundo Omar, "o índice de desenvolvimento humano na Ilha de Moçambique é fortemente condicionado pela situação educacional do país" (Omar, 2012, p.41), embora, desde 2011, o distrito conte com 16 estabelecimentos de ensino que variam entre escolas primárias, escolas secundárias privadas e públicas e, a partir de 2016, o mais recente pólo da UniLúrio, que se tornou a primeira instituição de Ensino Superior na Ilha e que aspira a ser um motor de desenvolvimento económico, cultural e social para o território devido à sua capacidade de atrair novas pessoas para a Ilha.

Em todo o caso, a realidade mostra-se marcada "pelo baixo nível de instrução da população" que se reflete na "baixa capacitação, dificultando a criação de alternativas de superação das vulnerabilidades e carências sociais, deixando de contribuir no combate à crise do mercado de trabalho, pois só os mais qualificados são selecionados para as escassas vagas aqui disponíveis" (idem).



---

Feira Tzoziva FIG. 60  
Turismo FIG.61  
Sala de Aula FIG. 62

Apesar da divulgação da necessidade da preservação do património cultural da Ilha, que poderá ser uma das chave para o seu desenvolvimento, a realidade mostra-se marcada pela não participação da população no processo, existe uma ausência do sentimento de pertença, empatia e orgulho que vai guiando a um constante abandono, desprezo e conseqüente degradação, comprometendo a identidade do lugar.

*A cidade de pedra e cal* tenta resistir ao abandono refugiando-se no turismo e em possíveis moradores fugazes. Por outro lado, a *cidade de macuti* tenta manter-se erguida face à pressão urbanística, especulativa e patrimonial ali exercida que originou um aglomerado de habitações que não satisfazem as condições básicas de habitabilidade. A dicotomia entre estes dois bairros acentua a divisão da Ilha em termos urbanos, arquitetónicos, culturais, e, sobretudo, sociais. *O lugar de uns* tornou-se a *não cidade de outros*.

O Património material transformou-se num recurso económico. Porém, os investimentos para a sua reabilitação não estão a ser devidamente direcionados. O Estado procura investimentos privados de estrangeiros onde quem usufrui diretamente das mais valias, não é a população que trabalha nesses negócios mas quem os chefia.

A relação entre turismo e património é uma realidade cada vez mais intensa e indissociável e acarreta diversas opiniões sobre o efeito do primeiro sobre o segundo. Em ambientes como o da Ilha, o turismo sustentável acaba por ser uma solução viável para os problemas urgentes que ali se fazem sentir. Além de permitir a reabilitação e refuncionalização de edifícios devolutos, cria postos de trabalho e, assim, fontes de rendimento para os habitantes que o podem utilizar para melhorar a sua condição socioeconómica.

A fragmentação urbana, a carência de algumas infraestruturas, o abandono de edifícios, a fraca promoção de atividades culturais, falta de criação de atividades económicas, a ausência de formação da população e o pouco dinamismo empresarial são fatores que determinam uma Ilha perdida no Índico e presa no tempo sem condições para se desenvolver e autopromover.

*A ilha foi um bordel da história, dos visitantes e dos conquistadores. Foi uma enorme cela de escravos. Foi o porto fértil, a feira franca da exploração humana. Foi a paragem obrigatória das rotas mercantilistas e subserviente lupanar dos senhores dominantes. Foi ainda a prisão para deportados- criminosos de gestos ou de ideias. [...] O Índico tinha ali o seu Oásis. Paragem-zona. Obrigatória. [...] A ilha viu pretos, indianos, brancos, amarelos, mistos, rosados. Ladrões, Piratas. Mercantilistas. Colonialistas.*



Rua cidade de pedra e cal FIG. 63  
ruína , cidade de macuti FIG. 64  
ruína, cidade pedra e cal FIG. 65

Hoje, a Ilha precisa de se estruturar, não apenas para o turismo crescente, mas sobretudo para si, para a sua gente. Só assim conseguirá ultrapassar os grandes problemas que, a par da sua beleza natural, apresenta. O que importa perceber é que há condições para este desafio, cuja solução passará, em grande parte, por um processo de análise dos problemas e necessidades da população local, além da formação e consciencialização da mesma sobre o valor do património. Promover um ambiente mais atrativo, harmonioso e coeso, a par com programas que criem formas de rendimento para os habitantes, resultará em dinâmicas vantajosas para todos: habitantes, visitantes e património(s). Mais do que investir na reabilitação de edifícios das *duas cidades*, é preciso recuperá-los para a população, envolvendo-a no processo.

A integração da população, incluindo-a também em programas que sirvam as suas práticas habituais permite uma maior vivência do espaço, incentivando as relações interpessoais, experiências habitante-habitante, habitante-visitante, habitante-lugar e visitante-lugar. É necessário instruir a população para o valor do seu património e benefícios que este pode trazer para as suas vidas; fortalecer a relação entre a comunidade e os órgãos de conservação do património em qualquer processo de intervenção; criar um regulamento que aceite novas construções com uma linguagem contemporânea, sem comprometer os conjuntos arquitetónicos existentes. A Ilha não deve ficar presa ao passado, mas acompanhar os tempos e projetar-se para o futuro. Deverão ser criados incentivos, nomeadamente um fundo de manutenção para ajudar os agregados que possuam edifícios com as características tradicionais. Entre as medidas que poderão ajudar a desenvolver a Ilha, serão determinantes a promoção de um plano turístico comunitário que traga dinamismo e empreendedorismo ao lugar. A melhoria da qualidade dos espaços públicos através da introdução de mobiliário urbano que incentive o convívio, etc. Nisto, tenciono produzir uma estratégia que integre as medidas aqui mencionadas para um desenvolvimento integrado, utilizando o património cultural como motor, e o turismo cultural, como meio, num processo participativo.

Quem visita a Ilha, sai dela agradecido e com a esperança de um dia voltar e deparar-se com a Ilha reabilitada, espaços públicos mais cuidados e melhores condições de vida.



**III. REFLETIR**  
o papel do Património no Desenvolvimento



*'Poder mágico da noção de património. Transcende as barreiras do tempo e do gosto.'*  
Choay, 2006, p.87

---

Françoise Choay FIG. 67

### 3.1. Património e Desenvolvimento

A noção de património foi evoluindo ao longo dos tempos. Se antes nos reportava apenas para “estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (Choay, 2006, p.11) com o tempo passou gradualmente a juntar-se ao termo o adjetivo *histórico* que, por sua vez, nos passou a remeter para uma “instituição ou mentalidade” (Choay, 2006, p.11) associada ao passado. Monumento histórico e Património, outrora sinónimos, são hoje conceitos distintos. Se o primeiro deriva “da arqueologia e da história erudita da arquitetura” e aponta os edifícios religiosos da idade Média, os castelos e outros vestígios da Antiguidade, o segundo deixou de se restringir apenas a edifícios individuais e compreende todas as categorias de edifícios, isto é, todos “os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e até mesmo conjuntos de cidades” (Choay, 2006, p.12). Podemos analisar isso pela diversidade de casos inscritos na Lista do Património Mundial estabelecida pela UNESCO.<sup>13</sup>

Atualmente, património divide-se em três categorias principais: património material, património imaterial e património natural.

Podemos, por outro lado, afirmar que um local pode ser definido pelo seu património cultural e pelas pessoas (património vivo). Estes dois conceitos arquitetam a identidade de um lugar, que se traduz, também, no cartão de visita para o turista. Dentro desta tríade conceptual, desenvolve-se uma vasta teia de sub conceitos que se interrelacionam, nomeadamente herança, identidade, pertença, memória, entre outros, assunto em relação ao qual não me irei dedicar.

O património arquitetónico antes das Grandes Guerras Mundiais era da responsabilidade exclusiva de cada país. Existiam diversas associações que se dedicavam à preservação do Património histórico, mas a sua influência não ia além-fronteiras. Esta barreira foi ultrapassada com o internacionalismo cultural. A Primeira Guerra Mundial deu origem à criação da primeira Liga das Nações que pretendia evitar um novo conflito que, como é sabido, acabou por acontecer. Em 1945, mais precisamente a 24 de outubro, como resultado da Segunda Guerra Mundial, a primeira Liga das Nações deu lugar à Organização das Nações Unidas [ONU].

<sup>13</sup> Lista disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/>, consultada a 11 de julho de 2019.



HABITAT III, ONU FIG. 68

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável FIG. 69

O objetivo da ONU consiste em “unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios de justiça, dignidade humana e bem-estar de todos. Dá aos países a oportunidade de tomar em consideração a interdependência mundial e os interesses nacionais na busca de soluções para os problemas internacionais.”<sup>14</sup> A Carta das Nações Unidas (1945) marcou o surgimento oficial da organização. O documento foi ratificado pela maioria dos 51 Estados Membros fundadores e defende o desenvolvimento. Hoje é uma das maiores organizações ao nível mundial, composta por 193 Estados membros.

As conferências das Nações Unidas desempenham um papel fundamental na delimitação do futuro do planeta a longo prazo, abrindo novos caminhos com base na firme procura de soluções mais indicadas relativas a um problema específico. O que mais nos importa é debruçarmo-nos sobre a atualidade, mais concretamente a conferência que ocorreu de 17 a 20 de outubro de 2016, em Quito, Equador, e que resultou numa ambiciosa Agenda Urbana 2030 - New Urban Agenda [NUA]. Este documento demonstra a importância que o planeamento das cidades tem vindo a desempenhar. Define um conjunto de metas cujo objetivo passa por tornar as áreas urbanas mais seguras, resistentes, sustentáveis e inclusivas, melhorando a qualidade de vida da população. A persistência de múltiplas formas de pobreza, desigualdades e degradação ambiental subsistem entre os maiores obstáculos para o desenvolvimento sustentável (não só na Ilha de Moçambique, como em todo o mundo). Existe a necessidade de “capitalizar oportunidades relacionadas com a urbanização enquanto motor para o crescimento económico e inclusivo” (ONU, 2016, p.2). Os dezasete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] definiram-se um ano antes e hoje, devem ser tidos em conta em qualquer intervenção que se faça nas cidades. Os ODS transformaram-se também nos objetivos principais da intervenção que proponho. Pretendem erradicar a pobreza e a fome, saúde e educação de qualidade, igualdade de género, adoção de energias renováveis e acessíveis, trabalho digno e crescimento económico, melhores infraestruturas e mais inovação, redução de desigualdades, cidades e comunidades mais sustentáveis, ações ao nível climático, proteção da vida marinha e terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, bem como parcerias.<sup>15</sup>

Para além das conferências existe um conjunto de agências que fazem parte integrante da ONU, mas que trabalham em diferentes aspetos de desenvolvimento, entre as quais, a UNESCO, cujo objetivo é introduzir a paz através da cultura, educação, comunicação, ciências naturais e sociais. O papel desta organização tem ganho maior relevo no contexto de desenvolvimento, principalmente em países

<sup>14</sup> Informação retirada do site oficial do Centro Regional de Informação das Nações Unidas: [www.unric.org](http://www.unric.org) consultado a 12 Maio de 2019

<sup>15</sup> Mais informação sobre os ODS, disponível em <https://www.ods.pt/ods/>, acessido a 14 de julho de 2019



---

Logótipo da UNESCO e Património Mundial da Humanidade FIG. 70

subdesenvolvidos, uma vez que, a forma de atuar é fornecer ferramentas para que estes possam fazer sozinhos, ao invés de entregar feito, garantindo-lhes autonomia e capitalização a longo prazo. Quando algum bem é inscrito pela UNESCO na Lista de Património Mundial, “deixa de pertencer apenas à comunidade que o acolhe, para fazer parte de uma cultura universal.” (Coutinho, 2009, p. 38) e, assim, deve ser usufruído e protegido por todos. O sentimento de pertença por parte da população anfitriã é fulcral para uma continuidade sã do objeto. A Inscrição confere prestígio social, cultural e político, incentiva investimentos locais e internacionais e abre portas aos turistas mais curiosos que procuram experiências de cultura e lazer. Tem efeitos positivos (e negativos, como vimos) no Património e na população local. Mas não é só o turismo a ter impacto no património. Os desastres naturais, conflitos culturais e uma urbanização mal planeada também contribuem para a degradação do património, ou seja, riscos naturais e antropogénicos. Neste sentido, o papel da UNESCO ganha relevância porque estimula os países na cooperação e na conservação do seu património. Segundo o site da Comissão Nacional da UNESCO, “A cultura é o que somos. A cultura molda a nossa identidade. A cultura contribui para a redução da pobreza e permite um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo. Nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável se excluir a cultura.”<sup>16</sup> Neste sentido, é fundamental a sua preservação e aceitação pela população. Assim a população assume o papel de agente principal para o processo de desenvolvimento sustentável das cidades.

O turista procura nos destinos que visita algo diferente, o que não encontra em mais lugar algum. Essa singularidade não existe se não existir vida. Como defende Walter Rossa:

*se uma cidade é, por definição, um sítio cultural, deve-o à autenticidade da vida que a faz pulsar e não à ruína arqueológica em que potencialmente se poderá transformar, congelando apenas vestígios de uma autenticidade defunta. O urbano não regride, uma cidade não se restaura e sem pessoas é um fantasma.*

(Rossa, 2015, p.493)

A falta de conhecimento que a população tem, não raras vezes, do património edificado, do seu valor histórico, documental ou artístico, leva a que a mesma não adote o papel de tutores.

---

<sup>16</sup>(<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/cultura-e-desenvolvimento-sustentavel>), consultado a 20 de Janeiro de 2019.



Na maioria dos casos, locais pouco desenvolvidos e com fortes influências coloniais, onde muito do património está degradado, essa condição é consequência da falta de gestão do construído, de pessoal qualificado e de verbas adequadas para a sua manutenção. Toda a situação agrava a falta de pertencimento por parte da população, uma vez que não sente necessidade de preservar algo com o qual não se identifica.

A Ilha de Moçambique está a passar um momento difícil no que diz respeito à relação entre património, identidade e desenvolvimento. O estado geral dos seus bairros caminha para a perda de identidade, o património cultural está em risco de desaparecer e a população não tem forma, nem vontade de preservar algo com o qual não se identifica ou não a satisfaz. Por exemplo, o historiador António Sopa, referindo-se à Baixa de Maputo, diz que as pessoas não conhecem a cidade, a sua história, os edifícios e, como tal, não os podem apreciar devidamente, são apenas visitantes e no fim regressam aos subúrbios (*apud* Mendonça, 2015, p.203). Na Ilha de Moçambique, quando a população recebe familiares, amigos ou conhecidos nas suas casas, leva-os ao *bairro pedra e cal* como se de um museu se tratasse. No final, regressam ao *bairro de macuti*. Neste comportamento, podemos depreender que a população tem uma noção de importância daqueles edifícios, não só por já existirem há muito tempo, como por serem diferentes do que consideram tradicional, mostrando-se mais apelativos. Contudo, não se identificam com eles, não os ocupam justificando-se o estado geral a que chegou. Existe também uma falta de consciência no que diz respeito ao valor da *cidade de macuti*. Muitas vezes a população não entende a importância de preservar a autenticidade de *macuti* em relação a *pedra e cal* num contexto de desenvolvimento, porque é mais fácil entender o desenvolvimento através da inovação que ambicionam. A arquitetura vernacular acaba por ser desvalorizada pela população sendo despojada de culto, orgulho e, conseqüentemente, conservação. A Inscrição das cidades na Lista de Património Mundial pela UNESCO, em contextos como os da Ilha não é muitas vezes entendida porque a base de atuação passa por manter o que, não raras vezes, os habitantes desejam alterar, questionando o valor da classificação. Simplesmente não sentem resultados imediatos, nem esperança num futuro melhor.

Neste contexto é pertinente mencionar o caso de Cidade Velha, em Cabo Verde. Antes de ser inscrita na Lista de Património Mundial, pela UNESCO, em 2009, foi submetida a um projeto de reabilitação da rua da banana, encabeçado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira, ambicionando a Inscrição.<sup>17</sup>



---

Rua da Banana, cidade Velha FIG. 71  
Pousada, cidade Velha FIG. 72

O interesse deste conhecido caso de estudo passa pelo processo, que se pretendia participativo e onde o sentimento de constante revolta da população foi evidente nas reuniões, principalmente no que diz respeito à manutenção de materiais tradicionais que conferem às estruturas a dita autenticidade, desejável numa candidatura deste género. Esta questão levantou sentimentos de rejeição e não compreensão sobre o que se pretendia, independentemente dos benefícios que pudesse trazer à cidade a médio e longo prazos. Tal situação é a prova de que, antes de qualquer processo de candidatura, é necessário um processo preliminar de consciencialização da população, auscultando-a e despertando-a para os benefícios que se podem alcançar. É fundamental que exista a percepção por parte de todos os agentes envolvidos sobre o valor do património. Garantida esta percepção, deverá, em última instância, ser privilegiada a decisão da população e/ou seus agentes/ entidades decisores/as. Com o necessário equilíbrio de esforços e valores deveremos ter consciência de que as pessoas são o maior património de qualquer lugar. O Património pode e deve melhorar a qualidade de vida da população, bem como desenvolver o território onde esta habita, uma vez que, pelo seu valor e forma, consegue dar resposta às necessidades da população.

*A visão e abordagem holística e integradora, ativando a participação e, assim, o compromisso de todos nesse processo de planeamento de salvaguarda em desenvolvimento, é um instrumento único para o relançamento da relação proactiva dos cidadãos com o seu ecossistema*

(Rossa, 2015, p. 33),

Intervir no património cultural torna-se indissociável do envolvimento da população. É essencial o reconhecimento, a sensibilização e a valorização do que é identitário. Este reconhecimento gera sentimentos, como a autoestima, o orgulho e a empatia entre a população e o seu património. Tais sentimentos desenvolvem-se, também, através da educação alimentada de informação e conhecimento. É preciso “saber ver [...], e de saber apresenta-lo a nós próprios e aos outros”, e “insistir na criação de uma tradição de pensamento, de uma atitude mental e de um espírito de constante curiosidade e intransigência intelectual e científica” (Forjaz, 2005, pp. 4 e 5).

A relação entre património, população e turismo é pertinente num contexto de desenvolvimento sustentável, uma vez que o turismo cultural é uma das principais

---

<sup>17</sup> Informação retirada do Documentário Siza Vieira - O arquitecto e a cidade velha, DOCLISBOA, 2008 - RTP2, consultado a 19 de Dezembro de 2018.



Representação do Quarteirão Jorge Amado. Panfleto turístico FIG. 73

Quarteirão Jorge Amado FIG. 74

fontes de rendimento dos países, principalmente aqueles com características semelhantes às da Ilha de Moçambique, cujo valor patrimonial constitui por si só uma atração pelo excepcional que é. Utilizar o património e a cultura como atração não significa expô-los ao turista, mas antes a possibilidade de tirar maior proveito dessa relação em benefício da população, conservando uma memória e transmitindo-a às gerações futuras.

A obra literária do Quarteirão Jorge Amado é um bom exemplo para explicar a importância de uma comunidade consciente do valor do seu património. O escritor immortaliza o património cultural—material e imaterial—e o património natural da cidade de Ilhéus, Bahia. A obra amadina não é utilizada apenas para atender às solicitações de consumo, mas contribui para um turismo cultural sustentável através da interpretação do património uma vez que na base de alguns dos seus romances —entre os quais *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus*, *Gabriela*, *Cravo e Canela*— estão imagens marcantes de referências culturais e identitárias desta região em particular. “O Quarteirão Jorge Amado é aqui entendido como um lugar de memória (Nora, 1993), cuja principal razão de ser é impedir o esquecimento e revestir os lugares de sentido, tornando-os apaixonantes” (Menezes, 2008, p.3).

O “leitor-turista tem especial interesse em conhecer e identificar locais históricos habitados pelas personagens amadinas e, ao mesmo tempo, conhecer a história e a cultura da cidade, transformando-se em turista-leitor. Os moradores locais ao perceberem o valor que os turistas atribuem àquilo que estão a visitar, por vezes, passam a olhar para o património de maneira diferente, desenvolvendo um sentimento de empatia, orgulho e pertença por fazerem parte do processo, desejando mantê-lo e transmiti-lo às gerações futuras.

A ideia de desenvolvimento a partir de um turismo cultural reforça a necessidade de planeamento estratégico tendo como base a interpretação do património e “a participação da comunidade na atividade turística de forma a que contribua para o desenvolvimento de um turismo no qual as paisagens naturais e culturais são usufruídas no lugar, ao invés de serem consumidas apressadamente como algo descartável e substituível” (*apud* Menezes, 2008, p. 10).

“O património constitui o uso seletivo do passado para fins contemporâneos. [...] uma agregação de mitos, valores e legados determinada pelas necessidades da sociedade no presente e definida por estas.” (McDowell, 2008, p.37).

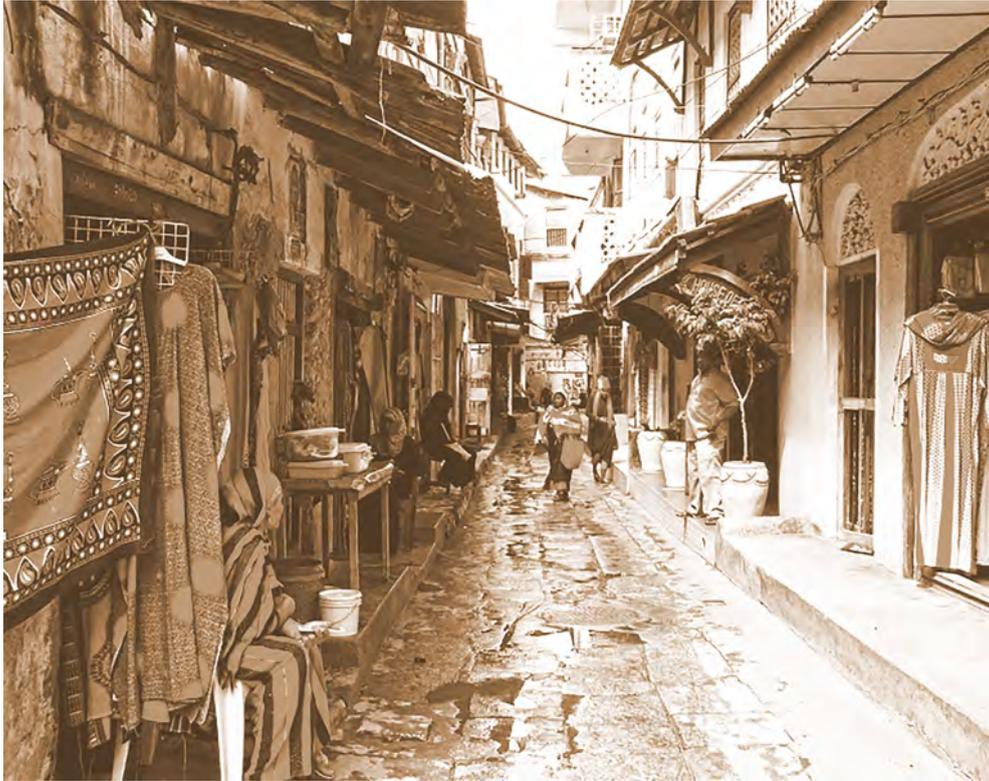
Toda a obra é efémera e mais efémera é quando não devidamente preservada através de uma manutenção que se deseja constante.



Sobre o momento de intervir no património, existem duas grandes e antigas correntes doutrinárias com ideias antagónicas: anti-intervencionista e intervencionista. A primeira impede a transformação e remete-nos para o teórico John Ruskin (1819-1900), que há mais de um século e meio defendeu a intocabilidade dos monumento degradados, assumindo essa degradação como parte integrante da história, justificando que os edifícios “não são nossos [...] pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão”. (Ruskin, 1849, p.182), não devendo sofrer transformações posteriores. Por outro lado, a segunda é a favor da transformação e do valor de uso evitando a degradação do edifício em questão e remete-nos por exemplo, para Viollet-le-Duc (1814-1879), o qual defende que “le meilleur moyen pour conserver un édifice, c’est de lui trouver une destination, et la satisfaire si bien à tous les besoins que commande cette destination, qu’il n’y ait pas lieu d’y faire des changements” (Viollet-le-Duc, 1875, pp.31 e 32). Estas e outras respostas traduzem-se em conceitos e teorias da conservação e restauro cujo objetivo comum constitui a base do pensamento patrimonial da UNESCO. A primeira é a opção menos falível relativamente à salvaguarda patrimonial porém a segunda é a mais sustentável, uma vez que, qualquer edifício que não tenha uso nem seja sujeito a qualquer tipo de intervenção que se destine a assegurar a sua conservação, perecerá, deixando de fazer parte da cidade e do próprio património arquitetónico, constituindo uma perda irreversível para as gerações futuras. Isto significa que o valor de uso e a integração dos bens patrimonializados na vida económica, social ou cultural de uma cidade, são o principal garante da sua sustentabilidade. É necessário acompanhar a evolução dos conceitos, as mudanças culturais, políticas e sociais que deste processo resultam, “são necessários novos paradigmas conceptuais que conduzam à determinação de novas linhas de atuação sobre o património cultural, as quais têm de se conformar em torno de visões integradas como as que a cidade exige” (Rossa, 2015: 494). E é esse o sentido que a UNESCO está a tentar seguir. A abordagem Historic Urban Landscape [HUL] pretende inovar na forma de atuar sobre o património cultural. Este processo iniciou-se em 2005 e, em 2011, culminou em forma de recomendação:

*–The historic urban landscape approach is aimed at preserving the quality of the human environment, enhancing the productive and sustainable use of urban spaces, while recognizing their dynamic character, and promoting social and functional diversity. It integrates the goals of urban heritage conservation and those of social and economic development. It is rooted in a balanced and sustainable relationship between the urban and natural environment, between the needs of present and future generations and the legacy from the past.*

*– The historic urban landscape approach considers cultural diversity and crea*



Stone Town, Zanzibar FIG. 75

Ng'ambo, Zanzibar Fig. 76

*tivity as key assets for human, social and economic development, and provides tools to manage physical and social transformations and to ensure that contemporary interventions are harmoniously integrated with heritage in a historic setting and take into account regional contexts.*

*– The historic urban landscape approach learns from the traditions and perceptions of local communities, while respecting the values of the national and international communities.*

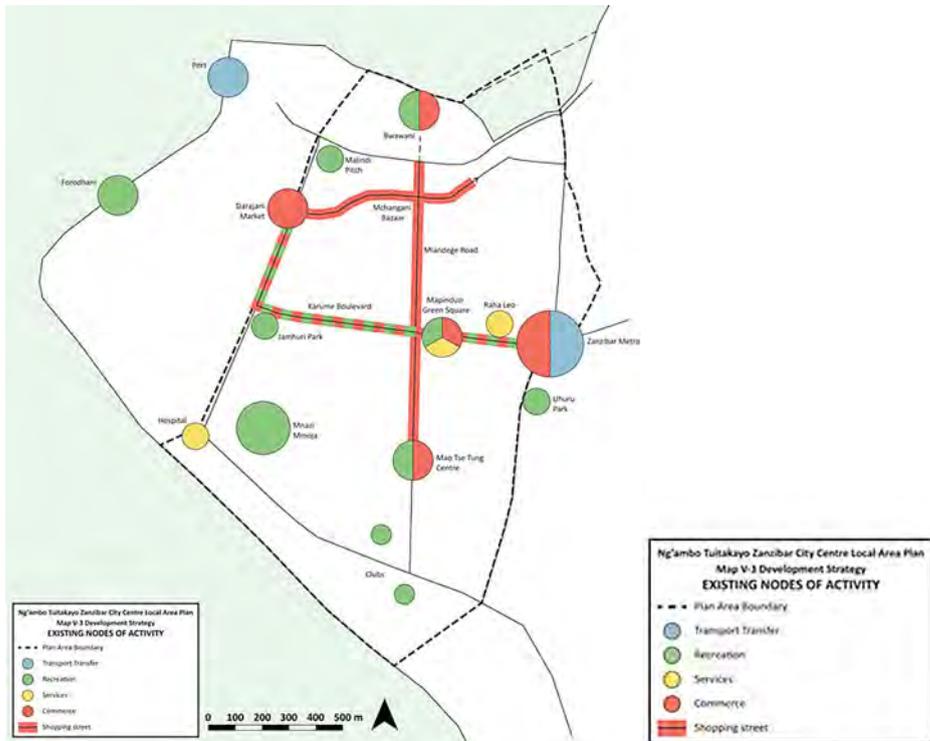
(UNESCO, 2011)<sup>18</sup>

Stone Town, Zanzibar, é uma das cidades que tentou aplicar a recomendação da HUL e, pelas semelhanças notórias que apresenta com a Ilha de Moçambique, torna-se interessante perceber de que forma as ferramentas —envolvimento da população; Conhecimento e planeamento; leis; Ferramentas financeiras— foram utilizadas. Zanzibar é uma cidade na Tanzânia constituída por dois bairros: Stone Town e Ng'ambo, ambos, em tempos, divididos por um riacho que criou uma fragmentação do território. Desde o século XIX que Stone Town é considerado o principal centro cultural, capital e uma ampla rede comercial da região. Este período de apogeu comercial consolidou o carácter cosmopolita da cidade. Até ao início do século XX, a história de Zanzibar girou em redor da Stone Town e em 2000, este lado da cidade, é inscrito na Lista de Património Mundial pela UNESCO. Esta situação enfraqueceu Ng'ambo que foi perdendo o seu estatuto como parte da cidade. A divisão bipartida do território veio a acentuar-se, constituindo um entrave ao desenvolvimento da região (UNESCO, 2011, p.18).

A divisão entre as cidades é um problema que requer uma nova abordagem de gestão de conservação para Stone Town, e novas ideias de estratégia de desenvolvimento para Ng'ambo. "It was for that reason that the methodologies proposed by the HUL approach to enhance spatial and social continuity was very welcomed" (UNESCO, 2011, p.44). O plano diretor de Zanzibar —Zans plan, 2015— designou Ng'ambo como um novo centro da cidade, existindo assim uma continuidade com o centro de Stone Town. "The Ng'ambo Tuitakayo project aimed to look at the conservation and heritage management of Stone town in a large context, by crafting strong connectivity, vibrancy and inclusiveness of Zanzibar town" (UNESCO, 2011, p.44). Este projeto reconhece o valor histórico do "Outro Lado" do Património Mundial da Cidade de Pedra <sup>19</sup>. Todo o processo iniciou-se anos antes, mais

---

<sup>18</sup> Disponível em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=48857&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html), consultado a 7 de julho de 2019.



Mapa da estratégia de desenvolvimento. Nós propostos de atividades. Plano Tuitakayo **FIG. 77**  
 Mapa de Gerenciamento de Desenvolvimento. zonas de políticas específicas. Plano Tuitakayo **Fig. 78**

precisamente em 2013, quando se iniciou uma pesquisa para a análise histórica e inventário de Ng'ambo, bem como um levantamento do património considerado intangível. Toda a análise e pesquisa culminou numa reunião —'planning by the people'— com a população, em 2014, que serviu para informar a mesma sobre os resultados esperados do projeto Ng'ambo Tuitakayo. Isto permitiu que o público alvo— a população— entendesse melhor os valores sociais e culturais da cidade de Zanzibar, consciencializando-a para a importância da sua participação no processo e de que forma o lugar se poderia desenvolver de forma sustentável. A implementação da abordagem da HUL no projeto Ng'ambo Tuitakayo "was an occasion to develop a Local Area Plan (LAP) - a tool for spatial strategy and urban planning - to make culture a driver and enabler of sustainable development in Zanzibar." (UNESCO, 2011, p.45)

Assim, na perspectiva da intervenção patrimonial como fonte de desenvolvimento humano, podemos concluir que encontramos no documento da HUL os parâmetros de abordagem para a conservação e gestão do património histórico cujo objetivo passa por o reconectar com os novos padrões sociais e urbanos. A sustentabilidade do processo incide em repensar o paradigma património e desenvolvimento, integrando as heranças culturais no planeamento e gestão das cidades em prol do seu desenvolvimento.

A aplicação da abordagem da HUL em Zanzibar pretendeu combater alguns desafios como: desconexão entre ambas as zonas, o crescimento populacional, o desenvolvimento descontrolado de Ng'ambo e a falta de diretrizes adequadas. Foram então introduzidas ferramentas de planeamento, inventários, planos de pormenor e a participação da população com o objetivo de incluir a cultura como um ator no desenvolvimento sustentável da cidade, ao mesmo tempo que se tentou criar uma consciencialização na comunidade.<sup>20</sup> Os resultados do levantamento e da abordagem que foi seguida foram publicados no livro Ng'ambo Atlas, apresentado em 2017.

No momento de intervir,

*Os arquitetos invocam o direito dos artistas à criação. Desejam, como os seus predecessores, marcar o espaço urbano e não ser regalados para os arrabaldes, ou condenados, nas cidades históricas ao 'pastiche'. (...) Os proprietários (...)*

---

<sup>19</sup>(<http://www.fbwarchitecten.nl/en/work/projects/ngambo-local-area-plan-zanzibar/#>), consultado a 30 de Junho de 2019.

<sup>20</sup> Informação disponível em <https://translate.google.com/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://go-hul.com/2017/05/10/zanzibar-tanzania/&prev=search>, consultado a 30 de junho de 2019.



Pirâmide do Louvre FIG. 79

*reivindica(m), o direito de dispor livremente dos seus bens, para deles retirar os prazeres e os benefícios que desejarem.*

(Choay, 2006, p. 15)

As transformações no tecido urbano podem tornar-se um problema, quando feitas sem um reconhecimento do lugar ou de um monumento específico a intervir.

Todas as intervenções, principalmente em zonas menos desenvolvidas, procuram a modernidade, muitas vezes incompatível com o lugar. A adoção de tipos, técnicas e materiais construtivos estranhos, resultando em modelos mal adaptados (a vários níveis), levam a uma redução na qualidade de vida, à mudança de hábitos sociais, e à perda do *know-how* relativo a práticas construtivas tradicionais bem como à perda da criatividade e da expressão artística (Santos, 2010, p.4).

A sustentabilidade ligada ao património não deve passar apenas pelo sentido de *herança*. Deve acrescentar, sempre que possível, um novo legado como contributo para a perceção da história e evolução das próprias cidades. Em Paris, por exemplo, deparamo-nos com um ecletismo arquitetónico. Vários estilos coexistem no mesmo espaço cuja conservação não passa por uma conservação inabalável, mas continuada. A Pirâmide do Louvre é demonstrativa da possibilidade da preservação do património existente e construção de um novo conjunto de bens.

No momento de intervir, *conhecimento* é a palavra-chave. Só a partir dele é possível “construir ou reconstruir novas bases de sustentação, tão suficientemente ancoradas nas antigas construções a ponto de proporcionar novas realidades que ensinem outros a encontrar nelas novas histórias de identidade partilhada.” (Carrilho, 2005, p.16). Embora a realidade atual passe, em grande medida, pela reabilitação, esta não deve ser entendida como um estilo que se traduz na ausência de uma marca. “Ao longo dos tempos os estilos coexistiram, justapostos e articulados numa mesma cidade ou num mesmo edifício”(Choay, 2006, p.15). Museificar os espaços é negar a mudança, por vezes anular a sua existência, a qual é necessária para um desenvolvimento que deve ser contínuo e que satisfaça as necessidades e vontades de seus habitantes.

O turismo cultural é hoje o maior impulsionador económico de algumas regiões e permite não só desenvolvimento como a preservação daquilo que as torna únicas e atrativas: o seu património natural, material e imaterial. É o elo de ligação de dois mundos — património e desenvolvimento — que até há pouco tempo se pensava serem inconciliáveis.



### 3.2. O Turismo Cultural

O turismo é “amplamente discutido e estudado enquanto fenómeno sociológico e económico, talvez o de maior impacto, a nível mundial” (Lobo, 2012, p.1). Se, por um lado o turismo tem vantagens inegáveis, por outro promove malefícios, principalmente quando se trata de um turismo em massa, sem a devida organização e planeamento. Estas vantagens e desvantagens dependem de vários fatores de cariz económico, social, político, cultural e ambiental. No fundo, a sua sustentabilidade.

O setor turístico teve o seu primeiro grande impulso durante a queda do Muro de Berlim, em 1991. Este acontecimento abriu as fronteiras, possibilitou a relação interculturais, permitiu a liberdade de viajar e a conseqüente consagração da prática turística, mas também carregou consigo uma responsabilidade no que diz respeito ao planeamento das cidades, uma vez que é preciso criar oportunidades que correspondam às necessidades dos tempos e isso exige, na maioria dos casos, mexer no tecido urbano, transformar, alterar, reabilitar, refuncionalizar.

Atualmente, o património constitui “um objeto de culto para o turismo” (Coutinho, 2009, p. 55). Existe cada vez mais a preocupação com a “valorização das manifestações culturais e do património cultural como um bem que representa a alma, a identidade e a tradição de um lugar”, praticando-se um turismo cultural, que se relaciona “com o poder de atração que um quotidiano singular e autêntico exerce sobre os potenciais turistas, e que inclui a cultura popular, a arte e as galerias, a arquitetura, os eventos festivos individuais, os museus e lugares patrimoniais e históricos, com o propósito de experimentar uma cultura divergente da sua.” (Coutinho, 2009, p.81)

A Ilha de Moçambique tem a ventura de ser possuidora de uma paisagem de grande valor, uma população hospitaleira e uma elevada segurança. Estas qualidades potenciam o turismo. Porém, o território não é caracterizado pelo consumo intenso e fugaz, uma vez que ainda se esta a desenvolver. Torna-se importante analisar os aspetos positivos e negativos do turismo de forma a controlar o impacto que o setor poderá vir a ter sobre a paisagem e a população.

Nos dias de hoje, e em muitos lugares com um *património de valor excepcional*, existe a tentativa de “estatizar uma imagem imaculada de um destino perfeito [que] leva ao exagero [d]as suas práticas tradicionalistas e extinção das práticas modernas que se afastam dos antigos costumes; congelando a sua identidade em busca de



uma imagem mais agradável ao turista e afastando a sua autenticidade” (Coutinho, 2009, p.115). Esta perda de autenticidade remete-nos para um dos grandes problemas da utilização do turismo como motor de desenvolvimento de uma região —a globalização — que caminha em paralelo com a homogeneização das identidades locais.

*Neste contexto, a questão da globalização ganha especial relevância quando os instrumentos de poder desempenham papéis determinantes na regulação de interesses, participando decisivamente, não apenas na proteção do património, como na própria formação do património turístico, isto é, na (re)criação e controlo da sua promoção, manipulando a sua imagem como identidade de determinada nação, não apenas à escala internacional, como às suas próprias populações (Hall, 2001). No fundo, trata-se de um fenómeno de hibridação perante situações em que a cultura está diretamente sujeita a este tipo de forças-poderes transnacionais e interagentes (Hitchcock et al., 2010: 15), podendo atingir uma condição, direta ou indireta, de subalternação (Ablett e Dyer, 2009; Kaminski et al., 2014; Stephen et al, 2015).*

(Lopes, 2017: 307)

O comportamento irresponsável de alguns turistas pode também interferir nas culturas dos destinos por si eleitos, especialmente em países subdesenvolvidos, onde a população original se torna vítima da postura por eles assumida. O respeito pelo lugar e pelas culturas é fundamental num processo interpessoal. Só assim o turista pode não constituir uma ameaça à qualidade de vida da população local. Esta relação interpessoal estimula a assimilação de novos hábitos de consumo, levando ao abandono de algumas tradições e o bem-estar trazido pelos avanços tecnológicos, novas necessidades incompatíveis com a identidade do lugar. No entanto, esta combinação pode ser benéfica para a população em contexto de evolução, caso não constitua uma agressão. O contato intenso com o exterior, caso não haja uma consciencialização da população para os efeitos menos positivos do turismo, pode criar novos comportamentos onde “a essência é substituída pela aparência, o conteúdo pela forma, o ritual pelo espetáculo. A produção pelo consumo e a história pelo desenraizamento.” (Oliveira, 2005, p.82). É importante contrariar cenários forçados, criando ambientes genuínos. Estes ambientes com vertente comunitária e que, ao mesmo tempo, legam autenticidade ao lugar, só conseguem ser bem sucedidos se forem pensados para a população. O turista entra no processo como um despertador de curiosidade e, conseqüentemente, uma fonte de rendimento que se deseja não ser sazonal. Para isso acontecer, é relevante que se criem eventos identitários e atraentes também nas épocas ditas "baixas", constituindo uma solu-



ção para o turismo sazonal que apenas é lucrativo nas épocas consideradas "altas".

Um turismo mal controlado pode também promover uma pressão inflacionária, isto é, como o turista tem capacidade de gastar mais do que a maioria da população local, os produtos são muitas vezes vendidos a custos inoportáveis pelos residentes, tal como observei na ilha de Moçambique. Outra situação delicada diz respeito à especulação imobiliária. Os habitantes da Ilha têm muita dificuldade em manter as casas de *pedra e cal*, descartam-se delas por uma ninharia, esta venda traduz-se numa oportunidade para uma nova vida, na *cidade de macuti*. Isto deve-se, em parte, à falta de consciência em relação ao valor do património, mas também à incapacidade para reverter a situação. Esses edifícios são posteriormente convertidos para uso turístico e os grandes lucros da atividade acabam por não ter impacto significativo na população local, que ao dissipar estes recursos, não consegue fazer parte do esquema turístico que vai transformando a comunidade. Na melhor das hipóteses, torna-se mão-de-obra de baixo custo que serve as novas funções adotadas (Beni, 2001, p.83).

Por vezes, a privatização de espaços públicos por grandes empreendimentos impede o usufruto de determinadas áreas da sua própria região, perdendo o direito a elas em mercê do turista, isto porque os espaços e infraestruturas destinados a atender as necessidades da população são considerados despesa. Ao invés, os gastos para tornar ambientes mais atrativos para o turismo são entendidos como investimento prioritário.

Se bem planeado, o setor turístico valoriza o património. Exige a refuncionalização de edifícios abandonados, cria empregos, revitaliza espaços vazios e esquecidos, conserva a história e promove a cultura, permite o contacto entre pessoas de diferentes lugares e dinamiza a economia dos países envolvidos. Porém, uma "exploração exacerbada desta prática pode ter consequências irremediáveis no presente e futuro" (Coutinho, 2009, p.55) dos lugares. Para além do que foi já referido, a falta de planeamento nas cidades pode levar a uma degradação ambiental, social e arquitetónica, bem como à perda do direito à cidade por parte dos habitantes em mercê do interesse do turista, perpetuando desigualdades e tensões sociais.

Assim, pretende-se um turismo sustentável, que minimize os impactos ambientais e socioculturais, fomentando uma evolução económica positiva, e que a Organização Mundial do Turismo definiu como:



*Sustainable tourism development guidelines and management practices are applicable to all forms of tourism in all types of destinations, including mass tourism and the various niche tourism segments. Sustainability principles refer to the environmental, economic and sociocultural aspects of tourism development, and a suitable balance must be established between these three dimensions to guarantee its long-term sustainability.*<sup>21</sup>

O planeamento ganha “um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o sector gera um largo espectro de impactos, mas também que pode ter um importante papel no crescimento e revitalização social e cultural” (OMT, 2003, p.215).

As intervenções no património devem dotar-se de uma visão duradoura. Não devem ter em vista apenas um consumo imediato, mas acompanhar a evolução do tempo, respondendo às necessidades da cidade a longo prazo.

O programa é outro dos pontos chave para o sucesso de uma intervenção. Todo o processo de apropriação do espaço, desde o financiamento à utilização, deve assegurar a responsabilidade entre os atores envolvidos. A identidade do espaço não deve nunca ser comprometida protegendo a sua tradição e história. Em suma:

*[...]deve fazer-se uma distinção tripartida dos efeitos da apropriação do turismo; em primeiro, as repercursões que terá na constituição da identidade do lugar, que é a característica que espelha a sua vida, podendo constituir a sua evolução ou em contrário a sua morte; em segundo, entender como o turismo deve dar novo uso, uma nova activação, procurando manter a autenticidade arquitectónica e cultural, o que revela que estas novas funcionalidades devem servir não só os turistas mas também os residentes, salvaguardando a sua vida durante todo o ano; e por fim, explicitar os efeitos que este incute na imagem da cidade, mostrando como o fenómeno da globalização da cultura e da imagem, podem influenciar a protecção e salvaguarda dos centros históricos.*

(Coutinho, 2009, p.89)

É do interesse de todos que o turismo seja estratégico, integrador e participativo. Caso contrário, em vez de promover o desenvolvimento das cidades, passa a estimular o des-envolvimento, com a turistificação dos lugares a torna-se tão ou mais importante que o deslocamento de antigos moradores, despreparados para o processo e, assim, o espaço ocupado pelo setor perde o papel de “mediador para a vida e as coisas acontecerem” (*apud* Oliveira, 2005, p. 76).

<sup>21</sup> Informação retirada do site oficial organização mundial do turismo - <https://sdt.unwto.org/content/about-us-5>, consultado a 16 de janeiro de 2018.



Deverá reconhecer que na satisfação das necessidades locais também satisfaz a dos visitantes, respondendo a um dos maiores desafios da atualidade: recuperar o património para os habitantes mostrando-o aos turistas.

*O turismo cultural deve existir baseado na curiosidade que as pessoas têm de usufruir experiências positivas que os locais têm. Isso faz toda a diferença. Temos de perceber que património é desenvolvimento e o turismo é uma alavanca fundamental, mas pode ser predador.*

(Rossa, 2019)<sup>22</sup>

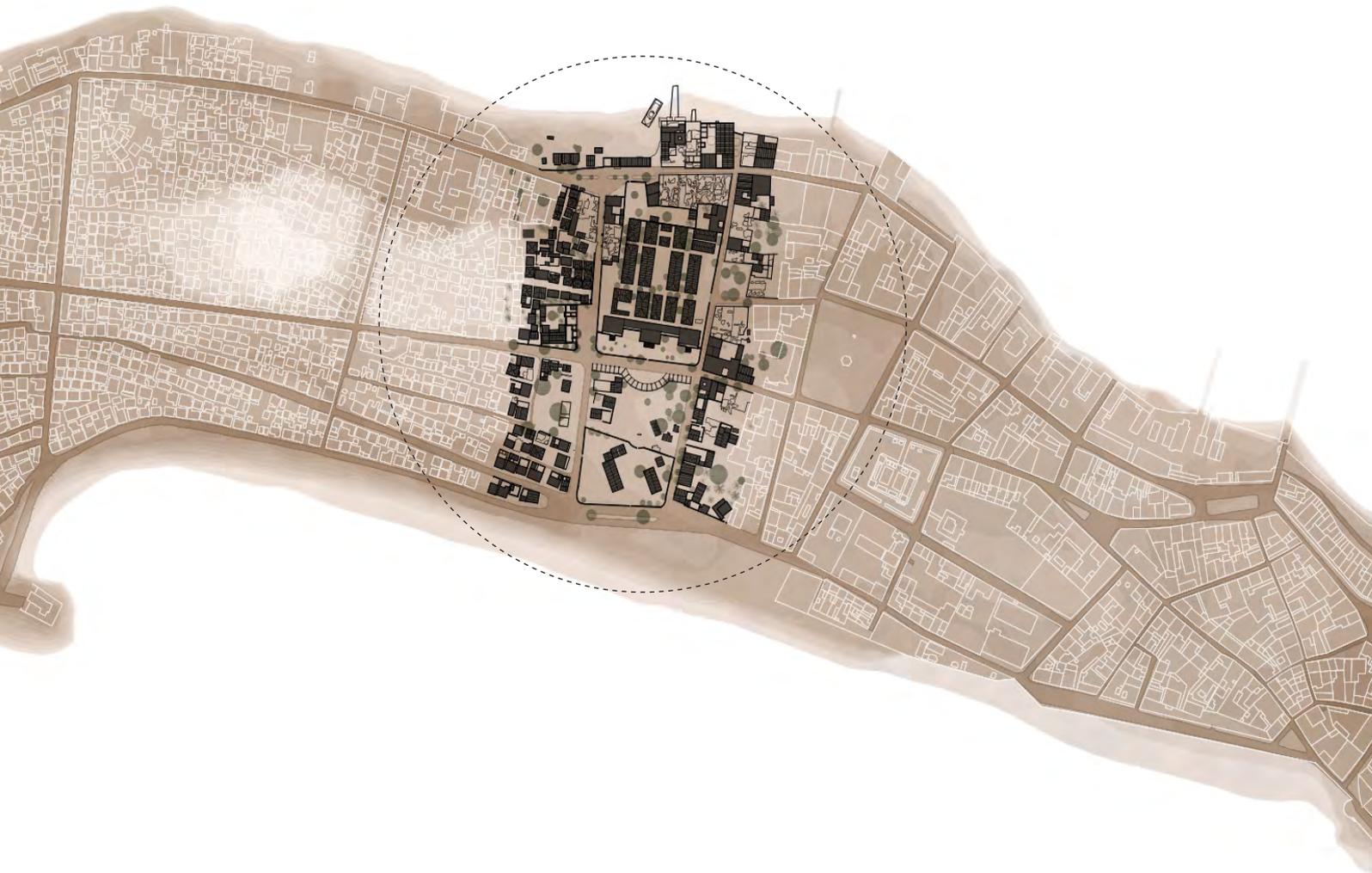
Segundo Hall, o planeamento do turismo permite “minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos económicos nos destinos e, deste modo, estimular uma resposta mais objetiva por parte da comunidade anfitriã em relação ao turismo no longo prazo” (*apud* Marujo e Carvalho, 2010, p.155).

---

<sup>22</sup> Informação disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/12/22/o-futuro-sustentavel-da-preguica/61512>, consultado a 2 de Julho de 2019.



## **IV. Intervir na Ilha**







Rua Iglesias da Saúde FIG. 82 e 83

#### 4.1. A Estratégia Urbana: Centro Identitário de Muhipiti

Depois de conhecer a Ilha de Moçambique, as suas potencialidades e fraquezas, bem como após analisar o papel do Património no contexto de desenvolvimento, onde o turismo assume um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população local, chegou o momento da proposta de intervenção. A Ilha é, por si só, um cartão de visita apelativo aos que procuram um destino rico patrimonialmente. Porém, a fase de declínio levou a que este património ficasse em risco de desaparecer, cabendo principalmente à população local a participação no seu processo de conservação, contrariando o cenário de desgaste generalizado que atravessa.

Pretendo criar uma estratégia de desenvolvimento que requalifique uma área urbana da Ilha, que denominei por Centro Identitário de Muhipiti [CIM]. Esta estratégia propõe um conjunto de intervenções pontuais — suficientemente autónomas para se realizarem faseadamente — mas que se articulam em termos programáticos e têm um objetivo comum: preservar a identidade de Muhipiti, ao mesmo tempo que melhoram a qualidade de vida dos habitantes da Ilha através da promoção da cultura local e do fomento da economia interna.

Escolhi para a área de intervenção a zona da charneira que marca a transição entre as *idades* da Ilha. Esta escolha surgiu após uma profunda análise da Ilha como conjunto. Para além da arquitetura, pessoas, paisagens ou tradições, destaca-se o seu património urbano, singular, que materializa a história deste território ao longo do tempo. O sítio – ou, se quisermos, a faixa – que condensa a maior quantidade de informações relacionadas com a Ilha é a Rua Iglesias da Saúde, que divide (e eu pretendo que una) estas duas *idades* e se traduz na zona de intervenção. É rematada por dois momentos singulares: a norte, o largo do mercado; e a sul, a Praça 16 de Junho. Através da intervenção, pretendo explorar as potencialidades de ambos, articulando-os pela complementaridade programática. No fundo, pretendo trabalhar sobre um paradoxo: o eixo em que está vincada uma transição social e espacial, passe a ser o momento da sua diluição, assumindo, contudo, essa realidade histórica. O estado geral desta zona foi outro fator que me incentivou a intervir. Atualmente, e conforme foi definida na missão-encomenda previamente formulada ao grupo responsável pela criação de um centro comunitário, a zona é caracterizada por:



1. Ancoradouro Desativado | 2. Apoio ao setor da Pesca | 3. Barco Abandonado | 4. Antigo Celeiro | 5. Tanque | 6. Mercado de Peixe | 7. Largo do Mercado | 8. Comércio Informal | 9. Habitação | 10. Habitação em Ruína | 11. Serviços | 12. Estrutura de Sombreamento | 13. Restaurantes | 14. Carpintaria | 15. Antiga Escola Primária | 16. Escola Primária. Edifício Principal | 17. Escola Primária. Edifício Anexo | 18. Espetáculos Esporádicos | 19. Pedra Sagrada

Ocupação Existente FIG. 84

*um emaranhado de ruínas, espaços residuais e informalmente apropriados públicos e provados, edifícios desaproveitados de grande potencial (a começar pelo do Hospital), mas também um espaço de reunião e encontro da comunidade local, uma espécie de fórum que carece de clarificação de usos e espaços.*

(Brito e Mendonça, 2017, p.155)

Esta faixa central necessita de uma intervenção que a consolide socialmente. O CIM centra-se na reabilitação de edifícios devolutos para novos usos que satisfaçam as necessidades da população e dos visitantes da Ilha, garantindo a sua constante manutenção bem como a reabilitação de outros edifícios através do lucro proveniente da vertente empreendedora. Além disso, pretende instruir a população para hábitos menos nocivos para o património (material e imaterial) e sua salvaguarda.

*[...] a tradição deve ser vista como um factor constitutivo de um processo associado a uma leitura de continuidade. [...] a tradição também deve ser posta ao serviço do ser humano para conceder um espaço mais confortável ao seu habitar.*

(Sadrudin, 2015, p.7)

A harmonia que pretendo proporcionar aos espaços, alimenta o orgulho e a empatia de cada habitante, renascendo um sentimento de pertença que facilite a manutenção e a apropriação dos espaços, não apenas por dever cívico, mas por opção inata e conjunta.

O CIM funciona como uma ponte entre os dois momentos-chave do projeto que rematam o eixo:

- A Sul, o jardim-viveiro.

Adapte a proposta de intervenção sugerida pela oficina responsável pela criação de um centro comunitário, no *Oficinas de Muhipiti* e cuja principal ideia incidiu na recriação do viveiro que outrora existiu na Praça 16 de junho. Cogitámos um espaço arborizado e autossustentável que estimule o convívio e as trocas interpessoais, através da criação de momentos que potenciam sombra, conforto e qualidade ao espaço, ao mesmo tempo que se integram programas capazes de promover a preservação do património natural da Ilha de Moçambique.



1. (DES)embarque de Dhows para visitas | 2. Cais pescadores | 3. Palco multiusos | 4. Centro Comunitário | 5. Plataforma | 6. Cafeteria /Restaurante take-away | 7. Mercado de Peixe | 8. Centro Interpretativo | 9. Largo do Mercado | 10. Restauração | 11. Casa de Hóspedes | 12. Jardim | 13. Sanitários | 14. Posto de informações | 15. Bancos Urbanos | 16. Estrutura Efemora em Madeira | 17. Novo polo casas swahili | 18. Escola Primaria | 19. Pedra Sagrada | 20. Centro de Preservação Natural | 21. Anfiteatro ao Ar livre

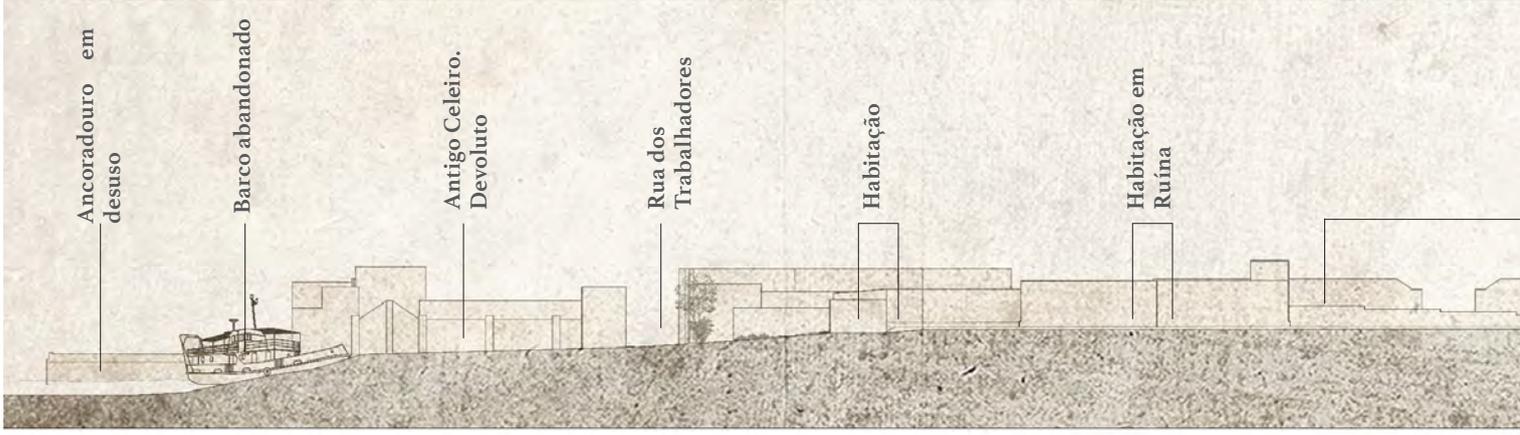
[CIM] Proposta FIG. 85

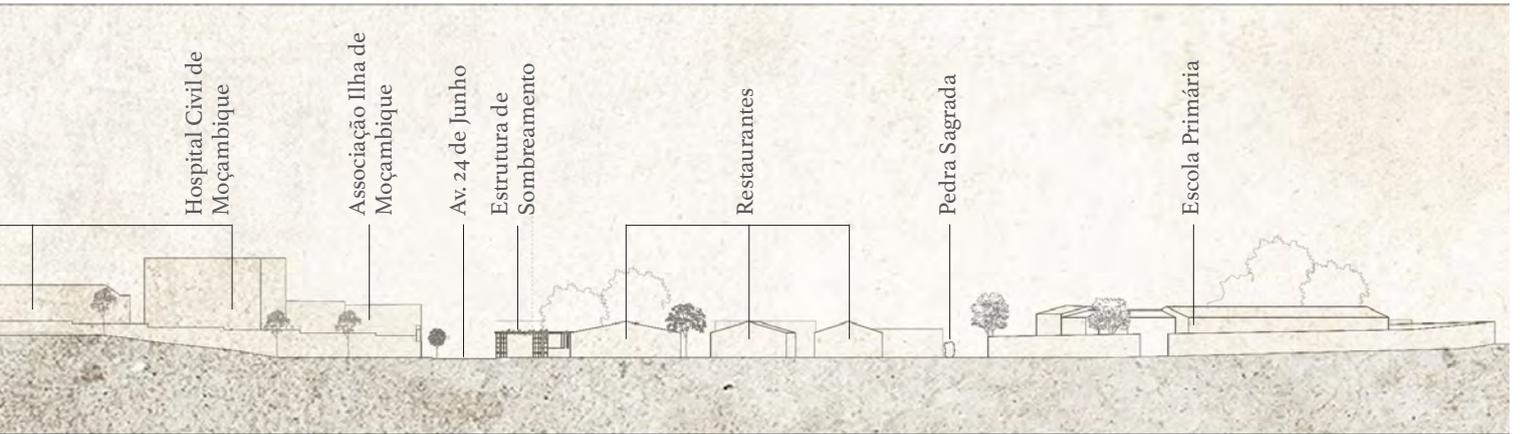
-A Norte, o Centro Interpretativo e Comunitário.

Localizado na zona do Largo do Mercado, o programa pretende incluir um espaço interpretativo aliado a outro, comunitário. A relação com o mar é evidente, quer pelo ambiente onde se insere, quer pelos edifícios/elementos (re)aproveitados para os novos programas. Idealizei um lugar que permite a aquisição de conhecimentos relacionados com a Ilha, não os deixando cair no esquecimento, ao mesmo tempo que crio espaços de reunião para a comunidade e melhora as condições de trabalho relacionadas com o setor da pesca.

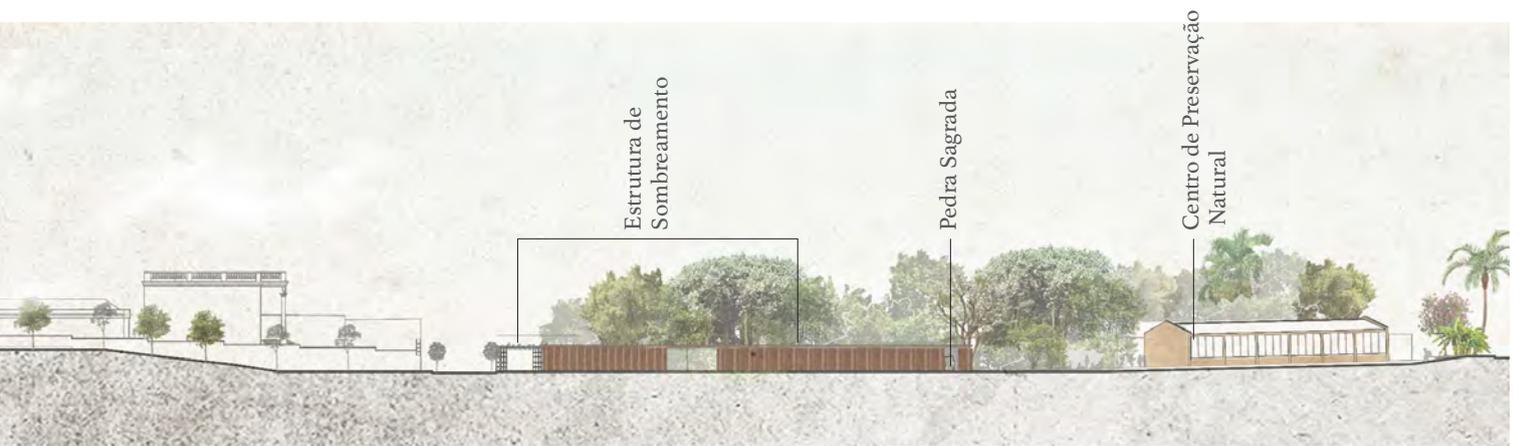
Esta intervenção aspira proporcionar uma experiência única que alia teoria e prática, do conhecimento ao estímulo de sentidos. Em momentos sucessivos, permito que o visitante descubra a Ilha, de forma transparente, genuína, no terreno, valorando as relações interpessoais que se proporcionam (habitante-habitante ou habitante-visitante), estimulando uma vivência profunda.

É também possível identificar três tempos de intercessão arquitetónica: o passado, o presente e o futuro. Estes três momentos estão patentes na salvaguarda do passado, através da requalificação do preexistente; nas novas intervenções que oferecem inovação ao projeto e respondem às necessidades atuais; e na possibilidade de alteração do uso dos espaços, de carácter efêmero, do presente para o futuro, dada a versatilidade com que foram pensados. Ambiciono que o conjunto, dentro de um território que se tem estagnado e enquanto Património Mundial da Humanidade, se converta num modelo de descoberta de novas formas de intervir abrindo novos horizontes.

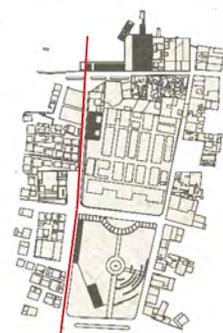




Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Existente. FIG. 86



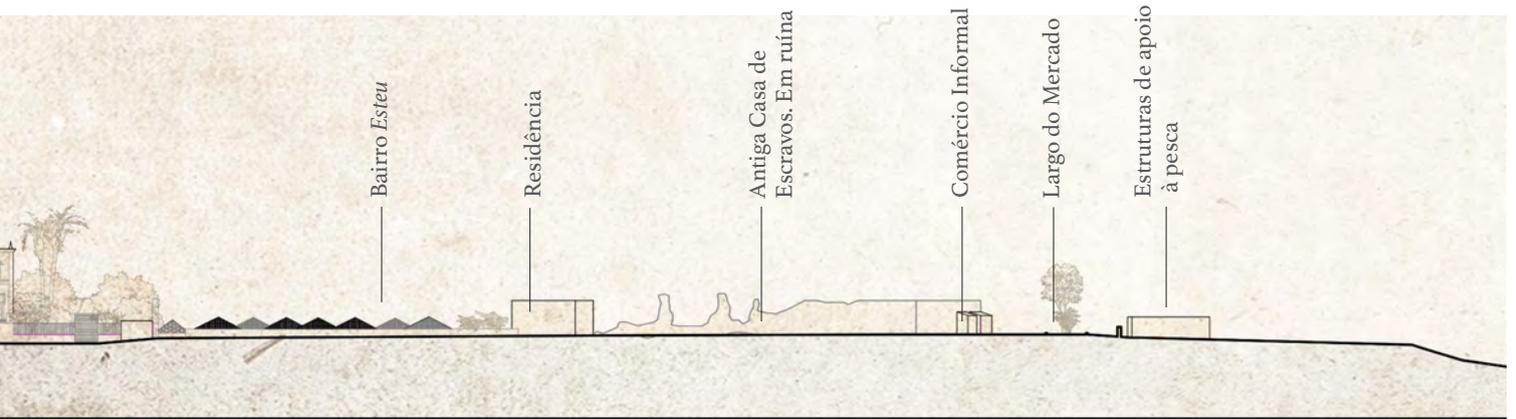
Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Proposta. FIG. 87



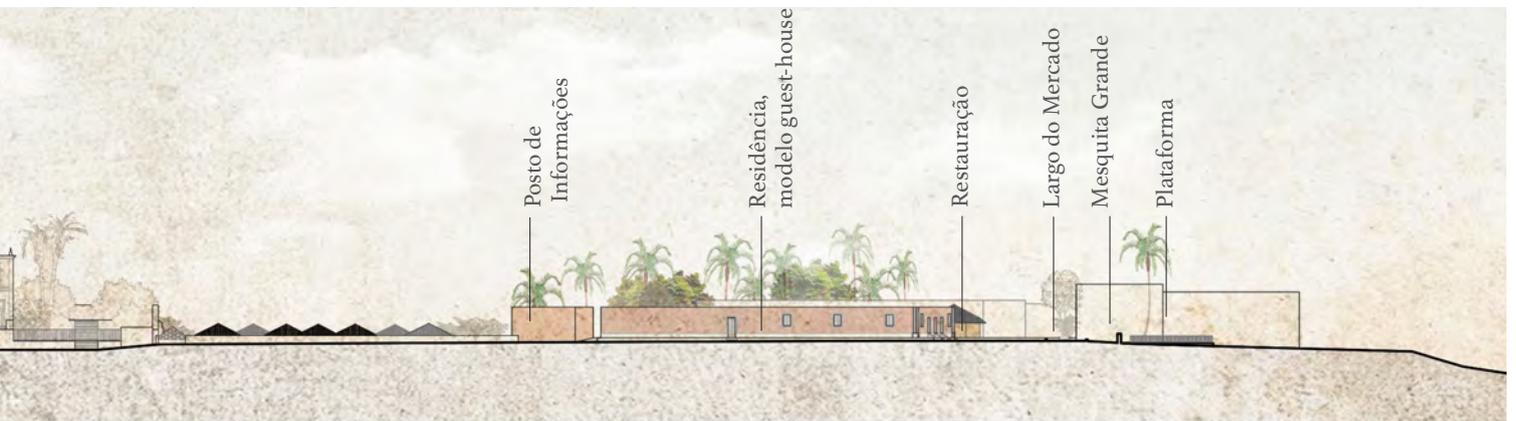
20 10 5 0



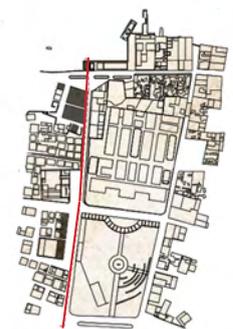




Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Existente. FIG. 88

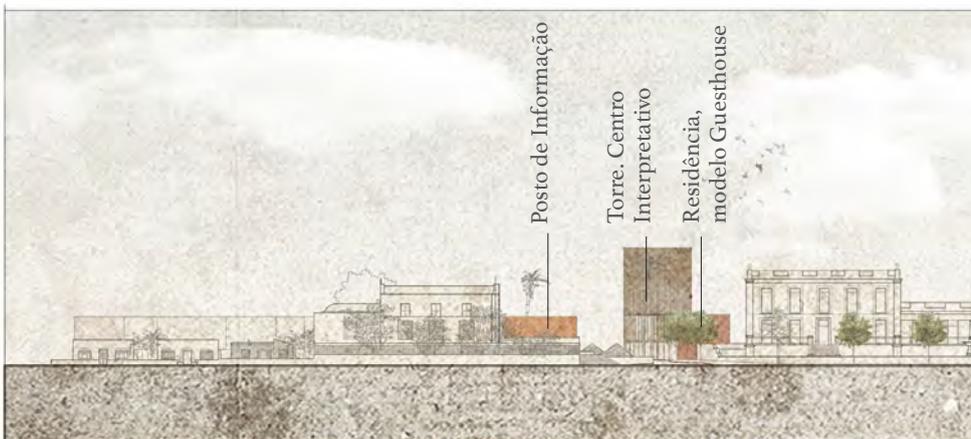
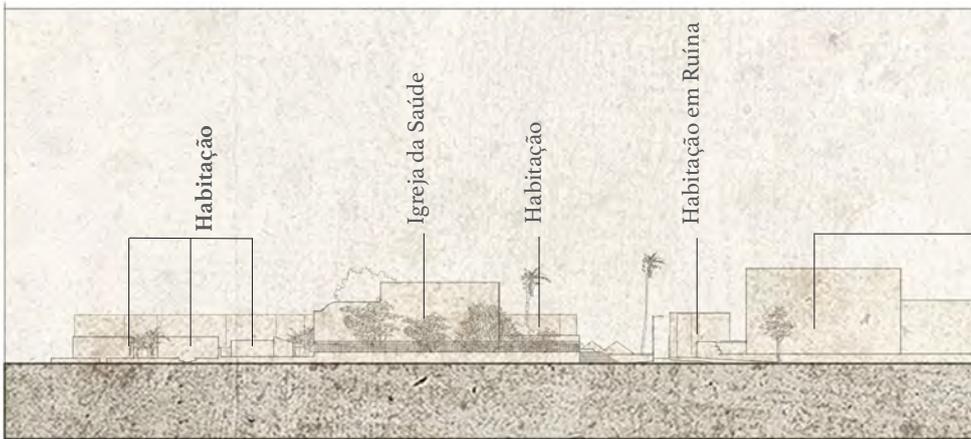


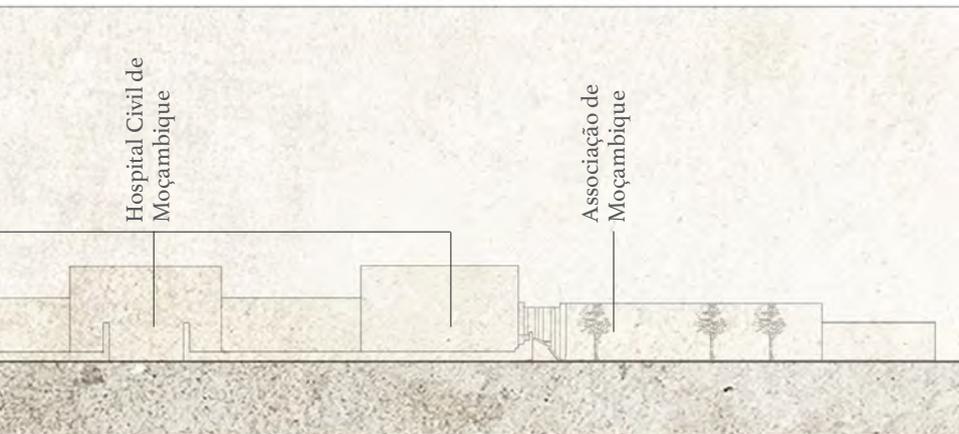
Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Proposta. FIG. 89



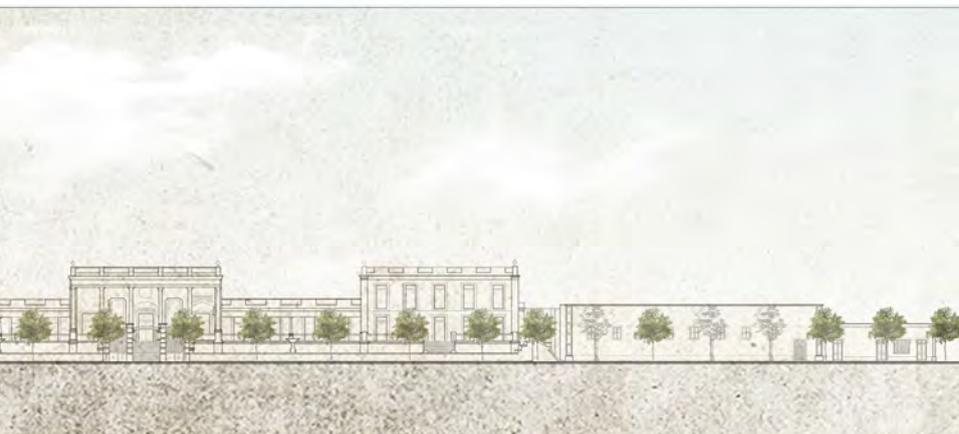
20 10 5 0







Perfil da Av. 25 de Junho. Existente. FIG. 90

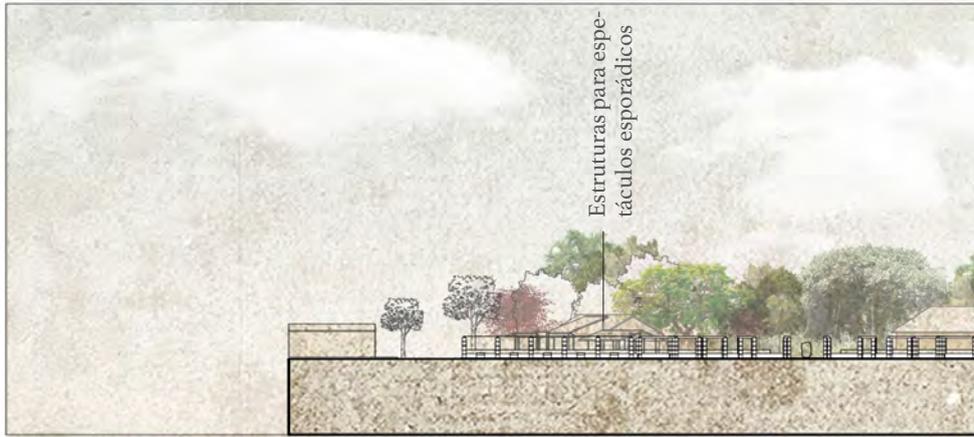
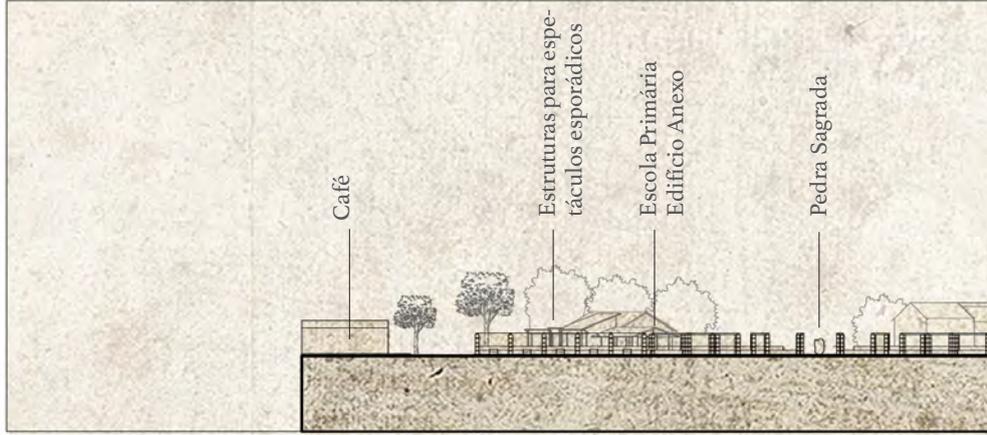


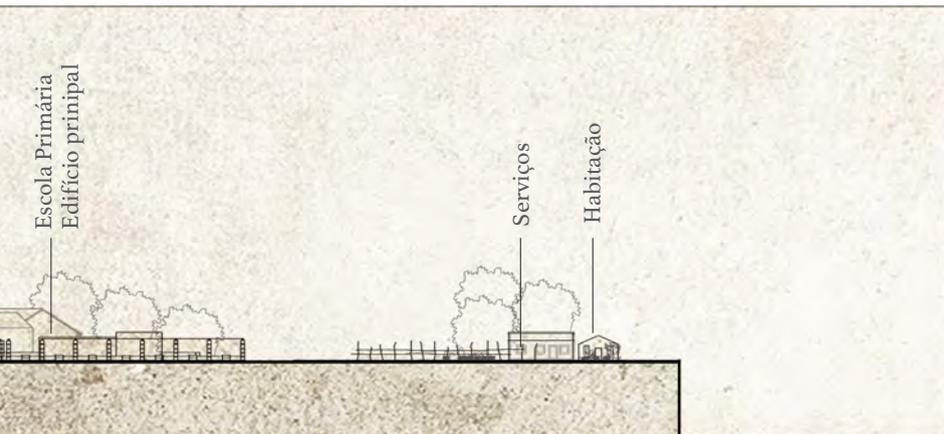
Perfil da Av. 25 de Junho. Proposta. FIG. 91



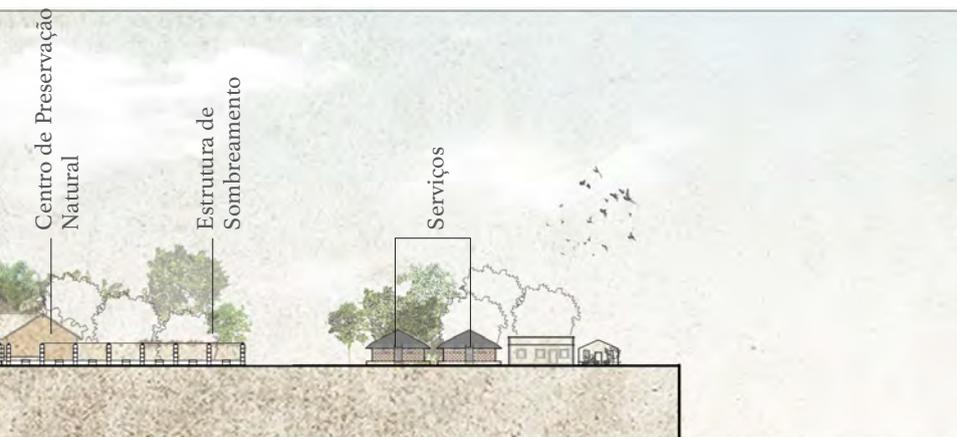
20 10 5 0







Perfil da Av. 25 de Junho. Existente. FIG. 92



Av. 25 de Junho.Proposta. FIG. 93



20 10 5 0





---

Fotografia Praia 16 de Junho, meados do século XX FIG. 94

#### 4.1.1. Jardim-Viveiro

Proponho um espaço verde convenientemente preparado para conservar e reproduzir flora endógena, ao mesmo tempo que adquire o carácter social patente no conceito de jardim.

*O património natural da Ilha de Moçambique está em risco e declínio. Por um lado, as preocupações do património concentram-se na recuperação de imóveis, por outro, evidencia-se um certo desinteresse pelos valores da conservação da flora e da fauna nativas. [...] Tanto em terra como no mar esses sinais de perda são evidentes, em especial naquilo que o visitante atento observa facilmente, porque está perto e é visível: há muito lixo nas praias, desde garrafas de plástico até restos de redes mosquiteiras abandonadas; as motos de água, ao fim de semana, afugentam um capital natural muito valioso, a vida marinha de proximidade, desde as baleias que se aproximam do pontão até às pessoas que desejam apenas dar um mergulho; os pequenos peixes tropicais que circundam a embarcação afundada no pontão são capturados por pescadores amadores; a erosão começa a sentir-se na contracosta, o mar bate com mais força e os muros de contenção estão a colapsar. Falta um plano para rearborizar a Ilha, substituindo árvores envelhecidas precocemente por sucessivas podas mal conduzidas, com destruição da copa; para além da situação da salubridade e da gestão de resíduos, onde existem esforços visíveis de limpeza da Ilha, muito do lixo continua a ser enterrado na areia e não existe valorização material. Os desafios são imensos e só serão ultrapassados se a sociedade civil se mobilizar e pressionar o poder político a agir de forma mais persistente.*

(Vaz, 2018, p.205)

Analisando a situação aqui descrita, é fundamental revertê-la através da consciencialização da população para a preservação do património natural da Ilha de Moçambique. Neste sentido, defini um programa que estimule a resposta a esta necessidade.

Esta praça, para além do grande vazio que representa, é dos poucos espaços verdes que a Ilha dispõe. A sua localização e respetiva envolvente, aliada à carga simbólica dos seus elementos constituintes, conferem um ambiente peculiar.

Os registos fotográficos e as referências bibliográficas de meados do século XX (fig.94), apontam para a existência de um jardim e viveiro nesta zona, alimenta-



Estrutura de Sombreamento FIG. 95

Restaurante FIG. 96

Edifício Principal da Escola FIG. 97

Estruturas para Espetáculos Esporádicos FIG. 98

Hospital | Pedra Sagrada | Calçada Portuguesa | Muro da Escola FIG. 99

do por um poço, atualmente dentro de um logradouro de um dos restaurantes também aqui existentes. No final da década de 60 foram inaugurados o edifício principal da Escola Primária 16 de Junho — palco de aprendizagem de nomes importantes da história da Ilha — e um monólito de pedra conhecido como Pedra Sagrada ou Monumento Afonso de Albuquerque, situado no centro do largo. A pedra irregular é uma obra do escultor Helder Batista, “com a efígie de Luís de Camões e uma dedicatória ao IV centenário da estadia do poeta na ilha” (Mendonça e Brito, 2018, p.157). A implantação do edifício principal da escola primária, alheia ao tecido urbano e aos limites do terreno, orienta-se pelos pontos cardeais, estabelecendo uma relação difícil com a envolvente. A par disto, podemos constatar que a qualidade espacial do edifício não é diretamente proporcional à carga simbólica que carrega. Em termos visuais e urbanos, compromete a amplitude do espaço. Porém, apesar de se traduzir num problema urbanístico assumido, é um marco para a população e para a história da Ilha e, como tal, respeitado. Com o passar do tempo, as árvores e as casuarinas, usadas para fixar as dunas no lado este da costa, foram desaparecendo; a costa foi-se alterando devido ao desgaste provocado pela violência das marés (Mendonça e Brito, 2018, p.158). Após a Independência, construiu-se o edifício anexo à escola primária e o muro que envolve o conjunto. Nesta zona ainda são visíveis, pontualmente, alguns vestígios de calçada portuguesa. Atualmente, estão em funcionamento dois restaurantes, a par de um conjunto de estruturas efémeras para pequenas atuações, frequentes, complementada por uma zona de repouso sombreada, parcialmente degradada.

Este vazio, que se estende à frente do edifício monumental do Hospital Militar e Civil de Moçambique, encontra-se fragmentado, pouco consolidado e organizado. As intervenções existentes não se relacionam com a envolvente, pondo em causa a relação visual entre o largo e a linha de água. Este vazio é justificado pela ausência de uma ocupação funcional concreta, de interesses sociais e renovação de usos urbanos.

A ideia de recriar o viveiro está “associada à intenção de recuperar antigas práticas de reposição de espécies arbóreas nos espaços públicos e nos terrenos das habitações” (Mendonça e Brito, 2018, p. 163). A plantação proposta abrange árvores de fruto e ornamentais de diversas espécies e portes, criando “sombra, aromas, cor e um pomar comunitário” (Mendonça e Brito, 2018, p.163) ou seja, um espaço convidativo para os seus usuários que encontrarão, junto à Pedra Sagrada, uma placa sinalética com informação sobre o local. Esta ideia exige um espaço amplo.



a. Equipamento lazer | b. Edifício Polivalente (Centro de Preservação Natural da Ilha de Moçambique) | c. Anfiteatro ao Ar Livre | d. Viveiro

Planta Programática de Coberturas com Proposta. **FIG. 100**

Perfil com Proposta. **FIG. 101**

Os restaurantes existentes, além de cortarem a dinâmica desejável, dificilmente se relacionarão, de forma harmoniosa, com a reabilitação e reorganização da praça, além de não reunirem as melhores condições para o serviço que prestam. Neste sentido, proponho a transferência do programa para um conjunto de edifícios perto do largo do mercado. O muro da escola funciona como obstáculo na relação visual entre a praça e a linha de água, tirando qualidade ao espaço. Contudo, com a sua demolição, o bom funcionamento da escola fica comprometido devido à falta de segurança. Nisto, proponho transferir também este programa para o edifício abandonado no quarteirão a oeste do jardim (vêr FIG. 104, c.), limitando o perímetro do recreio e construindo um edifício anexo (vêr FIG. 104, d.) de apoio, caso seja necessário.

Muitas árvores da Ilha “carregam a história e a memória dos que com elas conviveram ou convivem” (Lage, 2008, p.35). No entanto, a sua importância tem sido descartada pelos habitantes da Ilha; “As árvores são mal-entendidas: sujam, ameaçam as casas, podem cair, são maltratadas” (Vaz, 2017, p.206). Face a isto, sugiro que o edifício da escola se converta num espaço de aprendizagem relacionado com o património natural da Ilha e respetiva preservação. Enquanto edifício-símbolo, decidi integrá-lo no projeto. Tem as condições necessárias para ser palco de formação sobre a manutenção e a conservação dos espaços verdes, bem como para disponibilizar espaços de consulta de documentos e salas expositoras, ao mesmo tempo que integra um conjunto de equipamentos relacionados com o viveiro, como arrumos e aposentos do jardineiro, para além de sanitários públicos. Pretendo tornar o espaço mais convidativo através da melhoria da iluminação e a construção de uma estrutura que potencie o convívio (a.), descanso e diversão, oferecendo abrigo da chuva, dos ventos e do sol, concebendo um espaço verde com as condições necessárias para ser aproveitado de forma incessante evitando a decadência e marginalização. Atendendo à flexibilidade temporal e social necessárias, esta estrutura pode ter várias utilizações, desde local para as crianças venderem alguns produtos alimentares como para lugar de repouso e/ou contemplação. A estrutura em madeira (a.), foi pensada de forma a desconstruir-se à medida que se cose com o esqueleto da estrutura de sombreamento já existente. Esta relação entre ambas consegue traduzir a situação atual da Ilha através da sensação de construção-ruína. Os trilhos da calçada portuguesa mantêm-se e desenham os principais circuitos pedonias. Por último, redesenhei o quarteirão oeste (FIG. 104) em relação à praça, criando uma nova frente de rua que permite dar mais qualidade ao espaço público, ao mesmo tempo que contribui para a diluição do eixo entre *ciudades*.



a. Serviços b. Casas Swahili | c. Edifício Principal da Escola | d. Edifício de Apoio à Escola | e. Cisterna

Planta Casa-modelo FIG. 102 e 103  
 Planta Programática de Coberturas FIG. 104  
 Perfil com Proposta FIG.105

O conjunto de edifícios proposto segue a tipologia das casas swahili tradicionais e adaptam a solução proposta pelo grupo responsável pelas Casas de Macuti, do *Oficinas de Muhipiti*. Esta decisão permite preservar técnicas e sistemas construtivos tradicionais, ao mesmo tempo que estabelece um novo “método evolutivo de intervenção, uma estrutura reguladora tipificada e programada” (Mestre e Xavier, 2018, p.183). Cada casa foi pensada de forma a ser possível alugar uma divisão independente da casa, sugerindo-se também a plantação de uma árvore da espécie Maçanica. “O rendimento que a família obtém com o aluguer do quarto de hóspede funcionará como um suporte económico de sustentabilidade [...] sendo determinante uma programação hierarquizada das intervenções” (Mestre e Xavier, 2018, p.183). A intervenção, faseada, prioriza a salubridade das casas e a introdução de uma retrete e da árvore, seguido de uma melhor solução para a reintegração do local de confeção dos alimentos, através da criação de uma bancada elevada do pavimento, no local tradicional para o efeito e, por último, a possibilidade de se introduzir um novo compartimento (autónimo, ou não), associado ao sanitário do quintal (Mestre e Xavier, 2018, p.184). A reabilitação das casas existentes passa pela integração da chapa de zinco sobre a qual se aplica um varede contínuo de caniço no sentido da pendente, atenuando o calor e minimizando o impacto visual. Para a construção nova propõe-se o recurso a blocos de adobe, facilmente adquiríveis no continente, e o revestimento das paredes a lacala de forma a melhorar o conforto térmico (Mestre e Xavier, 2018, p.188).

A organização deste quarteirão segundo o lema Uma casa [swahili], uma árvore [Maçanica], permite a extensão do jardim para o lado espelhado do eixo.



---

movimentada Rua do Celeiro, 1965 FIG.106  
Praia de Pescadores FIG.107

#### 4.1.2. Centro Interpretativo e Comunitário

O outro momento chave da proposta de intervenção é o conjunto que forma o Centro Interpretativo e Comunitário [CIC]. Para receber o programa, elegi o atual Mercado de Peixe e envolvente, no qual incluí um trecho de praia de pescadores (nas suas traseiras), o barco (abandonado), o edifício lateral (parcialmente em ruína), o ancoradouro (desativado) e o largo à frente. O CIC foi pensado para ser um espaço convergente entre residentes e visitantes, tendo sido otimizados percursos para um bom funcionamento do espaço em geral (ver anexos, página 176 e 177).

O Largo do Mercado remata a Rua Iglesias da Saúde. Segundo Lobato era um dos locais mais movimentados da Ilha, devido ao ancoradouro que permitia o desembarque para os barcos de terras firmes. Neste lugar estabeleceu-se um celeiro público para armazenar e regular o comércio de mantimentos em terra, um mercado de peixe concluído em 1843 e várias casas providas de grandes armazéns, para o carregamento dos navios que chegavam nas monções. (Lobato, 1945)

Atualmente o largo, embora seja palco de algum comércio, não está a ser devidamente aproveitado. Rodeado de ruína, edifícios devolutos e um mercado sem uso, estende-se a um trecho de praia de pescadores, pouco cuidada, mas convidativa pela vivência que possui e propõe. A pequena praia é mais do que amontoados de lixo ou pedaços de embarcações espalhados pelo areal. Há mais para ver, além do barco que ali aportou e ficou, ou do ancoradouro esquecido. Aqui, todos os dias os pescadores chegam do mar com peixe fresco, outros consertam redes, alguns constroem armadilhas de lagosta; há ainda os carpinteiros que constroem ou reparam pequenas embarcações. Concomitantemente ao mar, as diversas luzes que se acendem, ao anoitecer, na parte continental, formam o pano de fundo ideal para este cenário. O edifício do mercado sofreu várias alterações e, entretanto, deixou de funcionar, devido à falta de clientes, refrigeração, sanitários e outras condições básicas.

Proponho a requalificação do Largo do Mercado e a reabilitação dos edifícios b1. e b2. (vêr Fig. 114). Estes edifícios apresentam um acentuado estado de degradação. Em tempos foram residência para hóspedes (b1) e uma casa para escravos (b2). Pretendo que passem a assumir um programa que se integre no eixo principal e que



Antiga Casa de Escarvos em Ruína FIG. 108  
 Rua dos Trabalhadores. Comércio de Legumes FIG. 109  
 Barco Abandonado e parte do trecho de praia. FIG. 110  
 Ancoradouro em Desuso FIG. 111  
 Mercado de Peixe sem uso formal FIG. 112  
 Largo do Mercado FIG. 113

contribua para o seu carácter empreendedor. Proponho a sua reabilitação para habitação e quarto para hóspedes, reorganizando os compartimentos internos (anexo página 179), dividindo os espaços para proprietários e hóspedes. Esta casa de hóspedes segue o conceito de *guesthouse* e pretende criar um modelo para intervir nas casas de pedra e cal em prol do desenvolvimento sustentável que perspetivo para o território. Deste conceito, importa reter a importância da gestão, o papel do senhorio, a experiência do visitante e a organização da casa. Esta atividade permitirá (re)alojar famílias locais que pretendam criar negócio ao mesmo tempo que se refuncionalizam edifícios da *cidade de pedra e cal* e se proporciona uma nova experiência ao visitante. Esta proposta vai, em parte, de encontro à proposta do grupo responsável pelas Casas de Macuti, analisada para a intervenção anterior.

Proponho também a pavimentação de um excerto da Rua Iglesias da saúde, ainda em terra batida e a criação de um passeio arborizado que potencie sombra. (vêr FIG. 114, l.)

O posto de informações que proponho (vêr FIG. 114, a.) complementa, em termos programáticos, o posto de turismo já existente e é o espaço onde está a sede administrativa do CIM, bem como o espaço de trabalho da equipa responsável pela criação de uma agenda cultural. Neste espaço há lugar para os habitantes colocarem avisos sobre os serviços que prestam em suas casas; para se venderem bilhetes para visitar a Ilha via marítima, para se alugarem bicicletas e prestar informações sobre a Ilha, como são exemplo a agenda cultural ou roteiros culturais.

As estruturas (vêr FIG. 114, c.) destinam-se a espaços de restauração. Nestes edifícios servir-se-ão, durante todo o ano, os pratos típicos da Ilha, dando a conhecer este património cultural, preservando-o. A renda dos edifícios servirá para a sua manutenção.

Posteriormente, proponho a reabilitação do mercado (vêr FIG. 114, g.) e a construção de uma torre (vêr FIG. 114, f.) no lado oeste do volume. A relação entre os dois resulta num equilíbrio de formas. O mercado mantém a sua função de cariz comercial mas também passa a possuir uma cafetaria, cuja cozinha permite incluir um serviço de take away, dando a oportunidade de servir produtos sempre frescos e possibilitando o acompanhamento de todo o processo, desde a apanha, até ao serviço do peixe. Este peixe pode ser diretamente vendido nas bancas do mercado para o efeito ou confecionado na cozinha e servido para levar para casa. A versatilidade com que o espaço foi pensado em termos programáticos, permite que seja



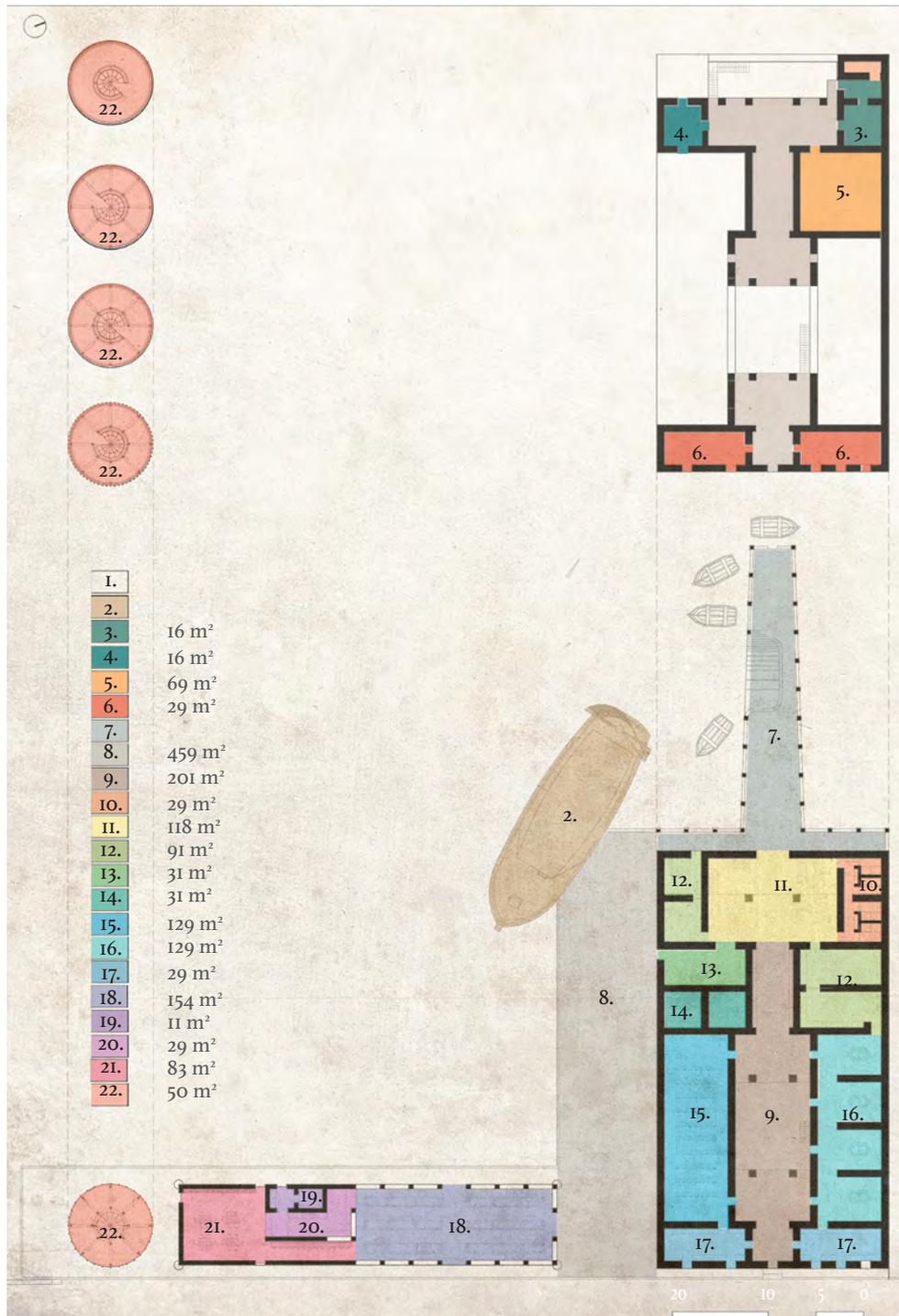
a. Posto Turismo | bi. Residências *Pedra e Cal*, atual modelo guesthouse | b.2 Casas de Escravos *Pedra e Cal*, atual modelo guesthouse | c. Bsracas de vendas | d. jardim | e. Sanitários | f. Torre interpretativa | g. Mercado de peixe | h. Antigo celeiro, atual edifício comunitário | i. Ancoradouro | j. Barco (paco multiusos) | k. Restauração | l. Rua pavimentada

Planta de Coberturas do Largo do Mercado FIG. 114

ainda palco de workshops gastronómicos, fora do horário das refeições, dando a conhecer este património cultural de várias formas.

O barco (j.) é outro elemento, tão estranho quanto singular, que decidi incluir no programa. A sua força na paisagem não passa despercebida. Atendendo à sua dimensão, posição e impacto, considero que poderá valorizar e fazer parte do projeto, ajustando-se às exigências necessárias para que possa receber o programa. Tratei-o como um barco percurso. Sugiro que seja palco de actuações e, no casco, de exposições relacionadas com a pesca. Traduz-se no elo de ligação entre o património vivo da Ilha e o programa comunitário. A relação visual com o mercado permite, a quem está no interior da cafetaria, assistir a espectáculos esporádicos no barco.

O espaço comunitário pretende dar resposta às necessidades exigidas pelo setor da pesca, melhorando as condições de trabalho, ao mesmo tempo que organiza e limpa o areal de praia nas traseiras do mercado. O edifício lateral (vêr FIG. 115, h.), parcialmente devoluto e em ruína, adquire essa vertente comunitária. O primeiro piso acolhe programas como zonas polivalentes, de convívio, comércio e trabalho. As zonas polivalentes pretendem disponibilizar um espaço para os ensaios das várias associações de dança, nomeadamente de tufo, bem como para reuniões comunitárias e workshops que exijam um número considerável de intervenientes. As salas de trabalho foram pensadas como ateliers para os artesãos da Ilha. O objetivo é criar um espaço com relação entre o espaço de trabalho e os lugares de venda, no pátio comum, favorecendo o negócio e envolvendo o turista no ambiente de produção dos produtos. Refiro-me a um conjunto variado de artesãos que hoje trabalham na Ilha mas cujos ateliers são difíceis de encontrar. Trabalham a ourivesaria, cestaria, costura, carpintaria, artesanato, etc. Todos os produtos deverão ser reconhecidos com a marca do lugar CIM e vendidos segundo uma tabela de preços previamente estabelecida. Proponho também espaços de apoio, de arrumo e sanitários. No pátio maior, que se relaciona diretamente com o ancoradouro, proponho um programa relacionado com o setor piscatório. Poderá servir para a construção de armadilhas de lagosta ou emendar redes de pesca. Existe ainda uma área reservada à preparação e congelamento do peixe que chega fresco e o qual deverá ser vendido no mercado ou confeccionado nos restaurantes do largo do mercado. É importante criar parcerias entre os pescadores e os empresários de restaurantes de forma a criar um ciclo sustentável que satisfaça as necessidades do CIM. O segundo piso destina-se a espaços sociais, uma sala para sede da associação



1.Circulação | 2. Palco Multiusos | 3. Sala da Associação de Pescadores | 4. Sala de Trabalhadores | 5. Refeitório | 6. Salas de Seminário | 7. Ancoradouro | 8. Zona de Construção/ Reparação de Embarcações | 9. Pátios para comércio | 10. Sanitários | 11. Pátio (Zona para remendar Redes/ Armadilhas de Lagosta) | 12. Espaços de Apoio/ Arrumos | 13. Espaços para Preparação de Peixe | 14. Câmaras de Frio | 15. Espaço Polivalente (Ensaios de Dança por exemplo) | 16. Espaços de Trabalho | 17. Espaços de Venda | 18. Mercado de Peixe | 19. Dispensa | 20. Cozinha | 21. Restaurante | 22. Torre - Centro Interpretativo.

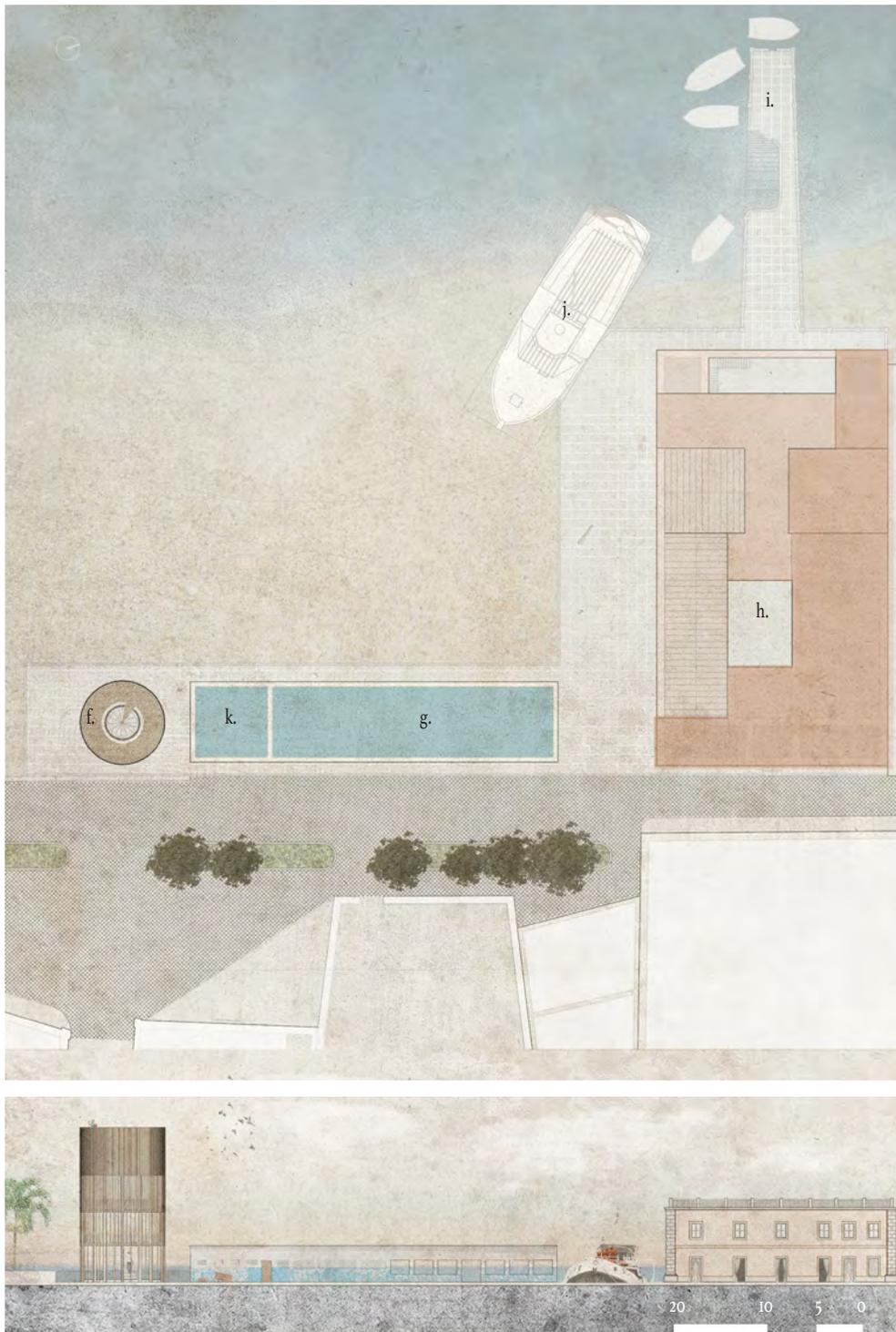
Planta de distribuição programática. FIG. 115

de pescadores da Ilha de Moçambique e duas salas de seminário para formação, nomeadamente para cursos de línguas, guias turísticos, *oficinas*, etc. Este edifício é dos espaços mais dinâmicos da proposta de intervenção. A vivência do mesmo parte da valorização da cultura, existindo a possibilidade de visualizar todo o processo de execução das mais variadas atividades. O programa adotado pelo edifício pretende ainda ser um exemplo para intervir em outros edifícios, construindo um modelo de desenvolvimento para servir a população, criando empregos e novas formas de rendimento.

Proponho ainda a reativação do ancoradouro (i.) para atracar pequenas embarcações que se inserem no conceito da proposta e permitirão a visita a todo o perímetro da ilha ou para a prática de mergulho.

A torre (vêr FIG. II6 e II7, f.), além de cortar a horizontalidade vincada do mercado, remata a Rua Iglesias da Saúde, traduzindo-se num elemento de exceção. Este elemento vertical pretende inovar quer em termos estruturais e tipológicos, quer pelo miradouro introduzido na cobertura e que se assume como um remate do próprio programa, permitindo uma vista panorâmica sobre a Ilha: um quadro raramente contemplado pela população das regiões africanas devido à ausência de estruturas deste tipo, elevadas, que possibilitam esta novidade de perspetiva visual. A partir do miradouro é possível reconhecer, simultaneamente, a dicotomia das duas *ciudades* da Ilha, no ponto exato de transição. Ao longo do projeto procurei diluir esta passagem, mas assinalei-a com este gesto. O passado faz parte da Ilha e não o devemos apagar. Aprendendo com ele, desenvolvemos o presente, preparando o futuro. Nesta linha de pensamento, a torre ganha uma simbologia que invoca a memória, que caminha de mãos dadas com a história. Este vínculo ganha superior interesse quando propomos para a torre programas relacionados com a história do lugar. O local permite a aquisição de conhecimentos sobre o passado através de exposições permanentes e de uma plataforma digital; mas também do presente, através de exposições temporárias que permitem aos habitantes explorar os seus dons (pintura, fotografia, artesanato, costura, etc.), recebendo reconhecimento e realização. O carácter interpretativo permite não apenas adquirir informação, mas reagir, questionar, fazer e ser parte.

Embora se relacionem, a estrutura do edifício é autónoma da do mercado. É em betão, e em bambu das espécies *bambusa culgaris shard* e *phyllostachys pubesceis*. O diâmetro das varas de bambu varia entre os 4 e 10 cm ou 7 a 15 cm, respetivamen-



Planta de Coberturas Centro Interpretativo e Comunitário FIG. 116  
 Alçado Centro Interpretativo e Comunitário. FIG. 117

te, e o comprimento pode chegar aos 20 metros em ambas as espécies. A primeira espécie representa Buda no Japão, símbolo da multiplicação e generosidade. Generoso é o adjetivo mais indicado para descrever o povo da Ilha, que tão bem me recebeu, e que pretendo retribuir com esta atribuição, associada a um edifício simbólico dedicado a eles, para eles, e à sua história. Esta espécie encontra-se em todos os apontamentos da torre, desde guardas e corrimões. A segunda espécie é a mais adequada para a construção civil, a qual utilizo em todo o perímetro da torre, como revestimento. Damos conta, ao analisar a forma como foram organizadas cada uma das varas de bambu que, à medida que subimos na torre as varas vão ficando mais juntas. Pretendo criar uma alegoria relativamente à evolução urbana e demográfica da Ilha, do vazio ao sobrelotado ou, se quisermos, de uma história com cada vez mais intervenientes a outras histórias para contar. O rés-do-chão promove a relação com o exterior, cuja permeabilidade permite, a quem está em redor do edifício, aperceber-se do elemento vertical — escadas — despertando alguma curiosidade; ao mesmo tempo, esta transparência torna o lugar mais convidativo, sem entraves: ali toda a gente é bem-vinda, não há portas nem vãos cerrados. O mesmo acontece com as entradas para o edifício comunitário, onde pretendo que as portas sejam substituídas por panos de capulanas, tornando o espaço mais convidativo, sem barreiras. Nos pisos posteriores, as varas de bambu vão-se juntando até quase não sobrar espaço entre elas. Quando esse momento chega, significa que terminou a evolução da Ilha, está sobrelotada. É o quarto piso, no qual se abre espaço para mostrar outro tipo de conteúdos com um carácter temporário. Com efeito, a cobertura é o *ex-libris* da proposta de intervenção pela experiência que proporciona aos habitantes da Ilha. As guardas interiores da torre apresentam um largo corrimão para a instalação de conteúdo expositivo. A organização em open space permite uma maior versatilidade no usufruto dos espaços. A permeabilidade dada pela utilização do bambu permite que a torre se abra do interior para o exterior, captando uma grande quantidade de informação do território ao mesmo tempo que facilita a ventilação natural dos pisos. O tom terra que escolhi para caiar a estrutura do edifício contrasta com o branco do volume horizontal do mercado, destacando-se e uniformizando-se, paradoxalmente, nas tonalidades da *cidade de macuti*.

O conjunto de infraestruturas e elementos relacionados com o CIC é abraçado por uma plataforma que traça os limites do programa, serve de acesso entre os elementos e a praia e estabiliza o barco, servindo também como zona para construção e manutenção de pequenas embarcações.



Corte da torre FIG. 118

Podemos concluir que os elementos de exceção compreendem programas cujo principal objetivo é a divulgação do património imaterial da Ilha. Há uma racionalização do ambiente. Para dinamizar o conceito e promover a conservação do património material, associei a cada um, uma infraestrutura da Ilha, a respetiva reabilitação e refuncionalização para usos que estimulem a aquisição de conhecimentos experienciados.

Para além destas intervenções, considero que deve ser criada uma associação para a gestão e exploração desta área. Esta associação será responsável pelo funcionamento e gestão de todos estes espaços para além da respetiva manutenção e conservação. Identifiquei ainda algumas ações que esta associação deve levar a cabo para o bom funcionamento do conjunto, como:

- A criação de uma agenda cultural que informe os eventos habituais e esporádicos, crie novas oportunidades de lazer, e torne a Ilha mais atrativa pela variedade de oferta à disposição. A associação deve organizar e publicitar os diversos eventos. Seria também interessante a criação de rotas turísticas, via terrestre e marítima. Estas ações permitirão criar emprego e outras dinâmicas, ao mesmo tempo que privilegiam a preservação do património. Esta associação prestará serviços no posto de informações proposto. Neste mesmo posto são publicitados serviços feitos nas casas dos habitantes. Durante a minha estadia na Ilha deparei-me com inúmeras pessoas que realizavam determinados serviços nas próprias casas, como as máscaras de mussiro, lavagem de roupa, ginásio e museus próprios. Ao existir um lugar adequado para a divulgação destes espaços e serviços, as famílias poderão potenciar os serviços que prestam, melhorando a sua situação económica;

- A criação de um bilhete de visita turístico que permita o acesso do turista aos vários espaços do CIM e que produza receitas suficientes para a manutenção e conservação do conjunto dos edifícios. Esta quantia deve ser cobrada apenas aos turistas de forma a salvaguardar a apropriação do lugar por parte do habitante.

- É igualmente importante criar parcerias, nomeadamente a Universidade de Lúrio, a Associação de Turismo, e a UCCLA, apoiando a formação de guias turísticos, capazes de transmitir, em várias línguas, a história do lugar. Estes cursos de formação podem ter lugar nas salas de seminário do centro comunitário;

- Fomentar a criação de workshops que estimulem a relação entre habitante e visitante, habitante e lugar. A sua realização pode ter como espaço as salas de seminário do centro comunitário ou a sala polivalente;



- Arrendar, sempre que possível, a sala polivalente do centro comunitário. As receitas desta atitude deverão ajudar na manutenção do próprio edifício;
- Todos os produtos feitos no centro comunitário, nas salas de trabalho, deverão ser postos à venda em espaços próprios, no centro comunitário. Todos os produtos deverão ser identificados com a marca-lugar CIM;
- Deverá ser assinalado, à entrada da Ilha de Moçambique, a existência do CIM para uma visita mais organizada à Ilha;
- Investimento em meios de deslocação, como bicicletas, para circuitos à ilha por via terrestre. Estes meios de transporte poderão ter como ponto de recolha o largo do mercado, alugados por um preço determinado pelo tempo de utilização. O local de venda dos passes poderá estabelecer-se também no posto de informações.

Estas são algumas ações complementares que possibilitarão um melhor aproveitamento do conceito da proposta.



**V. CONCLUIR**

## ANÁLISE SWOT

Strenghts (Forças)	Weaknesses (Fraquezas)
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Inscrição na Lista de Património Mundial da UNESCO;</li> <li>-Diversidade Cultural e Natural;</li> <li>-Património Cultural;</li> <li>-Património Natural;</li> <li>-Hospitalidade;</li> <li>-Associativismo;</li> <li>-População Jovem;</li> <li>-Segurança;</li> <li>-Clima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Informalidade;</li> <li>-Migração;</li> <li>-Falta de Atividades Profissionais;</li> <li>-Falta de Infraestruturas;</li> <li>-Sobrelotação <i>Cidade de Macuti</i>;</li> <li>-Abandono <i>cidade pedra e cal</i>;</li> <li>-Degradação do Património Edificado;</li> <li>-Falta de mobiliário urbano e espaços sombreados;</li> <li>-Pouca qualidade nos espaços públicos;</li> <li>-Escassez mão-de-obra qualificada;</li> <li>-Falta de reconhecimento da população sobre o valor do património;</li> <li>-Desvalorização do papel da vegetação em meio urbano;</li> <li>-Praias Sujas;</li> <li>-Falta de equipamentos comunitários;</li> <li>-Falta de espaços de restauração;</li> <li>-Reduzida oferta de alojamento local;</li> <li>-Falta de promoção das artes e da cultura local.</li> </ul>
Opportunities (Oportunidades)	Threats (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aumento da atividade turística</li> <li>-Diversificação de atividades económicas;</li> <li>-Valorização do alojamento local;</li> <li>-Desportos aquáticos;</li> <li>-Edificado degradado com capacidade para reabilitar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Escassez de materiais autênticos</li> <li>-Turismo em massa;</li> <li>-Subida do custo de vida;</li> <li>-Fracá capacidade de atrair investimento;</li> <li>-Deslocação dos serviços para a parte continental.</li> </ul>

A Ilha de Moçambique é um lugar muito rico em forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Mas é, acima de tudo, um lugar detentor de um património cultural absolutamente singular.

Esta dissertação resulta de uma experiência intensa, dividida entre o trabalho de campo, a pesquisa em arquivo e uma reflexão crítica, traduzindo-se numa proposta de intervenção. Demonstra o processo de procura de soluções a partir da análise deste lugar, suportando-se no património como motor para o seu desenvolvimento, com uma vertente empreendedora, capaz de melhorar a economia interna e, assim, prosperar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Tendo em conta o estado de degradação física e ambiental da maioria do território da Ilha de Moçambique, urge uma requalificação do espaço urbano que cirza a riqueza das diferentes malhas urbanas que se estabeleceram e formam a imagem atual da Ilha: um espaço que conserva uma atmosfera multicultural que perdura e se manifesta em duas realidades distintas. Se de um lado está a *cidade de macuti*, do outro encontramos a *cidade de pedra e cal*. A proposta capaz de coser o tecido urbano deve ir no sentido, não de as uniformizar, mas de tirar partido das diferenças na ligação entre cada uma delas, especialmente na Rua Iglesias da Saúde, onde a discrepância visual entre estas realidades apresenta maior impacto.

A proposta requalifica essa rua através de várias intervenções pontuais que reabilitam edifícios devolutos, criam espaços de qualidade, estimulam o convívio e o lazer, melhoram as condições de trabalho dos habitantes e consolidam o lugar ao nível social.

Centrei o estudo na procura da identidade do lugar. Esta procura constituiu a base para a planificação deste eixo, estabelecendo programas que visam a proteção dessa mesma identidade. Neste sentido, o *Oficinas de Muhipiti* constituiu uma mais valia para a elaboração deste trabalho, uma vez que permitiu a captação do ambiente *in loco* e criar uma proximidade com a comunidade de forma a facilitar o processo interpretativo. “Existem realidades contrastantes e surpreendentes [...] que só poderão ser compreendidas se vivenciadas *in loco*” (Vilarinho, 2017, p.303). Se há realidades assim, a Ilha de Moçambique é certamente uma delas. A primeira parte da dissertação mostra o meu desejo em dar a conhecer a Ilha e a sua gente suscitando ao leitor a vontade de ser ilhéu, viajar para a Ilha e conhecer as suas singularidades, ao mesmo tempo que clarifica a percepção visual que temos hoje da mesma. Este trabalho foi, por isso e inevitavelmente, iniciado no *oficinas de Muhipiti*.



O segundo capítulo nasce de uma reflexão sobre o papel do património em contexto de desenvolvimento. Desta reflexão, rapidamente floresceram conceitos como a população e o turismo cultural, atualmente quase indissociáveis de património. Foi importante analisar as orientações de organizações internacionais que destacam a importância do património para o desenvolvimento e perceber o que já foi feito para salvaguardar o património e de que forma a cultura se tornou num motor de desenvolvimento das cidades. A abordagem da HUL, pela UNESCO, merece destaque por ir de encontro às linhas gerais do pensamento aqui apresentado. Os casos de estudo analisados — o quarteirão de Jorge Amado, Brasil; e Rua da Banana, Cabo verde e Zanzibar, Tanzânia — fizeram-me perceber que não há património sem o reconhecimento da população e, para que haja desenvolvimento, é necessária a sua participação, não apenas na deteção de problemas e fragilidades dos seus territórios, como também na procura de soluções, desenvolvendo sentimentos como a empatia e a autoestima, essenciais na conservação do mesmo.

Apesar da proposta apresentada se basear na cultura e tradição, adquire uma vertente inovadora e criativa na procura de soluções para os desafios que a Ilha enfrenta. Mencionar o caso da pirâmide do Louvre foi um exemplo que achei pertinente para entender que é possível manter a identidade, inovando. Na proposta utilizei dois elementos invulgares — a torre e o barco — que legam inovação ao projeto sem comprometer a identidade do lugar.

Dos vários elementos que resultaram da reflexão da redefinição da Rua Iglesias da Saúde, a torre é o único elemento que a vinca, em vez de a diluir. Trata-se de um elemento vertical que permite entender e visualizar as consequências das tensões geradas ao longo dos anos no território, através do miradouro, no lugar exato da transição entre as *cidades*. Este vínculo entre a história e o edifício tornam-no num elemento simbólico que, pelo impacto social, arquitetónico e relação com a envolvente, suscita a curiosidade e proporciona momentos de contemplação e reflexão. O barco, por sua vez, deixa de estar entregue ao abandono para ganhar vida e dar uma nova dinâmica ao projeto.

Na procura por soluções que trouxessem sustentabilidade ao território, desenvolver uma proposta com uma vertente turística pareceu-me um meio adequado e realista para intervir num território portador de um valor patrimonial único. Foi importante, neste contexto, perceber quais os impactos do turismo no património e a melhor forma de utilizar o setor sem lhe constituir uma ameaça. Tornou-se



17 ODS a que a proposta pretende dar resposta **FIG. 120**

fundamental perceber o impacto que o setor turístico tem no património, prevenindo os efeitos negativos e tirando o maior proveito dos positivos. É necessário que seja sustentável, planeado e integrador de maneira a contrariar cenários que se têm vindo a manifestar em várias partes do mundo, como a globalização, a especulação imobiliária, turismo de massa e, acima de tudo, a perda do direito à cidade por parte do habitante. As cidades devem servir constantemente as necessidades dos habitantes e não devem ser congeladas no tempo apenas para servirem de cenário ao turismo cultural. Devem, sim, criar-se espaços com qualidade que desperte a curiosidade dos visitantes e os faça querer voltar.

A proposta pretende dar resposta à fraca gestão urbana que contribuí para a desvalorização das potencialidades da Ilha, assumindo o património como motor de desenvolvimento do lugar através da preservação e apropriação.

O Centro Identitário de Muhipiti tem esse objetivo: Preservar a identidade da Ilha — o construído, a sua história, as lendas, os costumes e as tradições, ou seja, tudo aquilo que a população assume como património identitário —, desenvolvendo-a. Além disto, direta ou indiretamente, dá resposta a quase todos os ODS definidos pela ONU (Vêr Fig. 120), traduzindo-se numa possível solução para os maiores desafios que a Ilha de Moçambique e o mundo enfrentam: ajuda a acabar com a pobreza, promove a prosperidade e o bem-estar de todos, protege o ambiente e tenta combater as alterações climáticas através das ações de consciencialização junto da população. Dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, a estratégia centra-se especialmente em erradicar a pobreza na Ilha de Moçambique (objetivo 1); promove o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos através da criação de novas atividades profissionais (objetivo 8); Torna a Ilha e a própria comunidade mais inclusiva, segura, resiliente e sustentável, através dos programas propostos (objetivo 11); garante padrões de consumo e de produção sustentáveis através de todo o conceito (objetivo 12); e reforça os meios de implementação e revitaliza a parceria global para o desenvolvimento sustentável através das parcerias que estimula (objetivo 17).

Pretende-se que a intervenção torne a Ilha mais atrativa para mais pessoas lá viverem, trabalham ou visitarem, com mais condições e qualidade, oferecendo valências que potenciem o turismo.

Para o sucesso da proposta é fundamental o apoio institucional e governamental,



bem como a cooperação de todos os agentes envolvidos, desde o próprio governo, ao GACIM, a organizações externas, a investidores turísticos, a turistas e, acima de tudo, a população.

Por fim, importará referir que, dada a breve visita e a grande distância que me separa deste território, a minha proposta pode conter algumas fragilidades, decorrentes essencialmente da distância temporal entre a visita e a proposta, contudo considero que esta hipótese não coloca em causa a minha ambição. Para além da solução apontada, espero que esta dissertação possa contribuir para a reflexão em torno da construção de um futuro sustentado para o património da Ilha, lançando dados e abrindo a discussão para futuras investigações e intervenções. Procurei deixar clara a urgência em repensar as expansões urbanas dentro da Ilha, usando o passado não como memória dos tempos prósperos, mas como promotor da sua identidade, absolutamente única.



## **VI. Referências Bibliográficas**



**Ablett, P. G., Dyer, P. K. (2009).** Heritage and hermeneutics: towards a broader interpretation of interpretation. *Current Issues in Tourism*, 12(3), 209-233.

**Amurane, A., Pires, F. (2018).** Espaço Público. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 105-120). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Beni, M., C. (2001).** *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Editora SENAC.

**Bock, L. N. (1985).** *Ilha de Moçambique: Relatório - Report 1982-1985*. Moçambique: Aarhus: Arkitektskolen i Aarhus - Danmark og Secretaria de Estado da Cultura.

**Brito, A. e Mendonça, L. F. (2018).** Plano para Centro Comunitário na Faixa Central da Ilha. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 153-168). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Brushi, S. (2011).** *Campo e Cidades da África Antiga*. (Tese de Doutoramento). Maputo, Moçambique.

**Calmeiro, M. R. e Aboo, V. (2018).** Estratégias para o Desenvolvimento Sustentado. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 67-86). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Camões, L. (2002).** *Os Lusíadas*. Lisboa: Rei dos Livros.

**Capão, J. (1988).** Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há conservação. In *Arquivo* N°4 (pp. 13-22). Maputo, Moçambique.

**Cardoso, M. (2006).** *Património Moderno, do Conceito à Intervenção*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa, Portugal.

**Carrilho, J. (2005).** *IBO, a casa e o tempo*. Maputo: Edições FAPF.

**Carrilho, J. e Lage, L. (2018).** Sobre a Preservação do Património Cultural Edificado da Ilha de Moçambique. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 25-48). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Choay F. (2000).** *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, LDA.

**Coutinho, A. (2009).** *Património [in]tocável: reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos* (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Portugal.



**Costa, C. A. (2012).** Siza Vieira - O arquitecto e a cidade velha. (Vídeo). Consultado em <https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEWI-pw>, a 19 de dezembro de 2018.

**Cruz, A. (2019).** *Muhipiti com vida: Uma estratégia de Desenvolvimento para a Ilha de Moçambique* (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Portugal.

**Fonseca, A. (2013).** *Ilha de Moçambique: cidade planeada e cidade espontânea* (Dissertação de Mestrado). Porto, Portugal.

**Forjaz, J. (2005).** Apresentação. In Carrilho, J., *IBO, a casa e o tempo*, (pp. 4-5). Maputo: Edições FAPF.

**Gonçalves, N. (2011).** *O Projeto para a Fortaleza da Ilha de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda* (Dissertação de Mestrado). Coimbra, Portugal.

**Hall, M. (2001).** Tourism and political relationships in Southeast Asia. In Peggy Teo, T.C. Chang and K.C. Ho, *Interconnected Worlds: Tourism in Southeast Asia*. (pp. 13-26). Oxford: Elsevier Science, Pergamon.

**Hall, C. (2004).** *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.

**Hitchcock, M., King, V. T., Parnwell, M. (2010).** *Heritage Tourism in Southeast Asia*. Copenhagen: NIAS Press.

**Hougaard J. (2018).** Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma leitura do Património Histórico, Cultural e Edificado. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 137-152). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Henriques, C. (2003).** *Turismo, cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.

**Instituto Nacional de Estatística. (2012).** Estatísticas do Distrito da Ilha de moçambique. Governo de Moçambique: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territoriais-distritais/nampula/novembro-de-2012/distrito-de-ilha-de-mozambique.pdf/view>.

**Jopela, A. (2015).** Conserving a World Heritage Site in Mozambique - Entanglements between politics, poverty, development and governance on the Island of Mozambique. In Labadi, S. e Logan, W., *Urban Heritage, Development and Sustainability - International Frameworks, National and Local Governance* (pp. 37-53). Londres: Routledge.

**Kaminski, J., Benson, A. M., Arnold, D. (2014).** *Contemporary Issues in Cultural Heritage Tourism*. Abingdon, New York: Routledge.



Krzysztof, P. (1981). *La Republique Populaire de Mozambique. Les Problemes de la Sauvegarde de L'Ilha de Mozambique*. Paris: UNESCO.

Lage, J. (2008). "As Árvores nos Espaços Urbanos", *Ter, revista da Escola Profissional Terra Verde*, vol.(2), 42-43.

Lacerda, F. (2012). *Reabilitação e conservação de centros urbanos: O caso da ILHA DE MOÇAMBIQUE*. (Dissertação de Mestrado). Porto, Portugal.

Lobato, A. (1945). *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

Lobato, A. (1966). *Ilha de Mocambique Panorama Estetico*. Lisboa: Agencia-Geral do Ultramar.

Lopes, N. (2017). *O Sistema Defensivo de Goa (1510-1660): influência na composição do território contemporâneo*. (Tese de Doutoramento). Coimbra, Portugal.

Macedo, G. (2004). Ilha de Moçambique — Encruzilhada do Índico. *Volta Ao Mundo* (pp. 135-150).

Marques, A. B. (1992). O Lupanar da História. In Saúde, N., Sopa, A., *A Ilha de Moçambique Pela Voz dos Poetas*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Marujo, M., e Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo E Sociedade*, 3(2). doi: 10.5380/tes.v3i2.19635.

McDowell, S. (2008). Heritage, Memory and Identity. In B. J. Graham; Peter Howard, *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*, (pp.37-53). Burlington: Ashgate.

Mendes, L. (2016). *A Ilha Insólita*. Maputo: Alcance Editores.

Mendonça, L. (2015). *Conservação da Arquitetura e do Ambiente Urbano Modernos: A Baixa de Maputo* (Tese de Doutoramento). Coimbra, Portugal.

Menezes, J. (2008). Quarteirão Jorge Amado – Literatura, cultura e turismo sustentável na cidade de Ilhéus, BA [PDF] (pp. 1-20). disponível em [http://www.uesc.br/icer/artigos/quarteirao\\_textocompletocultur.pdf](http://www.uesc.br/icer/artigos/quarteirao_textocompletocultur.pdf), consultado a 16 de Junho de 2018.

Mestre, V. e Xavier, B. (2018). Casas Macuti. In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 169-190). Coimbra: Imprensa da Universidade.



**Nora, P. (1993)** Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, (10), p. 07-28. São Paulo: PUC-SP.

**Omar, L. (2013).** *Os Desafios para Conservação Ambiental e Património Cultural na Ilha de Moçambique*. (Pós-Graduação). S. Paulo, Brasil.

**Omar, L., e Sandeville Júnior, E. (2014).** Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique. *Revista CPC*, (18), p. 4-28.

**OMT (2003).** *Turismo internacional: uma perspectiva global*. São Paulo: Bookman.

**Oliveira, A. (2005).** A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo. In *Caderno Virtual de Turismo* (pp. 73 -86).

**Pereira, L. F. (1988).** Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique — Património Histórico Nacional em Degradação Acelarada. In *Arquivo* Nº 4, (p. 5-12). Maputo, Moçambique.

**Portas, N. (1983).** *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos centros Históricos”. Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.

**Rossa, W. (2000).** História do Urbanismo e Identidade. A Arte do Inconsciente da Comunidade. In *Rossa, W., A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, (pp.13 a 24). Coimbra: Almedina.

**Rossa, W., Lopes, N., & Gonçalves, N. (2018).** *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

**Rossa, W. (2018).** Introdução. In *Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N. oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 51-64). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Rossa, W., e Ribeiro, M. (2015).** *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

**Rufino, J. (1929).** *Albuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*. Volume VII [PDF]. Lourenço Marques: José dos Santos Rufino. Disponível em [https://drive.google.com/drive/folders/oB3EOfdalWzolYmxDY2RFYWxlZWM?fbclid=IwARodcSY4jKuTjK4P1\\_Uha8FeWtsOjIUdsiQQoxoQJjcZ5gahuTQkoPgAW\\_E](https://drive.google.com/drive/folders/oB3EOfdalWzolYmxDY2RFYWxlZWM?fbclid=IwARodcSY4jKuTjK4P1_Uha8FeWtsOjIUdsiQQoxoQJjcZ5gahuTQkoPgAW_E), consultado a 2 de janeiro de 2018.

**Ruskin, J. (1849).** *The seven lamps of Architecture*. New York: John Wiley & Sons, 1885.

**Sadrudin, S. (2015).** *Ilha de Moçambique: A tradição como veículo para um discurso sobre a Contemporaneidade*. Centro de Conservação do Património Marinho. (Tese de Mestrado em Arquitetura). FAUL, Lisboa.



**Santos, L., M. (2010).** *A Arquitectura no Desenvolvimento Sustentável: Proposta para Comunidades Rurais de Países em Desenvolvimento.* (Tese de Mestrado). Coimbra, Portugal.

**Stephen, H. et al. (2015).** *Social Memory and Heritage Tourism Methodologies.* Abingdon/ New York: Routledge.

**Silva, A., Derks, A. & Roders, A. & Hougaard, J. (2013).** *Cultural heritage management and ownership regime in Island of Mozambique.* 10.1201/b15685-32.

**Sollien, S. (2014).** *The Macuti House in Ilha de Moçambique* (Tese de Mestrado). Copenhagen, Dinamarca.

**Távora, F. (2006).** *Da Organização do Espaço.* Porto: FAUP Publicações.

**Teixeira, J. (2014).** *"Ilha de Moçambique": questões sobre o seu desenvolvimento como sítio patrimonial.* Disponível via Academia em: [http://www.academia.edu/6182775/Ilha\\_de\\_Mo%C3%A7ambique.\\_Quest%C3%B5es\\_Sobre\\_o\\_seu\\_Developolvimento\\_como\\_S%C3%ADtio\\_Patrimonial](http://www.academia.edu/6182775/Ilha_de_Mo%C3%A7ambique._Quest%C3%B5es_Sobre_o_seu_Developolvimento_como_S%C3%ADtio_Patrimonial).

**UN. (2016).** *Nova Agenda Urbana. Habitat III- conferencia sobre cidades e Assentamento suburbanos Sustentaveis para todos.* Quito: United Nations.

**UNESCO. (2011).** *The Guide Book-Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments.* Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/hul/#hultools>.

**Vaz, J. (2018).** *Ilha de Moçambique Salubre e Fresca em Tempo de Alterações Climáticas.* In Rossa, W., Lopes, N. e Gonçalves, N., *oficinas muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento* (pp. 205-216). Coimbra: Imprensa da Universidade.

**Vilarinho, S. (2017).** *Entre Mar e Ria. A cultura do Mar na definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para a Gafanha da Nazaré.* (Tese de Mestrado). Coimbra, Portugal.

**Viollet-Le-Duc, E. (1875).** *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle. VIII.* Paris: V. A. Morel et C.º, Libraires - Éditeurs.



## Sites Consultados

[www.ilhademocambique.co.mz](http://www.ilhademocambique.co.mz) | Site oficial do Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique, acedido a 21 de Dezembro de 2018

<https://www.ods.pt/ods/> | Site oficial do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, acedido a 14 de julho de 2019

<https://sdt.unwto.org/> | Site oficial da Organização de Turismo Mundial acedido a 15 de Janeiro de 2019

[www.unric.org](http://www.unric.org) | Site oficial do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, acedido a 12 Maio de 2019

[www.unescoportugal.mne.pt](http://www.unescoportugal.mne.pt) | Site oficial da Comissão Nacional da UNESCO, acedido a 8 de Maio de 2019



## **VII. Fonte de Imagens**

## I. CONTEXTUALIZAR

### 1.1. OFICINAS MUHIPITI: Planeamento estratégico, Património, Desenvolvimento

- FIG.1** | Participantes no Oficinas de Muhipiti  
Fotografia capturada pelo Professor Walter Rossa, durante o evento *Oficinas*.
- FIG.2** | Esquisso da área destinada a restauração  
Desenho elaborado pelo meu colega Pedro Paixão, no *Oficinas*.
- FIG.3** | Esquisso da área destinada ao viveiro  
Desenho elaborado pelo meu colega Pedro Paixão, no *Oficinas*.
- FIG.4** | Esquisso da área destinada ao Anfiteatro Natural  
Desenho elaborado pelo meu colega Pedro Paixão no *Oficinas*.
- FIG.5** | Painel Final do Grupo responsável pela criação de um Centro Comunitário  
Desenho elaborado pelo grupo 'centro comunitário', durante o evento *Oficinas*.
- FIG.6** | Espaço de Trabalho  
Fotografia capturada durante o evento *Oficinas*.
- FIG.7** | Exposição Provisória dos Trabalhos.  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, no *Oficinas*.
- FIG.8** | Festa de Encerramento. Regata.  
Fotografia capturada pelo arquiteto Jens Hougaard, no *Oficinas*.

## II. CONHECER a Ilha de Moçambique

### 2.1. Enquadramento Geográfico

- FIG.9** |  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, no *Oficinas*
- FIG. 10** | Enquadramento da Ilha no Mapa Mundo.  
Desenho elaborado pela autora com referência de:  
[https://1369994046.rsc.cdn77.org/bilder/artiklar/zoom/8452\\_2.jpg](https://1369994046.rsc.cdn77.org/bilder/artiklar/zoom/8452_2.jpg),  
consultada a 13 de Março de 2019.
- FIG. 11** | Enquadramento da Ilha na Baía de Mossuril.  
Desenho elaborado pela autora com referência da Imagem aérea do Google Maps, consultada a 19 de Fevereiro de 2019
- FIG. 12** | Uma Ilha duas Capitais  
Desenho elaborado pela autora com referência da Imagem aérea do Google Maps, consultada a 22 de fevereiro de 2019

## 2.2. Enquadramento Histórico

- FIG. 13** | Palácio de S. Paulo  
Representação disponível na Tese de Mestrado de Nuno Gonçalves, parte 2, p.113. Editada pela autora.
- FIG. 14** | Planta da Ilha de Moçambique, 1538, por D. Jo de Castro no seu roteiro Lisboa a Goa  
Representação disponível na Tese de Mestrado de Nuno Gonçalves, parte 2, p.11. Editada pela autora.
- FIG. 15** | Ampliação da Imagem anterior. Torre de S. Gabriel  
Representação disponível na Tese de Mestrado de Nuno Gonçalves, parte 2, p.12. Editada pela autora.
- Fig.16** | Fotografia de habitações, na *cidade de Macuti*  
Fotografia disponível nos Albens Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique, p.32.
- FIG.17** | Fotografia da Câmara Municipal, na *cidade de Pedra e Cal*  
Fotografia disponível nos Albens Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique, p.15.
- FIG.18** | Evolução Demográfica  
Tabela disponível em Arquivo. Maputo. Moçambique. Nº 4. p. 7, por Luís Filipe Pereira.
- FIG.19** | Habitante da Ilha. *Cidade de Macuti*  
Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/03.jpg>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.
- FIG.20 e 21** | Esquissos no terreno  
Desenhos elaborados pela autora.
- FIG. 22** | Ruínas informalmente ocupadas.  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, no *Oficinas*.
- FIG.23** | *Cidade de Macuti*  
Fotografia disponível em <https://www.facebook.com/IlhaDeMocambiqueCoisas/photos/a.135481993273196/245010785653649/?type=3&theater>, consultada a 20 de Dezembro de 2018. Editada pela autora.
- FIG.24** | Inauguração da Estátua de Camões  
ARPAC, Cx. "Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 3".
- FIG. 25** | Palácio de S. Paulo, *cidade pedra e cal*  
Fotografia disponível em [https://mocambique.files.wordpress.com/2013/11/1441175\\_631856370186418\\_927683080\\_n.jpg?w=500](https://mocambique.files.wordpress.com/2013/11/1441175_631856370186418_927683080_n.jpg?w=500), consultada a 20 de Dezembro de 2018. Editada pela autora.
- FIG. 26** | Piscina, *cidade pedra e cal*  
Fotografia disponível em <https://www.facebook.com/IlhaDeMocambiqueCoisas/photos/a.135481993273196/351355985019128/?type=3&theater>, consul

tada a 20 de Dezembro de 2018. Editada pela autora.

**FIG. 27** | Ruas da *cidade pedra e cal*, anos 50/60.

Fotografia disponível em [https://scontent.flis9-i.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/19399080\\_862572630564125\\_6809872192564936164\\_n.jpg?\\_nc\\_cat=109&\\_nc\\_oc=AQnAFJaYpZTcScywOnn\\_UW3oiHmUrwti3vMl6DZW-vO3CtG-nWghxz76sRY7dV2OaY&\\_nc\\_ht=scontent.flis9-i.fna&oh=93ea3ce7faa32610372373654b9b850e&oe=5D8CA6DA](https://scontent.flis9-i.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/19399080_862572630564125_6809872192564936164_n.jpg?_nc_cat=109&_nc_oc=AQnAFJaYpZTcScywOnn_UW3oiHmUrwti3vMl6DZW-vO3CtG-nWghxz76sRY7dV2OaY&_nc_ht=scontent.flis9-i.fna&oh=93ea3ce7faa32610372373654b9b850e&oe=5D8CA6DA). Consultada a 26 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 28** | Notícia, 1980

ARPAC, Cx. "Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos,3".

**FIG. 29** | Fotografia Após o Restauro do Palácio, *cidade pedra e cal*

ARPAC, Cx. "Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos,3".

**FIG. 30** | Obras de Reabilitação da Fortaleza de S. Sebastião, cidade pedra e cal, 2009

Representação disponível na Tese de Mestrado de Nuno Gonçalves, parte 2, p.79. Editada pela autora.

**FIG. 31** |

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição "Na Sombra de Macuti", disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/16.jpg>. Consultada a 16 de Abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 32** |

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

### 2.3 O Lugar, HOJE.

**FIG. 33** | Ambiente antes de entrar na ponte.

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 34** | Vista da Ilha, da Ponte.

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 35** | Participantes no *Oficinas* em viagem.

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 36** | *cidade de macuti*

Fotografia capturada pelo meu colega José Ribau, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 37** | *cidade de macuti*

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição "Na Sombra de Macuti", disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/19.jpg>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 38** | *cidade de macuti*

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição "Na Sombra de Macuti", disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/21.jpg>. Consultada a 17 de

abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 39** | *cidade de macuti*

Fotografia capturada pelo meu colega Diogo Jorge, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

**FIG. 40** | *Cidade de macuti*

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/25.jpg>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 41** | Transição entre bairros

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

**FIG. 42** | Casa de Hospedes, cidade de pedra e cal

Fotografia capturada pela Autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 43** | Serviços Relevantes

Desenho elaborado pela autora com referência da Imagem aérea do Google Maps, consultada a 22 de fevereiro de 2019.

**FIG. 44** | *cidade de pedra e cal*

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 45** | Areal, praia de pescadores

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 46** | Árvore da Ilha

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2501624676589434&set=pcb.2501624989922736&type=3&theater>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 47** | Vista para o Pontão e apanhadores de moluscos, *cidade de pedra e cal*

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 48** | Igreja de Santo António, *cidade de macuti*.

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 49** | Fortaleza de S. Sebastião e Capela Nossa Senhora do Baluarte

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 50** | Edificado Relevante

Desenho elaborado pela autora com referência da Imagem aérea do GoogleMaps, consultada a 22 de fevereiro de 2019.

**FIG. 51** | Edifício do Hospital abandonado, *cidade de pedra e cal*

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

**FIG. 52** | Agradado familiar, cidade de macuti

Fotografia capturada pelo arquiteto Victor Mestre, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 53** | Abdul

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 54** | Dança tradicional de Tufo

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/05.jpg>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 55** | Jogo tradicional ‘Txuva’

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/09.jpg>. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 56** | Fundo do Mar perto da Ilha

Fotografia disponível em [https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/49647084\\_1630503233760442\\_5502872009857564672\\_n.jpg?\\_nc\\_cat=101&\\_nc\\_oc=AQkV8Z5Vu7ueWooj5\\_GJGXobf9rkRONV\\_kqEsc8X-WrwAPw7PqaEneUAH-oH8IOw53g&\\_nc\\_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=b78ee6158cfd791996288b52e71e88fd&oe=5DB5CEC4](https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/49647084_1630503233760442_5502872009857564672_n.jpg?_nc_cat=101&_nc_oc=AQkV8Z5Vu7ueWooj5_GJGXobf9rkRONV_kqEsc8X-WrwAPw7PqaEneUAH-oH8IOw53g&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=b78ee6158cfd791996288b52e71e88fd&oe=5DB5CEC4). consultada a 26 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 57** | Comércio

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 58** | Pesca

Fotografia capturada por um membro durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 59** | Carpintaria

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora.

**FIG. 60** | Feira Tzoziva

Fotografia disponível em: <https://www.facebook.com/1923754627848742/photos/a.1941608802729991/2783160935241436/?type=3&theater>, consultada a 21 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 61** | Turismo

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 62** | Sala de Aula

Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

**FIG. 63** | Rua *cidade de pedra e cal*.

Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 64** | Ruína , *cidade de macuti*.

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/>

images/galeria/expo-macuti/29.jpg. Consultada a 17 de abril de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 65** | Ruína , *cidade de pedra e cal*  
Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

**FIG. 66** |  
Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.

### III. ANALISAR o papel do Património no Desenvolvimento

**FIG. 67** | Françoise Choay  
Fotografia disponível em <https://tecnico.ulisboa.pt/en/events/francoise-choay-awarded-the-title-of-doctor-honoris-causa/>. Consultada a 25 de Maio de 2019. Editada pela autora.

#### 3.1. Património e Desenvolvimento

**FIG. 68** | HABITAT III, ONU  
Imagem disponível em <http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2016/10/Habitat-III-image.jpg>, consultada a 26 de junho de 2019.

**FIG. 69** | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
Imagem disponível em [https://bluevisionbraskem.com/wp-content/uploads/2019/01/objetivos\\_port-cut.jpg](https://bluevisionbraskem.com/wp-content/uploads/2019/01/objetivos_port-cut.jpg), consultada a 14 de julho de 2019

**FIG. 70** | Logótipo da UNESCO e Património Mundial da Humanidade  
Imagem disponível em <http://www.jornaldapraia.com/fotos/noticias/big1373566984.jpg>, consultada a 26 de junho de 2019.

**FIG. 71** | Rua da Banana, cidade Velha.  
Imagem disponível em <https://interlusofona.info/wp-content/uploads/2018/04/Cabo-Verde-Cidade-Velha.jpg>, consultada em 13 de Maio de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 72** | Pousada, cidade Velha.  
Imagem disponível em <https://www.publico.pt/2016/09/09/culturaipsilon/noticia/foi-vandalizada-a-pousada-que-alvaro-siza-projectou-para-a-cidade-velha-1743659>, consultada em 13 de Maio de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 73** | Representação do Quarteirão Jorge Amado. Panfleto turístico.  
Imagem disponível em <http://www.urutagua.uem.br/006/06costa.htm>. Consultada a 21 de Junho de 2019.

**FIG. 74** | Quarteirão Jorge Amado.  
Fotografia disponível em <https://portalbioom.wordpress.com/2011/12/15/quarteirao-jorge-amado-sera-transformado-em-shopping-a-ceu-aberto/>. Consultada a 21 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 75** | Stone Town, Zanzibar  
Fotografia disponível em: [https://lh3.googleusercontent.com/-sow16OF TkpU/WCBeowMjJI/AAAAAAAAA2fI/XD\\_WhmBjqvgnmnp8gXLQ76x](https://lh3.googleusercontent.com/-sow16OF TkpU/WCBeowMjJI/AAAAAAAAA2fI/XD_WhmBjqvgnmnp8gXLQ76x)

4VUHUpRLLwCLOB/w776-h582-no/IMG\_0729.jpg, consultada a 30 de junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 76** | Ng'ambo, Zanzibar

Fotografia disponível em: [https://macuti.files.wordpress.com/2011/07/dsc\\_0528.jpg?w=640&h=424](https://macuti.files.wordpress.com/2011/07/dsc_0528.jpg?w=640&h=424), consultada a 30 de junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 77** | Mapa da Estratégia de Desenvolvimento. Nós propostos de atividades. Plano Tuitakayo

Desenho disponível em: <http://www.fbwarchitecten.nl/files/1714/8069/8159/Untitled-3.jpg>, consultado a 30 de junho de 2019.

**FIG. 78** | Mapa de Gerenciamento de Desenvolvimento. Zonas de políticas específicas. Plano Tuitakayo.

Desenho disponível em: <http://www.fbwarchitecten.nl/files/8114/8069/8158/Untitled-2.jpg>, consultado a 30 de junho de 2019.

**FIG. 79** | Pirâmide do Louvre

Fotografia disponível em: [https://images.france.fr/zeaejvyq9bhj/5wDkxv8nwQ6wKS4o2466AI/8253dda13doc3aaee75fof832edoe109/LOUVRE\\_OUVERTURE\\_OK.jpg?w=1120&h=490&q=70&fl=progressive&fit=fill](https://images.france.fr/zeaejvyq9bhj/5wDkxv8nwQ6wKS4o2466AI/8253dda13doc3aaee75fof832edoe109/LOUVRE_OUVERTURE_OK.jpg?w=1120&h=490&q=70&fl=progressive&fit=fill), consultada a 2 de Julho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 80** |

Fotografia capturada pelo meu colega José Ribau, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

## IV. INTERVIR na Ilha de Moçambique

### I.I. Estratégia Urbana

**FIG.81** | Enquadramento da Zona de Intervenção na ilha de Moçambique  
Desenho elaborado pela Autora.

**FIG.82 e 83** | Eixo de Transição entre os dois grandes bairros da Ilha  
Fotografias capturadas pela autora.

**FIG.84** | Ocupação Existente  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG.85** | [CIM] Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG.86** | Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Existente  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 87** | Perfil da Rua Iglesias da Saúde. Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 88** | Perfil Rua Iglesias da Saúde. Existente  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 89** | Perfil Rua Iglesias da Saúde. Proposta  
Desenho Elaborado pela autora.

**FIG. 90** | Perfil da Av. 24 de Junho. Existente  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 91** | Perfil da v. 24 de Junho. Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 92** | Perfil 24 de Junho. Existente  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 93** | Perfil da v. 24 de Junho. Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

### **1.2.1 Jardim Viveiro:**

**FIG. 94** | Fotografia da Praça 16 de Junho, meados do século XX  
Fotografia aérea da Ilha de Moçambique, 1974, ARPAC, Cx. "Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 2"

**FIG. 95** | Estrutura de Sombreamento.  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.

**FIG. 96** | Restaurante  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.

**FIG. 97** | Edifício Principal da Escola  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.

**FIG. 98** | Estrutura para Espetáculos Esporádicos  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.

**FIG.99** | Hospital, Pedra Sagrada, Calçada Portuguesa, Muro da Escola  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.

**FIG. 100** | Planta Programática de Coberturas com Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 101** | Perfil com Proposta  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG. 102 e 103** | Planta casa-modelo  
Desenho elaborado pelo grupo "Casas de Macuti", durante o *Oficinas*.

**FIG 104** | Planta Programática de Coberturas.  
Desenho elaborado pela autora.

**FIG 105** | Perfil com Proposta.  
Desenho elaborado pela autora.

### **1.2.2. Centro Interpretativo e Comunitário**

- FIG. 106** | Movimentada Rua do Celeiro, 1965  
Fotografia consultada «in, Ilha de Moçambique, Panorama Estético, de Dr. Alexandre Lobato. Fotos de Carlos Alberto e João Marques Caetano.
- FIG. 107** | Praia de Pescadores  
Consultado em <https://www.facebook.com/IlhaDeMocambiqueCoisas/photos/a.135481993273196/292228010931926/?type=3&theater.jpg>, a 20 de dezembro de 2018.
- FIG. 108** | Antiga Casa de Escravos em Ruína  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 109** | Rua dos Trabalhadores. Comércio de Legumes  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 110** | Barco abandonado e parte do trecho de praia  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 111** | Ancoradouro em Desuso  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 112** | Mercado de Peixe sem uso formal  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 113** | Largo do Mercado  
Fotografia capturada pelo meu colega Pedro Paixão, durante o *Oficinas*.
- FIG. 114** | Planta de Coberturas do Largo do Mercado  
Desenho elaborado pela autora.
- FIG. 115** | Planta de distribuição Programática  
Desenho elaborado pela autora.
- FIG. 116** | Planta de Coberturas Centro Interpretativo e Comunitário  
Desenho elaborado pela autora.
- FIG. 117** | Alçado Centro Interpretativo e Comunitário  
Desenho elaborado pela autora.
- FIG. 118** | Corte da Torre.  
Desenho elaborado pela autora
- FIG. 119** | V. CONCLUIR  
Fotografia capturada pela autora, durante o evento *Oficinas*.
- FIG. 120** | Os 17 ODS a que a proposta pretende dar resposta  
Imagem realizada pela autora com referência da imagem disponível em: [https://bluevisionbraskem.com/wp-content/uploads/2019/01/objetivos\\_port-cut.jpg](https://bluevisionbraskem.com/wp-content/uploads/2019/01/objetivos_port-cut.jpg), consultada a 14 de julho de 2019
- FIG. 121** | Referências Bibliográficas  
Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/07.jpg>, consultada a 22 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 122 | Fonte de Imagens**

Fotografia capturada pelo meu colega Miguel Ferreira para a exposição “Na Sombra de Macuti”, disponível em <http://fapf.unilurio.ac.mz/cedim/images/galeria/expo-macuti/17.jpg>, consultada a 22 de Junho de 2019. Editada pela autora.

**FIG. 123 | Anexos**

Fotografia capturada pelo meu colega José Ribau, durante o evento *Oficinas*. Editada pela autora

**Página 176 e 177 | Percursos Habitante e Visitante.**  
Desenhos elaborados pela autora.

**Página 179 | Planta piso térreo e organização espacial.**  
Desenho elaborado pela autora com referência da planta das páginas 180 e 181.

**Página 180 | Imagem aérea da Ilha de Moçambique.**  
Imagem do Google Maps, utilizada durante o evento *oficinas*.  
Editada pela autora.

**Página 181 | Planta da Ilha de Moçambique.**  
Desenho elaborado pela autora com referência da imagem anterior

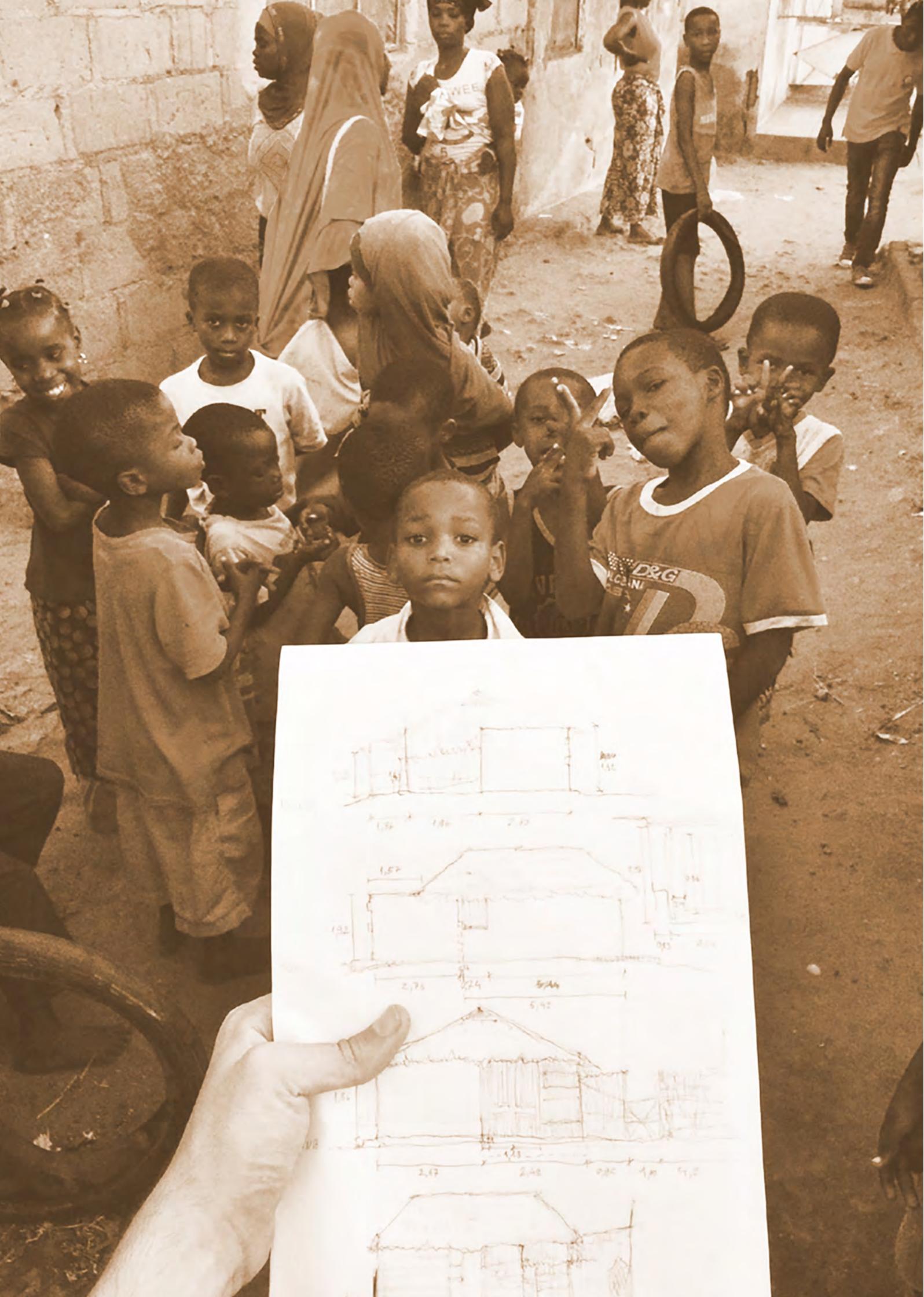
**Página 182 e 183 | Planta do 1º piso térreo e 1º piso da Ilha. *Cidade de pedra e Cal***  
Imagem cedida pelo arquiteto Jens Hougard à oficina do centro comunitário

**Página 184 e 185 | Esquissos do lugar**  
Desenhos elaborados pela autora.

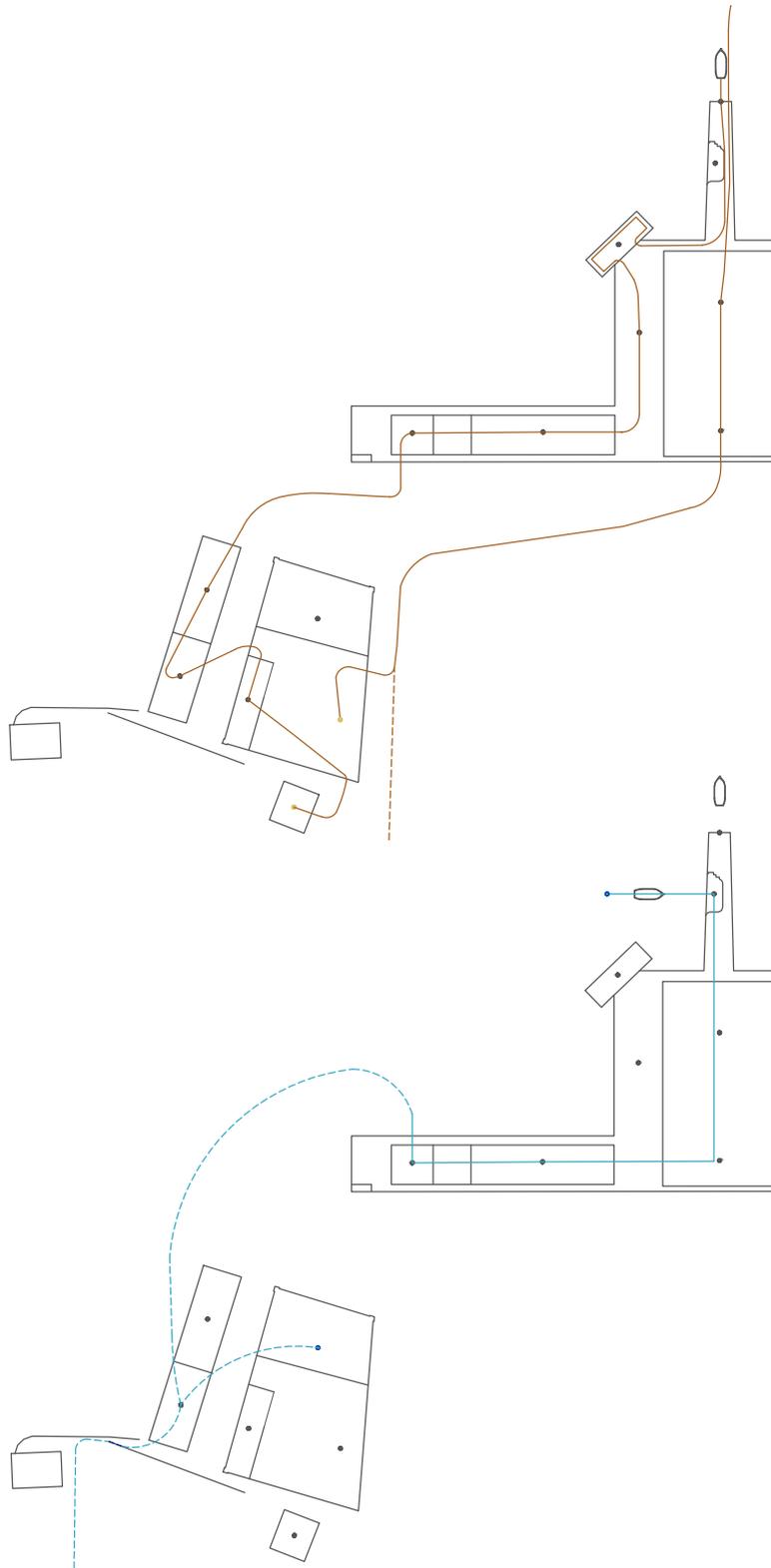
**Página 186 e 187 | Processo**  
Desenhos elaborados pela autora.

**FIG. 124 |**

Fotografia capturada pela autora durante o *oficinas*.



## **VIII. Anexos**



---

Percurso Visitante  
Percurso Habitante

Percurso do visitante: *Chegou à Ilha. O posto de Informações que proponho disponibiliza as informações necessárias para quem nada conhece sobre a Ilha, incluindo a sua agenda cultural. Rapidamente, se fica a saber que a feira é às segundas feiras de manhã, onde é possível fazer máscaras de mussiro; que o senhor x tem um museu em casa; que perto da Igreja de Santo António há o centro de aprendizagem Ozuela Wixutta; e até os preços para todas as atividades que a ilha disponibiliza, incluindo onde pernoitar. Segue-se o momento de arrumar a bagagem e vestir a pele de ilhéu. Despertar com um café e aconchegar o estômago com um bolinho que a mãe do Nuhy confeccionou de madrugada. Visitar a torre da Ilha é entrar na realidade retrospectiva que o elemento vertical carrega, uma história pesada, mas que tem que ser contada. É um símbolo de homenagem ao povo africano materializado num elemento de exceção. O ambiente fica mais tenso à medida que se sobe. Metaforicamente, a forma como os paus de bambu se juntam uns aos outros, à medida que se sobe, remete-nos para a evolução urbana da Ilha. Do vazio ao sobrelotado. Depois da exposição permanente, aparecem as temporárias que estimulam a partilha entre quem mostra e quem vê. O pináculo desta experiência acontece na cobertura, onde se observa o resultado da realidade atual. Ali respira-se o presente, enquanto se pensa no passado para não se cometerem os mesmos erros no futuro. Observa-se, do topo, as duas cidades, a ilha, que é uma só. É hora de almoço, de visitar os restaurantes do Largo do mercado e tomar café na cafetaria do mercado. Dos vãos é possível observar o processo do setor piscatório, desde a apanha do peixe até este aparecer no prato; com sorte, algum espetáculo de tufo, na traineira. Antes de um mergulho no Índico, um passeio à área circundante da Ilha. No regresso, uma visita ao edifício comunitário. Comprar peixe ou perder-se nas cores garridas das capulanas e colares de missangas ou búzios, são algumas das opções. Chegou a hora de jantar. Em cada casa, a cozinha partilhada intensifica o processo interpessoal habitante-visitante. Para terminar, um espetáculo ou um filme, ao ar livre, no anfiteatro natural da Praça 16 de junho, que despertará a curiosidade para visitar o jardim-viveiro no dia seguinte.*

Percurso do habitante: *Após um dia de pesca tradicional, o desembarque tem lugar definido no pequeno cais, que ativou o ancoradouro. Segue-se o processo que vai da preparação do peixe à venda do produto fresco no local. A fome aperta e urge a necessidade de uma zona de restauração. Para além de um pequeno refeitório dentro do edifício comunitário (que serve os trabalhadores, também nas horas de refeição,), existe também o projeto para uma cafetaria no mercado de peixe, atualmente sem um uso formal. A constante inovação patente nas exposições da torre, servem também aos habitantes, para os quais nunca será demais contemplar a Ilha, na cobertura. Ouvir o som do mar, das crianças entre correrias e gargalhadas, ou do vento a soprar sob os coqueiros, são experiências quotidianas enriquecedoras de cada final da tarde, momentos antes da chamada para a mesquita grande. O dia termina, mas ainda há tempo para sentar e conversar. Agora há lugares com qualidade para o fazer, antes do regresso a casa.*





Restaurantes

Jardim

Habitações  
Guest house

Posto de Informações

Organização das Habitações:

-  visitantes
-  Espaços mutuos
-  Habitante

- 1. Quartos
- 2. Cozinha
- 3. Sanitários
- 4. Quarto com wc
- 5. Sala



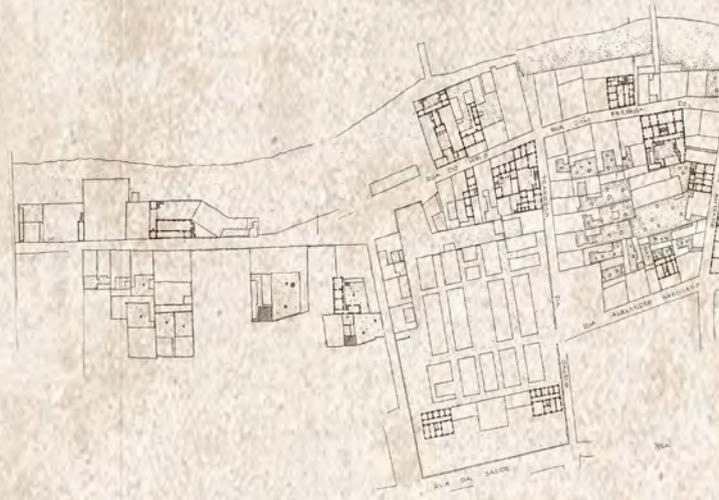




Planta da Ilha. Existente. Desenho da autora com referência da imagem aérea do lado esquerdo



0 10 20 40 80



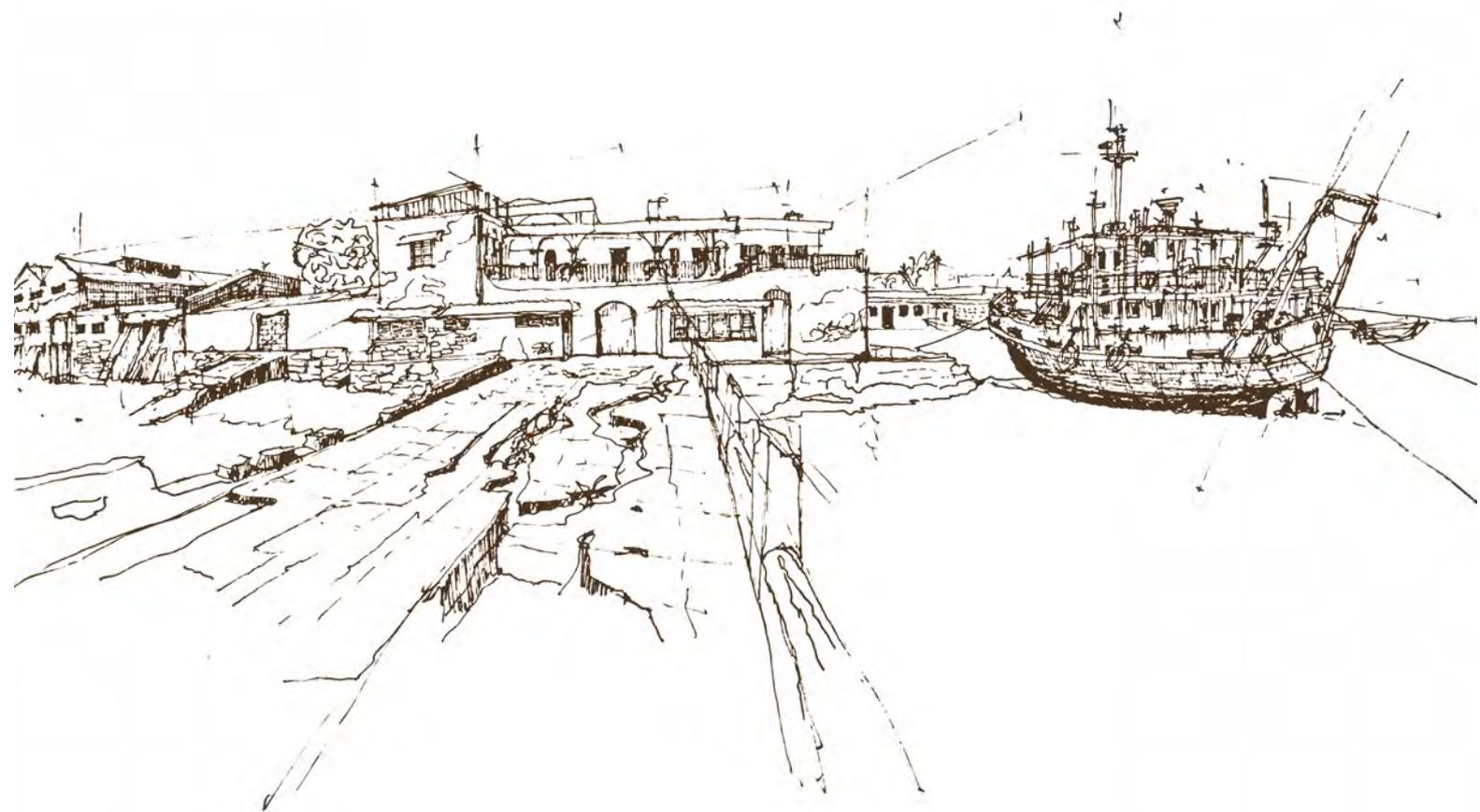


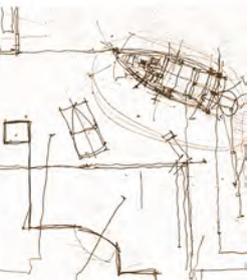
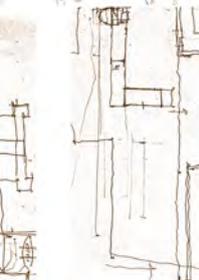
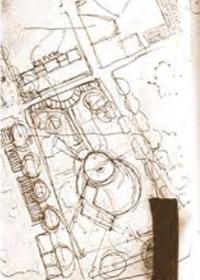
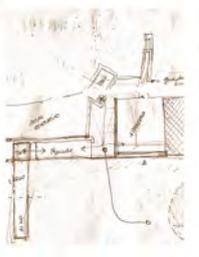
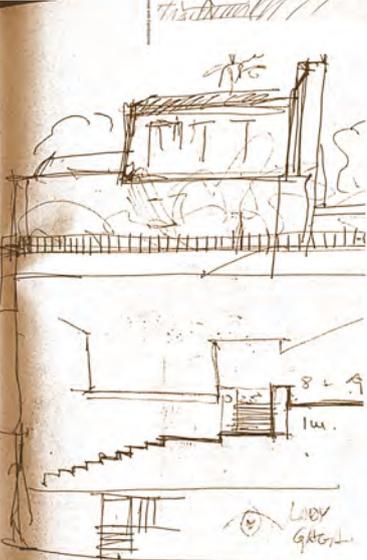
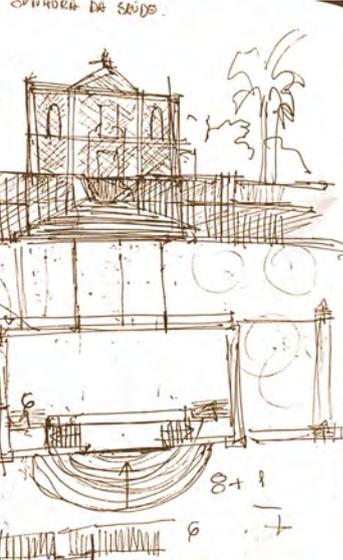
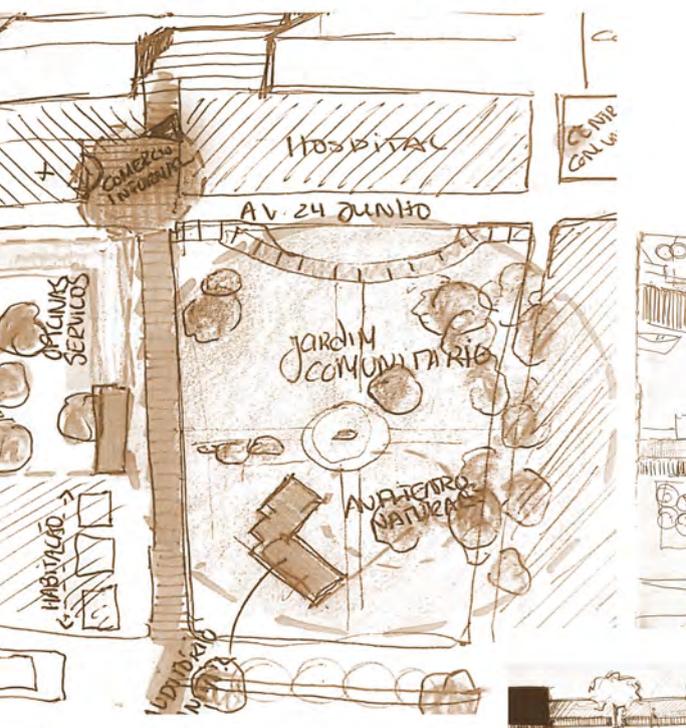
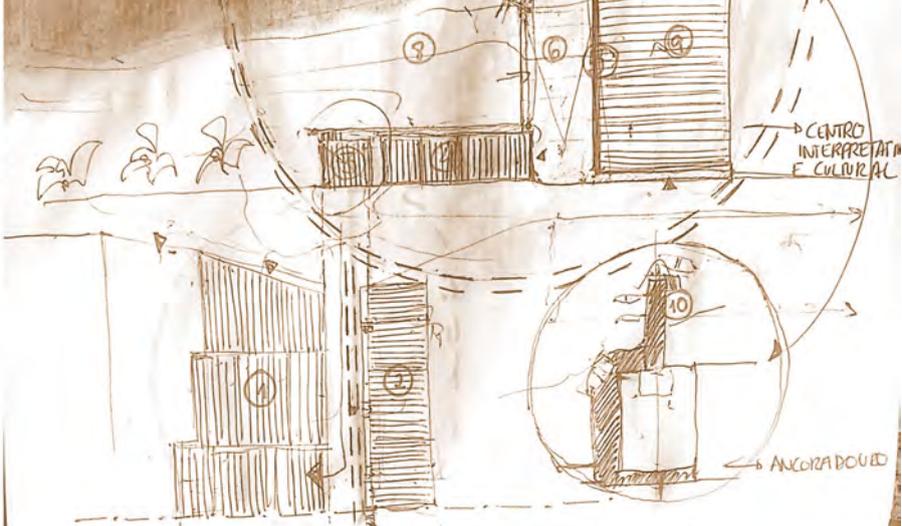
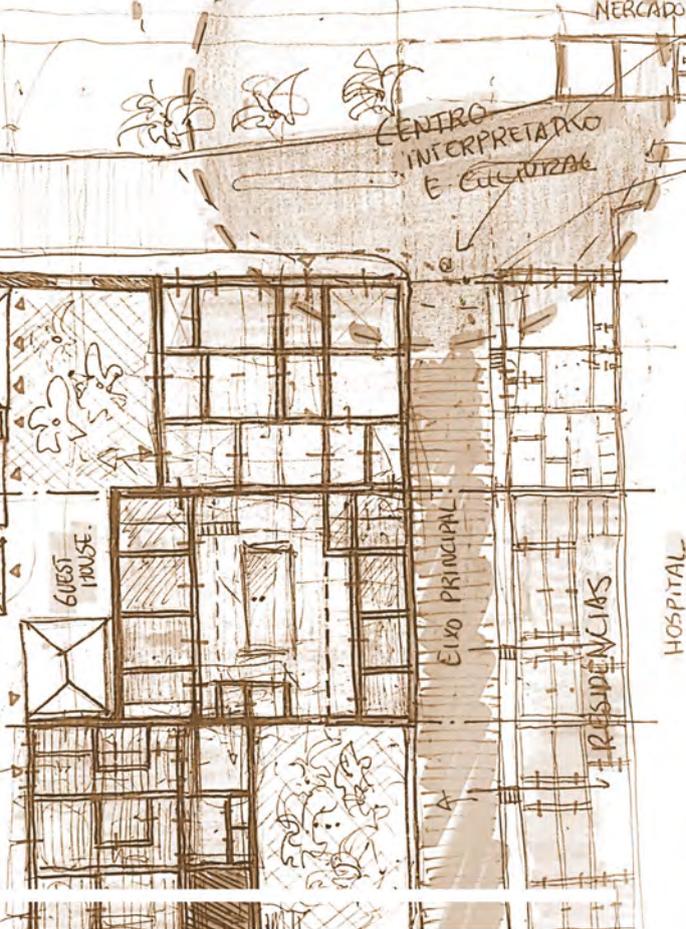
120 metros





Handwritten notes in the bottom left corner, likely describing the scene or providing context for the drawing.













**Impressão:**  
NOZZLE impressões | darq

**Número de Páginas:**  
211